



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA**  
**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO**  
**MESTRADO ACADÊMICO EM AGROECOLOGIA**

# **POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS RORAIMENSES EM DISPUTA**

**IGOR CALAZANS DUARTE DE MENEZES**



BOA VISTA/RR  
2022



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM ASSOCIAÇÃO COM EMBRAPA E IFRR**

**POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E  
AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS  
RORAIMENSES EM DISPUTA**

**Boa Vista, RR  
Junho de 2022**

## TERMO DE CIÊNCIA E AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TCC, TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS NO SITE DA UERR

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Roraima – UERR a disponibilizar gratuitamente através do site institucional <https://www.uerr.edu.br/multiteca/>, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

### 1. Identificação do material bibliográfico:

( ) Trabalho de Conclusão de Curso (X) Dissertação ( ) Tese

### 2. Identificação do TCC, Dissertação ou Tese

**Autor:** Igor Calazans Duarte de Menezes

**E-mail:** [igor.calazans@ufrb.br](mailto:igor.calazans@ufrb.br)

**Agência de Fomento:** Não se aplica.

**Título:** Políticas de Segurança Alimentar e Agroecologia: perspectivas roraimenses em disputa

**Palavras-Chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Agroecologia; Roraima.

**Palavras-Chave em outra língua:** Food and Nutrition Security; Agroecology; Roraima.

**Área de Concentração:** Agroecologia

**Grau:** Mestrado

**Programa de Pós-Graduação:** Mestrado Acadêmico em Agroecologia – PPGA/UERR

**Orientador:** Professor Dr. Bernard José Pereira Alves

**E-mail do orientador:** [bernardjpa@gmail.com](mailto:bernardjpa@gmail.com)

**Coorientador(a):** -----

**E-mail do coorientador(a):** -----

**Membro da Banca:** Prof. Dr. Ananias Noronha Filho

**Membro da Banca:** Prof. Dr. Marisa Barbosa Araújo

**Membro da Banca:** Prof. Dr. Thiago José Costa Alves

**Data de Defesa:** 30/06/2022 **Instituição de Defesa:** UERR

### DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

**O referido autor:** 1. Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade; 2. Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à Universidade Estadual de Roraima os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

### Informações de acesso ao documento:

Liberação para disponibilização: (X) Total ( ) Parcial

Em caso de disponibilização parcial, assinale as permissões:

( ) Capítulos. Especifique: \_\_\_\_\_

( ) Outras restrições. Especifique: \_\_\_\_\_

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF e DOC ou DOCX da dissertação, TCC ou tese.

Assinatura do(a) autor(a):



Data: 30/06/2022.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM ASSOCIAÇÃO COM EMBRAPA E IFRR

## POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PERSPECTIVAS RORAIMENSES EM DISPUTA

IGOR CALAZANS DUARTE DE MENEZES

*Sob a Orientação do Professor*  
**Dr. Bernard José Pereira Alves.**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau **de Mestre em Agroecologia**. Área de concentração em Agroecologia.

**Linha de Pesquisa:** Sistemas Agroecológicos, Gestão Territorial e Sustentabilidade na Amazônia.

**Boa Vista, RR**  
**Junho de 2022**

**Copyright © 2022 by Igor Calazans Duarte de Menezes**

Todos os direitos reservados. Está autorizada a reprodução total ou parcial deste trabalho, desde que seja informada a **fonte**.

Universidade Estadual de Roraima – UERR  
Coordenação do Sistema de Bibliotecas  
Multiteca Central  
Rua Sete de Setembro, 231 Bloco – F Bairro Canarinho  
CEP: 69.306-530 Boa Vista - RR  
Telefone: (95) 2121.0946  
E-mail: biblioteca@uerr.edu.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M543p	Menezes, Igor Calazans Duarte de. Políticas de segurança alimentar e agroecologia: perspectivas roraimenses em disputa / Igor Calazans Duarte de Menezes. – Boa Vista (RR) : UERR, 2022. 130 f. ; PDF  Orientador: Prof. Dr. Bernard José Pereira Alves.  Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Roraima (UERR), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima (IFRR), Programa de Pós-Graduação em Agroecologia (PPGA).  1. Agroecologia 2. Segurança Alimentar e Nutricional 3. Agricultura Orgânica 4. Roraima I. Alves, Bernard José Pereira (orient.) II. Universidade Estadual de Roraima – UERR III. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima – IFRR IV. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA V. Título  UERR. Dis.Mes.Agr.2022 CDD – 630.27
-------	--

Ficha catalográfica elaborada pela Bibliotecária  
Letícia Pacheco Silva – CRB 11/1135 – RR

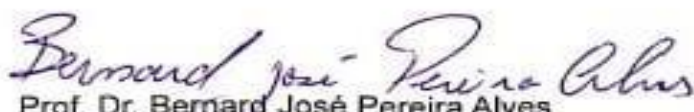
## FOLHA DE APROVAÇÃO

Igor Calazans Duarte de Menezes

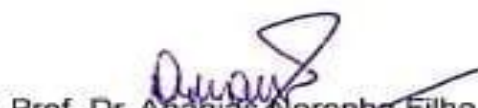
Dissertação apresentada ao  
Mestrado Acadêmico em  
Agroecologia da Universidade  
Estadual de Roraima, como parte  
dos requisitos para obtenção do  
título de Mestre em Agroecologia.


Aprovado em: 30/06/2022

### Banca Examinadora

  
Prof. Dr. Bernard José Pereira Alves  
Orientador

  
Profa. Dra. Marisa Barbosa Araújo  
Membro Titular

  
Prof. Dr. Ananias Noronha Filho  
Membro Titular

  
Prof. Dr. Thiago José Costa Alves  
Membro Titular

Prof. Dr. Plínio Henrique Oliveira Gomide  
Membro Suplente

Boa Vista – RR  
2022

## RESUMO GERAL

MENEZES, Igor Calazans Duarte de. **Políticas de Segurança Alimentar e Agroecologia: perspectivas roraimenses em disputa**. 2022. 131 p. Dissertação (Mestrado em Agroecologia). Universidade Estadual de Roraima, Boa Vista, RR, 2022.

Este trabalho toma por objeto as Políticas Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional (2010) e de Agroecologia e Produção Orgânica (2012) enquanto estratégias que propõem desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nutrição, assentados em desenhos agroecológicos capazes de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica e ambiental dos agroecossistemas. Buscou-se, investigar as percepções de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Agroecologia de interlocutores, vinculados a essas agendas programáticas, por meio das narrativas em disputa e no poder decisório das múltiplas relações interinstitucionais em Roraima. Para tal, realizou-se revisão histórica dos processos de construção teórica e política de SAN e da agroecologia brasileira, além de entrevistas com os interlocutores mapeados. Observa-se que, apesar dos avanços teóricos e institucionais, SAN e Agroecologia seguem em disputa pela agenda pública brasileira, e que, no caso de Roraima, há uma necessidade patente pela construção participativa de políticas públicas que repensem o sistema agroalimentar local. A dissertação se divide em três capítulos: o primeiro traz um recorte do processo histórico e político das questões relacionadas a Alimentação e a SAN no Brasil; o segundo capítulo abordam-se a construção teórica e história ocorrida em torno da agroecologia e da produção orgânica brasileira; e no terceiro debate-se as questões levantadas junto aos interlocutores roraimenses, a respeito da agenda pública de SAN e Agroecologia em RR.

**Palavras-chave:** Segurança Alimentar e Nutricional; Agroecologia; Roraima.

## GENERAL ABSTRACT

MENEZES, Igor Calazans Duarte de. **Food Security and Agroecology Policies: Roraima perspectives in dispute**. 2022. 131 p. Dissertation (Master Science in Agroecology). State University of Roraima, Boa Vista, RR, 2022.

This research takes as its object the National Food and Nutrition Security Policies (2010) and Agroecology and Organic Production (2012) as strategies that propose the development of sustainable food systems, sensitive to nutrition, based on agroecological designs capable of providing quality of life, in addition to the economic and environmental sustainability of agroecosystems. We sought to investigate the perceptions of Food and Nutrition Security (FNS) and Agroecology of interlocutors, linked to these programmatic agendas, through the disputed narratives and the decision-making power of the multiple inter-institutional relationships in Roraima. To this end, a historical review of the processes of theoretical and political construction of FNS and the Brazilian agroecology was carried out, in addition to interviews with the mapped interlocutors. It is observed that, despite theoretical and institutional advances, FNS and Agroecology are still in dispute for the for the Brazilian public agenda, and that, in the case of Roraima, there is a clear need for the participative construction of public policies that rethink the local agrifood system. The dissertation is divided into three chapters: the first brings an outline of the historical and political process of issues related to Food and FNS in Brazil; the second chapter deals with the theoretical and historical construction that took place around agroecology and Brazilian organic production; and in the third one discusses the questions raised with the interlocutors from Roraima, regarding the public agenda of FNS and Agroecology in RR.

**Keywords:** Food and Nutrition Security; Agroecology; Roraima.



## Lista de abreviaturas e siglas

<b>ABA-Agroecologia</b>	Associação Brasileira de Agroecologia
<b>ABRANDH</b>	Ação Brasileira pela Nutrição e Direitos Humanos
<b>ACNUR</b>	Agência da ONU para Refugiados
<b>ANA</b>	Articulação Nacional de Agroecologia
<b>ASA</b>	Articulação no Semiárido Brasileiro
<b>AS-PTA</b>	Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa
<b>CAISAN</b>	Câmara Interministerial/Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CBA-Agroecologia</b>	Congressos Brasileiros de Agroecologia
<b>CEBs</b>	Comunidades Eclesiais de Base
<b>CEPAL</b>	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
<b>CEP-UERR</b>	Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima
<b>CIAPO</b>	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>CLADES</b>	Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável
<b>CNAPO</b>	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>CNAPO</b>	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>CNDRS</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>CNPO</b>	Comitê Nacional de Produtos Orgânicos
<b>CNSAN</b>	Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>CONAB</b>	Companhia Nacional de Abastecimento
<b>CONDRAF</b>	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>CONSEA</b>	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>Contag</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>COVID-19</b>	<i>Corona Virus Disease</i> . Doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2.
<b>CPOrg</b>	Comissão de produção Orgânica
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CTAO</b>	Câmara Temática de Agricultura Orgânica
<b>DAPP/FGV</b>	Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas
<b>DATER-RR</b>	Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima.
<b>DCNT</b>	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
<b>DHAA</b>	Direito Humano à Alimentação Adequada
<b>EBAAs</b>	Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa
<b>EMATER</b>	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

<b>EMBRATER</b>	Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>ERAAs</b>	Encontros Regionais de Agricultura Alternativa
<b>ESMPU</b>	Escola Superior do Ministério Público da União
<b>FAEAB</b>	Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil
<b>FAO/ONU</b>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<b>FAPERJ</b>	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
<b>FBSSAN</b>	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
<b>FETRAF</b>	Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar
<b>FIDA</b>	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
<b>FNDE</b>	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
<b>HLPE</b>	<i>High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition</i> da Organização das Nações Unidas ONU
<b>IAPAR</b>	Instituto Agrônomo do Paraná
<b>IATER-RR</b>	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IFRR</b>	Instituto Federal de Roraima
<b>INAN/MS</b>	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>IPEA</b>	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
<b>ITERAIMA</b>	Instituto de Terras, Colonização do Estado de Roraima
<b>LOSAN</b>	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>MAPA</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDA</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MDS</b>	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
<b>MMA</b>	Ministério do Meio Ambiente
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
<b>ODM</b>	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
<b>ODS</b>	Objetivos de desenvolvimento sustentável
<b>OMS</b>	Organização Mundial da Saúde
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>OPAS</b>	Organização Pan-Americana da Saúde
<b>PAA</b>	Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar
<b>PEAPO-RR</b>	Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica de Roraima.

<b>PESAGRO-Rio</b>	Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
<b>PIDESC</b>	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
<b>PLANSAN</b>	Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>PMDA</b>	Plano Municipal do Desenvolvimento do Agronegócio de Boa Vista-RR
<b>PNAD</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
<b>PNAE</b>	Programa Nacional de Alimentação Escolar
<b>PNAN</b>	Política Nacional de Alimentação e Nutrição
<b>PNAPO</b>	Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
<b>PNATER</b>	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>PNSAN</b>	Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>POF</b>	Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE.
<b>PPA</b>	Plano Plurianual
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONARA</b>	Programa Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos
<b>PRONATER</b>	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>SAFs</b>	Sistemas agroflorestais
<b>SAN</b>	Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SAS</b>	Sistemas alimentares sustentáveis
<b>SEAPA-RR</b>	Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>SEFAZ-RR</b>	Secretaria de Fazenda de Roraima
<b>SEPLAN-RR</b>	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento de Roraima
<b>SETRABES-RR</b>	Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social de Roraima
<b>SISAN</b>	Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
<b>SISOrg</b>	Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica
<b>SOCLA</b>	Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia
<b>SUS</b>	Sistema Único de Saúde
<b>UFRR</b>	Universidade Federal de Roraima
<b>UFRRJ</b>	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>UNICEF</b>	Fundo das Nações Unidas para a Infância
<b>VIGITEL</b>	Programa do Ministério da Saúde que realiza vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico
<b>WFP</b>	Programa Mundial de Alimentos

## Lista de figuras e quadros

<b>Figura 1.</b> Trajetória histórica e política da SAN desde início do século XX até meados da década de 90 no Brasil.....	<b>19</b>
<b>Figura 2.</b> Trajetória histórica e política da SAN a partir da década de 2000 até dias atuais.....	<b>24</b>
<b>Quadro 1.</b> Descrição da atuação dos interlocutores mapeados e entrevistados em Boa Vista-RR.....	<b>80</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>14</b>
<b>1. CAPÍTULO I – POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL.</b>	
1.1. Considerações iniciais.....	21
1.2. A construção dos princípios da SAN como instrumento de combate à fome e a miséria no Brasil.....	23
1.3. Fome <i>versus</i> obesidade: duas facetas da (in)Segurança Alimentar e Nutricional e a desconstrução de sua agenda pública.....	37
1.4. Sindemia global e sistemas alimentares: repercussões em SAN e Soberania Alimentar.....	42
<b>2. CAPÍTULO II – HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA E SEU DEBATE POLÍTICO NO BRASIL.</b>	
2.1. Considerações iniciais.....	49
2.2. Contexto socioeconômico e político das primeiras discussões agroecológicas...	51
2.3. Amadurecimento teórico e institucional do debate agroecológico.....	57
2.3.1. Agroecologia entre as décadas de 1930 e anos 2000: casos de EUA, França e Alemanha.....	58
2.3.2. Evolução teórica e institucional da agroecologia à brasileira.....	61
2.4. Cenário recente e as perspectivas políticas para a Agroecologia no Brasil.....	71
<b>3. CAPÍTULO III – SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PERCEPÇÕES DA DISPUTA RORAIMENSE</b>	
3.1. Contexto histórico de Roraima e interlocutores entrevistados.....	81
3.1.1. Breve contexto histórico e político de Roraima.....	81
3.1.2. Contextualização da pesquisa e dos interlocutores entrevistados.....	84
3.2. Olhares e narrativas de interlocutores roraimenses.....	87
3.2.1. Questões de SAN na ótica de interlocutores roraimenses.....	87
3.2.2. Percepções dos interlocutores roraimenses acerca da Agroecologia e da Produção Orgânica em RR.....	91
3.2.3. Demanda por Assistência Técnica e Extensão Rural.....	96
3.2.4. Reflexos das ações do governo federal nas políticas locais.....	98
3.2.5. Perspectivas para o rural roraimense.....	100
3.2.6. Múltiplos desafios: movimentos sociais, instituições participativas, e continuidade na gestão pública em RR.....	103
<b>4. CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>109</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>113</b>
<b>ANEXO I – REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....</b>	<b>129</b>

## INTRODUÇÃO

A formação acadêmica em Nutrição me proporcionou um arcabouço de técnicas até então muito completo diante de tantas problemáticas que podem nos afligir desde o processo produtivo de alimentos até o seu consumo. A Ciência da Nutrição vem avançando, ainda que paulatinamente, sobre a capacidade de compreensão acerca do fenômeno da alimentação e sua correlação com a organização das sociedades. No entanto, por estar muito presa ao modelo biomédico dominante, falha em propor reflexões acerca da complexidade sistêmica da relação homem-alimento, ou mesmo na profundidade das discussões do processo produtivo de alimentos e sua correlação com o desenvolvimento rural sustentável<sup>1</sup>. Essas inquietações profissionais e o devir teórico-metodológico são expostos abaixo.

Sentindo essas limitações na prática profissional e acadêmica a busca por um sentido de vida perpassou por estratégias que superassem o 'modelo nutricional' ora consolidado. Nessa perspectiva observei na Agroecologia, proposta ímpar capaz de aglutinar os elementos constantes desde a produção de alimentos até o processo de alimentação e nutrição. Penso que a Agroecologia pode contribuir com as discussões por sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nutrição, capazes de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica, social e ambiental dos agroecossistemas.

Tanto a Nutrição quanto a Agroecologia esbarram nos formatos de organização social e correlação de forças na reivindicação pelos seus respectivos temas e objetos, seja no âmbito acadêmico, profissional ou político. Acredito que esse último, o político, seja a chave para a efetiva revolução no pensar e fazer de ambas áreas do conhecimento, capaz de estabelecer novos formatos à dinâmica homem-alimento-ambiente. Compreendendo a política como espaço de relações e interações sociais, donde disputam-se, sobretudo o poder, entendo que melhor compreendê-la poderá nos ajudar a desvelar os desafios ora impostos ao campo da alimentação e nutrição.

---

<sup>1</sup> Aquele desenvolvimento rural sustentável na perspectiva contrária à lógica produtivista hegemônica, amadurecido por teóricos como Francisco Roberto Caporal e José Antônio Costabeber. Trata-se, portanto, de uma proposição política, na qual transcende-se os aspectos operacionais, aportando nos pequenos agricultores, suas experiências e conhecimento local, sobre as culturas, os recursos naturais locais e a sua matriz comunitária, aliando-se às preocupações ambientais e aos conhecimentos científicos que orientem ações políticas e práticas produtivas de forma mais autônoma e sustentável (CAPORAL e COSTABEBER, 2007).

Assim, este trabalho buscou compreender como ocorrem as correlações de poder na implementação das ações estatais e de governo na agenda pública de SAN e Agroecologia roraimense. Recorreu-se, então, à Bobbio (1998) para compreender que política se deriva dos termos gregos *pólis* e *politikós*, referindo-se, inicialmente a tudo que é 'da cidade', urbano, e se expandindo conceitualmente ao estudo da natureza, funções e divisão do Estado e sob as diversas formas de Governo. Conceitualmente, política pode ser entendida como as formas de atividade coletiva humana e sua íntima relação com o poder. Este poder será meio para domínio da natureza ou de outros sujeitos, impondo-lhes comportamentos e dinâmicas próprias. Mais precisamente, o poder político surge mediante ao exercício do poder do homem sobre outro homem. Para Bobbio, há diversas formas de exprimir e impor poder político, ao passo que ali:

se reconhecem fórmulas típicas da linguagem política: como relação entre governantes e governados, entre soberano e súditos, entre Estado e cidadãos, entre autoridade e obediência, etc. (BOBBIO, 1998, p. 955)

Celina Souza (2006) nos ajuda a refletir que as políticas públicas são fruto concomitante das disputas sociais, mas que procuram, concomitantemente, “colocar o governo em ação”. Para a autora a concepção de políticas públicas consiste no estado em que os governos democráticos transpassam, ou não, suas intenções e plataformas eleitorais em projetos e ações que renderão, ou não, resultados ou transformações no mundo. Assim, buscou-se entender a política pública sob sua perspectiva multidisciplinar, posto esta que alia, necessariamente, as relações e interações de força e poder entre indivíduos, instituições, ideologia e interesses, ainda que cada variável atue de forma relativa na construção e implementação dessas políticas. Compreender as repercussões das políticas requer abrir flancos teórico-conceituais em vista das múltiplas inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade (SOUZA, 2006).

Partiu-se, então, de uma perspectiva conceitual de política percebendo-a como o conjunto de relações e interações sociais, onde se processam os conflitos relativos à apropriação e ao controle dos recursos sociais relevantes, especialmente o poder. Então, tomou-se a política para além do ato normativo, buscando conhecer como desenvolve a disputa e distribuição do poder, nas relações sociais, atravessando as diversas instituições.

Igualmente, cabe destacar que ao longo desta dissertação o conceito de intersetorialidade foi levantado, enquanto característica desejável de uma política pública direcionada à Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Agroecologia. Por definição, as políticas públicas são planejadas com vistas a um caráter generalista e estratégico de atuação do Estado, que diminua o aspecto da descontinuidade administrativa, ao passo que potencialize os recursos disponíveis, tornando-as, de fato, públicas, e acessíveis, em todas as fases, à sociedade. Na prática, a experiência brasileira demonstra forte fragmentação, sendo esta uma das causas de sua ineficiência. Essa organização temática setorial na seara administrativa, aparenta ser algo espelhado da academia, onde historicamente está em voga, a especialização dos saberes, funções e maneiras de compreensão/intervenção.

As estruturas setorializadas tendem a tratar o cidadão e os problemas de forma fragmentada, com serviços executados solitariamente, embora as ações se dirijam à mesma criança, à mesma família, ao mesmo trabalhador e ocorram no mesmo espaço territorial e meio-ambiente. Conduzem a uma atuação desarticulada e obstaculizam mesmo os projetos de gestões democráticas e inovadoras. O planejamento tenta articular as ações e serviços, mas a execução desarticula e perde de vista a integralidade do indivíduo e a interrelação dos problemas (JUNQUEIRA, INOJOSA e KOMATSU *et al.* 1997, p. 21).

Para além de uma mera ferramenta de gestão, pensar numa estratégia intersetorial e propor um indispensável processo comunicativo e integrativo entre os múltiplos órgãos, instituições, estatais ou não, faz-se de suma relevância para efetivação de direitos. Ressalta-se que aprofundar a compreensão de intersetorialidade para além dos muros da gestão tecnocrática, poderá garantir, ou ao menos, calcar o caminho da participação social enquanto requisito essencial da legitimidade das políticas públicas.

Da mesma forma, ao longo da pesquisa, a categoria movimento social/movimentos sociais surge em diversos contextos da construção das referidas políticas públicas de SAN e Agroecologia. Partiu-se, então, de um referencial que sustentasse os repertórios observados diante de temas e problemáticas de situações de conflito e disputa, entendendo que a formação desses corpos sociais depende da mediação das capacidades cognitivas dos atores individuais e de suas estratégias, bem como seu contexto socioeconômico e cultural. Neste sentido, Touraine (2006, p. 175) aponta que os movimentos sociais são “atores de um conflito, agindo com outros atores organizados, que lutam pelo uso social dos recursos culturais e materiais, aos quais os dois campos atribuem, tanto um com o outro, uma importância central”. O



autor entende que os movimentos sociais apresentam características próprias, na medida em que se direcionam ao sistema político, e tratam de construir uma identidade que lhes permita atuar sobre si mesmos e sobre a sociedade como um todo, por meio de práticas, valores e normas sociais que constituem o macrocosmo social.

Assim, as pretensões de pesquisa foram se construindo em torno das normativas brasileiras de Segurança Alimentar e Nutricional, e Agroecologia e Produção Orgânica, enquanto documentos que norteiam a agenda dessas políticas públicas. Para além das normativas e seus instrumentos, instigou-me decifrar o funcionamento das correlações sociais nas esferas de poder decisório sobre essa agenda, mas principalmente em conhecer como os temas são trabalhados, em amplo sentido, na vida de pequenos produtores rurais roraimenses.

Apesar de serem temas construídos pela academia, os temas que cercam a SAN e Agroecologia, tais como o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar estão sendo continuamente construídos e desconstruídos pelos atores que os pensam. Desde o gestor público ao agricultor e feirantes, esses temas seguem sendo objeto de disputa, seja para o avanço ou retrocesso de seu ideário.

Ao longo das disciplinas, já sob contexto pandêmico, algumas reflexões puderam ser iniciadas com o orientador. De uma forma em geral, as perguntas que nortearam a pesquisa até o processo de qualificação foram: “Em que medida a execução dessas políticas no estado de Roraima alcança a vida de pequenos produtores rurais roraimenses? De que forma os gestores públicos se relacionam com a implementação dessas políticas? Quais as percepções de SAN, Soberania Alimentar e DHAA de pequenos produtores da zona rural de Boa Vista e gestores públicos estaduais? Como essas percepções (des)constróem condições para a articulação entre agroecologia e segurança alimentar?”

Justamente por entender que a construção de políticas públicas deveria se dar cada vez mais por meio da sociedade civil organizada, disputando a agenda programática, é que se buscou em pequenos produtores e feirantes de uma feira agroecológica de Boa Vista respostas para algumas das perguntas-problemas descritas acima. Assim, a pesquisa se aproximou da Feira Agroecológica de produtores do PA Nova Amazônia, numa tentativa de buscar responder aos anseios da pesquisa. Por alguns meses, frequentou-se a referida feira, mas sem sucesso em alcançar as pessoas e processos daquele cenário, buscou-se em outros

interlocutores, já mapeados previamente, respostas para as indagações construídas até então.

Após essas etapas de amadurecimento teórico traçou-se por objetivo central investigar as percepções, acerca de SAN e Agroecologia, de interlocutores roraimenses vinculados a essas agendas programáticas. Entendo que o estudo buscou contribuir para com as discussões acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nutrição, assentados em desenhos agroecológicos capazes de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica e ambiental dos agroecossistemas (ALTIERI, 2004), tendo como *lócus* de pesquisa a região amazônica, mais especificamente, o estado de Roraima.

Esses interlocutores se relacionavam com SAN e Agroecologia e se encontravam em diversos espaços, vinculados a múltiplas instituições, ora estatais, ora da sociedade civil. A busca por esses interlocutores se deu por meio de contato e acesso prévio a alguns atores, denominados sementes por Albuquerque (2009), pois auxiliaram na localização e apontamento de outros sujeitos que possuíam conhecimento da comunidade e dos fenômenos de interesse na investigação desta pesquisa. Dessa forma, houve indicações iniciais, acerca de outros membros da população de interesse da pesquisa, para, só então, haver a saída de campo para recrutá-los, perfazendo a técnica conhecida por *snowball sampling* ou “Bola de Neve” (BALDIN E MUNHOZ, 2011; VINUTO, 2014). Os interlocutores pertenciam a distintas entidades, como conselhos, câmaras intersetoriais, secretarias de estado, universidades, associações, bem como figuras outras vinculadas ao campo da segurança alimentar e agroecologia. Paralelamente, a observação participante também foi importante no acompanhamento de eventos diversos promovidos no estado.

Por ser qualitativa, a pesquisa debruçou-se em buscar significados, crenças, valores e atitudes nas falas e comportamentos dos interlocutores (MINAYO E MINAYO-GOMÉZ, 2003). Ademais, conforme aponta Gaskell (2002), a pesquisa qualitativa tende a produzir dados que permitem uma melhor compreensão das relações entre atores sociais e sua conjuntura. Para o autor, a pesquisa qualitativa colabora na “compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos” (GASKELL, 2002, p. 65). As entrevistas semiestruturadas procuraram alçar correlações entre a história de vida dos atores sociais e sua compreensão dos

fenômenos sociais, culturais e políticos relacionados a SAN e Agroecologia em Roraima. Assim, buscaram-se sujeitos que se relacionassem direta ou indiretamente com os objetos de SAN e Agroecologia, bem como temas satélites tais quais alimentação, agricultura familiar, soberania alimentar, política agrícola, dentre outros.

Ressalta-se que, no tocante ao cuidado ético, a pesquisa buscou cumprir as exigências previstas na Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), sendo então submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (CEP-UERR). Dessa forma, foi elaborado, dentre outros documentos, o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, sob o qual o participante recebia explicação e uma via deste documento. O estudo foi devidamente aprovado pelo CEP CAAE sob o número 48569621.4.0000.5621.

Após a coleta das entrevistas, e contínua revisão bibliográfica dos capítulos, a pesquisa seguiu os seguintes passos: imersão nas gravações e transcrições das entrevistas; organização dos principais temas levantados pelos interlocutores; e seleção de trechos das entrevistas relevantes para ilustrar as temáticas e subsidiar as discussões com base na literatura e nos conteúdos construídos.

É importante pontuar que ao longo desta jornada acadêmica, a pesquisa foi atravessada por uma condição, no mínimo, complexa e desafiadora, que foi a pandemia de COVID-19. O contexto pandêmico trouxe desafios psicológicos, sociais e culturais, tornando o fazer científico, ora fuga, ora fardo. Eu, nordestino, criado no Rio de Janeiro, muito afeito ao contato e à aproximação, inicialmente, senti falta de um diálogo constante com o professor orientador. Não que o professor tenha negado, mas que ambos sabíamos ser indispensável à nossa e à saúde da comunidade, na qual estávamos inseridos.

Ademais, a experiência proporcionada pela pesquisa encontrou dilemas pessoais e outros inerentes à todo pesquisador. Pergunto-me ainda hoje, se, como nutricionista, deveria imprimir tanta energia em direção a outras ciências, que por vezes, se mostram um tanto distantes e enclausuradas, como as ciências sociais. Sigo determinado a sair do cômodo lugar de pesquisador em nutrição, embora compreenda claramente meus limites e o desafiador arcabouço epistemológico das ciências sociais, que ora é instigante, ora é amedrontador.

Por fim, esta dissertação ficou composta por três capítulos. O capítulo I traz um recorte do processo histórico e político das questões relacionadas a Alimentação e a SAN no Brasil, bem como levantamento de dados epidemiológicos e de discussão

acerca do cenário de sindemia global. No segundo capítulo abordam-se a construção teórica e história ocorrida em torno da agroecologia e da produção orgânica, no contexto da conjuntura política e do sistema agroalimentar brasileiro. Já no capítulo III debate-se as questões levantadas junto aos interlocutores roraimenses, a respeito da agenda pública de SAN e Agroecologia em RR.

# 1. CAPÍTULO I - POLÍTICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E FORTALECIMENTO DA AGROECOLOGIA NO BRASIL

## 1.1. Considerações iniciais

Os elementos que compõem o fenômeno da alimentação situam-se no bojo da cultura<sup>2</sup> porquanto acompanham os seres humanos ao longo de seu processo civilizatório. O formato social e histórico da construção das práticas alimentares poderá denotar um conjunto de caracteres da identidade e dos modos de viver destas sociedades. Nesse sentido, o pêndulo, como um intervalo entre a produção e o consumo de alimentos, estará repleto de nuances, isto é, o acesso, a qualidade, a quantidade, bem como os fatores preponderantemente culturais estarão imbricados neste fenômeno, tornando-o decisivo para a plena organização e (re)produção social da vida. Portanto, a depender dessas singularidades, o fenômeno alimentar poderá ser prejudicado tendendo a reproduzir males biopsicossociais, ao mesmo tempo em que se torna pedra angular nas relações socioeconômicas e de poder entre os atores envolvidos.

O avanço teórico e prático acerca do tema proporcionou a construção e reconhecimento do tema por um conceito mais amplo, hoje tido como Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). A ele estão atrelados os conceitos de Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e Soberania Alimentar, que serão igualmente apresentados de forma mais aprofundada adiante no texto. A fim de compreender a forma como o conceito de SAN foi manuseado no Brasil, Maluf (2007) propõe levantar recortes históricos que foram e são decisivos em sua configuração, tal como a redemocratização do país em meados da década de 1980, a Constituição de 1988, bem como outros marcos legais indispensáveis que merecem ser datados.

Para Conti (2016), a trajetória política da SAN no Brasil poderia ser organizada em três fases/períodos: abastecimento e assistência alimentar (1920-1980), ação da cidadania contra a fome e pela SAN (1980-2002) e de construção participativa de políticas públicas de SAN (2003–2015). Nota-se que ao final da última década de 2010

---

<sup>2</sup> Aqui, toma-se cultura tal qual propõe Roque de Barros Laraia (2001), que numa abordagem multilinear, para além dos determinismos biológicos e geográficos, entende cultura como um processo acumulativo e dinâmico, que resulta de toda a experiência histórica das gerações anteriores. A alimentação, a linguagem ou a aprendizagem são inerentemente processos culturais, que conforme o autor, limitam ou estimulam a ação criativa dos indivíduos.

houve um aumento expressivo de trabalhos que tratem da SAN com enfoque na sustentabilidade. O elemento não é inovador, mas, aparentemente, a academia se debruçou sobre esse objeto, supondo aí o surgimento de uma quarta fase na construção científica de SAN. Ainda assim, o momento histórico e enevoado do país não permite o aprofundamento das discussões nesse sentido, prorrogando-o para um futuro incerto.

Entretanto, aproveitando o questionamento de Nascimento (2019): “de qual segurança alimentar estamos falando?”, devemos considerar imprescindível manter esta pergunta-problema acesa ao longo das discussões e investigação sobre a Segurança Alimentar e Nutricional nas Políticas Públicas do Brasil. Tal estratégia metodológica se justifica, pois, o tema SAN está inerentemente em disputa em distintos espaços por múltiplas agendas de pesquisa, compreensões, indicadores e desenhos de investigação.

Nessa toada, Maluf (2007) observou avanços conceituais da SAN nas últimas décadas, embora o autor entenda que o tema siga sendo “elemento de disputa, [...] que fica evidente quando utilizada para fundamentar proposições de política pública, principalmente ao legitimar a pretensão de algum tipo de tratamento diferenciado por parte do Estado.” (MALUF, 2007, p. 15).

A diversidade de compreensões e os conflitos nesse campo envolvem governos, organismos internacionais, representantes de setores produtivos, organizações da sociedade civil e movimentos sociais, entre outros. Diferenças de visão não impedem, no entanto, a construção de consensos ou acordos, ainda que parciais, visando implementar ações e políticas públicas de SAN [...]. (MALUF, 2007, p. 15-16).

Em suma, torna-se claro que tanto o tema quanto a evolução dos conceitos de SAN, DHAA e Soberania Alimentar estão em disputa e seguirão sendo moldados conforme os interesses socioeconômicos dominantes. Novos significados e significantes seguirão sendo construídos, conforme se reorganizam as relações sociais e de poder no Brasil e no mundo, e à medida que seja dado voz e vez aos múltiplos olhares da sociedade, donde nos debates, sejam discutidos os diversos aspectos socioculturais e político-econômicos a serem incorporados.

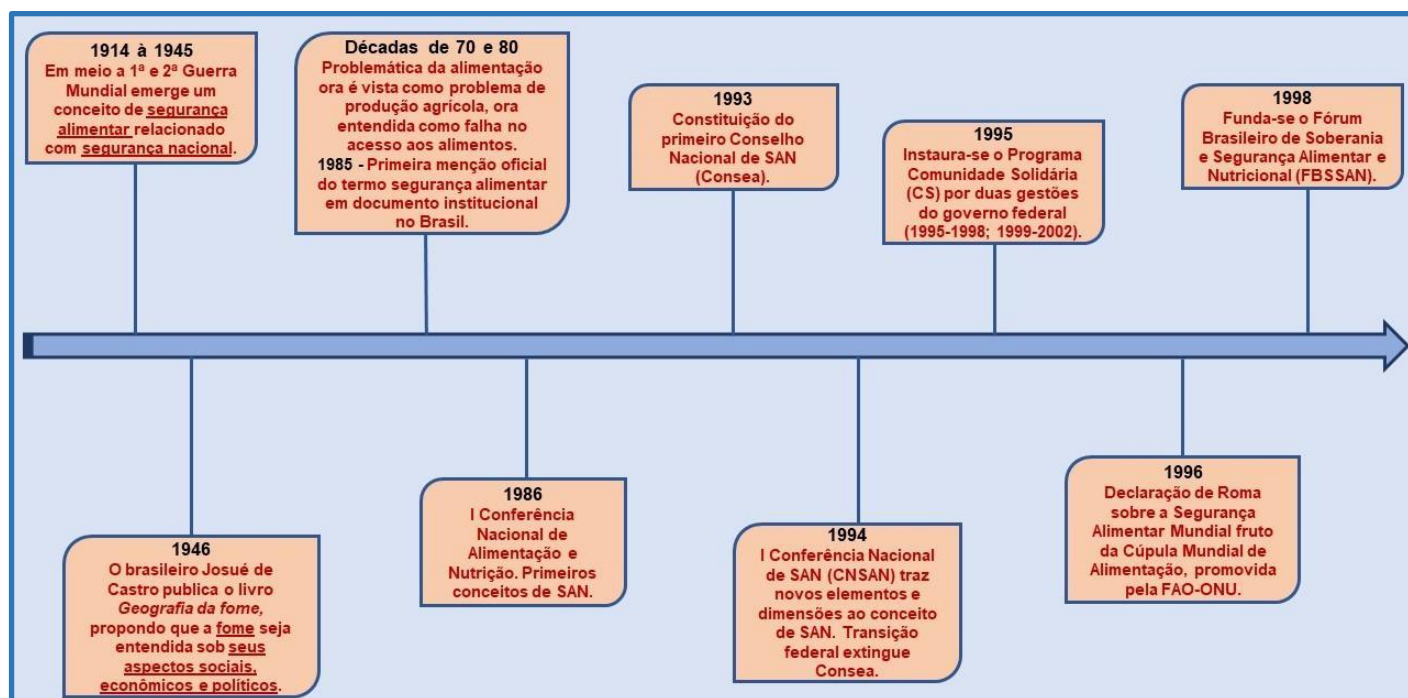
## **1.2. A construção dos princípios da SAN como instrumento de combate à fome e a miséria no Brasil**

Ao longo dos últimos séculos a academia desenvolveu certa habilidade em descrever algumas das facetas do fenômeno alimentar, observando que diante de condições inadequadas, a fome, acometerá muitos indivíduos. Ainda assim, por muito tempo o debate acerca da segurança alimentar foi cercado de superficialidades, entendendo esse conjunto de condições inadequadas como infortúnios, vide desastres climáticos e/ou saúde precária que acometeriam indivíduos infelizes, deixando o tema da SAN quase sempre associado à prestação de caridade ou mero assistencialismo.

Na contramão desse entendimento surge o médico, sociólogo, geógrafo e político pernambucano Josué de Castro (1908-1973), que em dois dos seus célebres trabalhos, “Geografia da Fome” (1946) e “Geopolítica da fome” (1968), lançou luz sobre o tema. Para Castro estava claro que a fome seria um fenômeno decorrente de diversos fatores sociais, políticos e econômicos que, juntos, sentenciavam certos indivíduos à fome e à miséria. A contribuição de suas obras alçou o tema para além da situação brasileira, alcançando o debate internacional sobre a fome. Josué de Castro tornou-se o primeiro brasileiro a presidir a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO entre 1952 e 1956, e inevitavelmente, segue sendo ponto de partida para as discussões acerca da SAN brasileira, pois seus trabalhos, embora clássicos, reverberam no amadurecimento teórico e político tão necessários ao tema.

Batista Filho (2008) entende que a publicação de “Geografia da Fome” dá o pontapé inicial na questão política da SAN no Brasil. Ainda assim, o Brasil acaba importando de outras nações suas primeiras referências para a construção dos conceitos à sua feição. Maluf (2007) aponta que as fontes iniciais foram a União Europeia (UE) e os Estados Unidos da América (EUA), que entre a Primeira e Segunda Guerras Mundiais, preocupavam-se, sobretudo em três aspectos: assegurar a estabilidade do abastecimento alimentar (*food security*); o equilíbrio agrícola e a sanidade dos alimentos (*food safety*); e a assistência alimentar (apoio humanitário). A figura 1 apresenta linha do tempo da história recente da SAN no Brasil, desde início do século até meados da década de 90.

**Figura 1. Trajetória histórica e política da SAN desde início do século XX até meados da década de 90 no Brasil.**



Fonte: elaborado pelo autor.

Ainda que Josué de Castro tenha apontado a necessidade de avançar na compreensão da alimentação como um direito humano, foi só em 1985, que o Brasil mencionou oficialmente o termo segurança alimentar no documento intitulado “Segurança alimentar: proposta de uma política contra a fome” (BRASIL, 1985) do Ministério da Agricultura e Abastecimento. Aparentemente as propostas ainda eram superficiais e resgatavam o conceito primeiro de *food security*, isto é, visaram meramente atender às necessidades alimentares da população brasileira e atingir a autossuficiência da produção de alimentos no país. Apesar do pouco impacto, as ideias contidas no documento tornar-se-iam as proposições futuras, tais quais a formulação de políticas estratégicas contra a fome, a criação de um conselho nacional de segurança alimentar, que fosse interministerial, e alocado na presidência da República, além de ligado à Secretaria de Planejamento (MALUF; REIS, 2013). Logo em seguida ocorre a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição (um desdobramento da VIII Conferência Nacional de Saúde), em 1986, que constrói nova definição para SAN:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna. (BRASIL, 1986).



A I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição inaugurou e aprofundou o olhar para a alimentação como direito de cidadania, na perspectiva de inseri-lo ao ordenamento legal, especialmente o direito humano à alimentação, contemplado no Plano Nacional de Direitos Humanos de 1996 (BURLANDY, 2009). Na oportunidade, a dimensão 'nutricional', é incorporada ao contexto da segurança alimentar, ao passo que incita a formação de um conselho e sua respectiva política pública, propondo que seja instituído sob o regime de um Sistema Nacional de SAN, interligado entre conselhos e sistemas das esferas estaduais e municipais. Tal formato de sistema nacional como proposta foi retomado apenas em 2004 (MALUF; REIS, 2013). Houve, ainda, a proposta para a constituição de um Conselho Nacional de Alimentação e Nutrição destinado a formular uma Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), que veio a ser instituída em 1999 pelo Ministério da Saúde (IPEA, 2002; MALUF, 2007). Ressalta-se neste momento a contribuição dos profissionais da saúde e acadêmicos que, compondo o Movimento Sanitarista, incentivaram intensamente os avanços discutidos e galgados pela I Conferência (PREISS; SCHNEIDER; COELHO-DE-SOUZA, 2020).

Para Nascimento (2019) o próximo passo, e mais impactante que os anteriores, foi dado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que, em 1991, propôs a formulação e a difusão de uma proposta de política nacional de segurança alimentar, tendo como mote central o combate à fome. Já Burlandy (2009), chama a atenção para o fato de que o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde (INAN/MS) em documento publicado em 1992, já havia amadurecido a compreensão da necessidade de criação de um Comitê de SAN composto por ministérios das áreas econômica e social, no qual o INAN exerceria o papel de secretaria-executiva visando à articulação intergovernamental da pasta (INAN, 1992).

Da mesma forma, o avanço do debate público acerca da SAN brasileira perpassou pela criação, em 1993, da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e pela Vida, liderado pelo sociólogo Herbert José de Souza (Betinho). Observa-se que a Ação da Cidadania foi fruto de um contexto de intensa mobilização social, com destaque para o MEP - Movimento pela Ética na Política. Essas ações, dentre outras, culminaram na constituição do Conselho Nacional de SAN (Consea), em abril de 1993, como órgão de aconselhamento à Presidência, à época exercida por Itamar Franco (MALUF; REIS, 2013).

O Consea de 1993 inovou em seus métodos de gestão participativa ao ser constituído de forma mista, isto é, possuía concomitantemente 9 assentos para ministros de Estado e 21 representantes da sociedade civil (Decreto 807 de 24/4/1993) (BRASIL, 1993). Um dos projetos coordenados pelo governo da época foi o "Plano de Combate à Fome e à Miséria", pactuado entre o INAN e a sociedade, com base na proposta de 'política nacional de SAN do PT', sendo o Consea responsável pela estrutura organizacional e implementação do plano de forma "conjunta, interdependente e coordenada". De acordo com Maluf e Reis (2013), o Consea possibilitou diversas iniciativas na área, fixando e qualificando o tema da SAN na agenda nacional, mesmo que atrapalhado pelas tensões e restrições inerentes a um tema complexo, sensível e inédito nas políticas e práticas governamentais.

Em meio a trâmites jurídicos no julgamento do ex-presidente Fernando Collor de Mello, mudanças na unidade monetária do país (implantação do real), e eventos sociais inebriantes (a vitória do Brasil na Copa do Mundo de Futebol), o tema da Segurança Alimentar e Nutricional passou por eventos singulares e opostos no ano de 1994. Em julho do referido ano, em Brasília, o Consea, impulsionado pelo movimento da Ação da Cidadania, organiza a I Conferência Nacional de Segurança Alimentar, tornando-se, dentre outros avanços, chave na organização e mobilização nacional dos processos preparatórios para a Cúpula Mundial de Alimentação (1996), promovida na Itália pela FAO-ONU. A I Conferência Nacional de SAN traz novos elementos e dimensões ao conceito de SAN, que passa a ser definida como um componente estratégico de governo que compunha:

Um conjunto de princípios, políticas, medidas e instrumentos que assegurem permanentemente o acesso de todos os habitantes em território brasileiro aos alimentos, a preços adequados, em quantidade e qualidade necessárias para satisfazer as exigências nutricionais para uma vida digna e saudável bem como os demais direitos da cidadania (CONSEA, 1994).

Tornando-se um marco na construção da agenda de SAN no Brasil a I Conferência Nacional de SAN, apontou em seu relatório final, dentre tantas preocupações, alguns determinantes socioeconômicos que implicavam em insegurança alimentar, tais como a concentração de renda e de terra. Como dito, a Conferência alçou SAN a um eixo estratégico que ampliou as possibilidades de integrar as diversas ações setoriais, numa perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento nacional (CONSEA, 1994; PESSANHA, 1998; MALUF, MENEZES E VALENTE, 1996). Ainda assim, seu relatório assinala que o CONSEA não

vislumbrou ações efetivamente intersetoriais, limitando-se a uma política governamental, mesmo que promovendo certa pactuação política e controle social, um tanto insípida, entre governo e sociedade. Peliano (1994) entende que o Consea se tornou uma instância de pressão política, sobretudo na alocação de recursos diante de metas e objetivos intersetoriais, apesar de poucas intervenções na política econômica, demonstrando o desafio, que ainda perdura, de aprimorar o diálogo das áreas sociais e econômicas diante de políticas públicas inerentemente integradas (BURLANDY, 2009).

Paralelamente, diversas entidades buscam organizar-se a fim de construir uma conferência alternativa à Cúpula Mundial da Alimentação de 1996, na qual a delegação brasileira obteve expressiva participação. A articulação a partir dali, promoveu, em São Paulo, o lançamento do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), fruto de um encontro nacional em 1998. O FBSSAN se configura desde então, como espaço permanente de interação entre sociedade civil e poder público com vistas a proposição de ações em prol da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN).

Nesse ínterim ocorre a transição do governo federal - de Itamar Franco para Fernando Henrique Cardoso - que recheada de instabilidade política e desinteresse dos gestores pela agenda sócio assistencial, extingue o Consea. Curioso notar que a literatura é confusa quanto ao fato em si, pois ora aponta que tal extinção ocorreu pela fragilidade do caráter transitório do Governo Itamar Franco em 1994, ora diz-se que o Consea foi interrompido pelo Governo Fernando Henrique Cardoso em 1995. Assinala-se que sua extinção, pelo primeiro, se deu por limitações, resistências e mesmo inexperiência à novidade do tema, quanto que para o segundo, havia uma proposta, ainda que teórica, de dar continuidade ao Consea com o Programa Comunidade Solidária. Todavia, para Maluf e Reis (2013) as concepções equivocadas e o formato inadequado de manejo da questão alimentar e nutricional, resultou em retrocesso do tema e perda da prioridade em agenda nacional sob a batuta do Governo Fernando Henrique Cardoso.

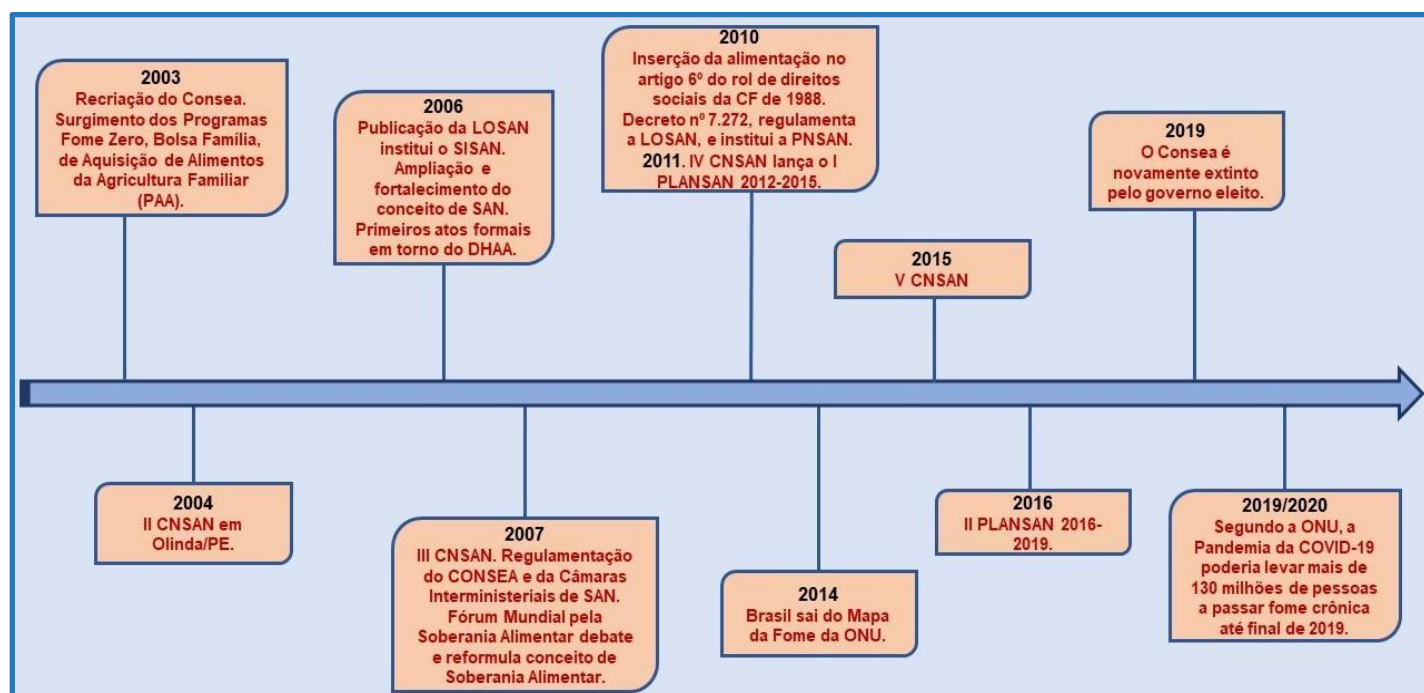
Diante da extinção do Consea, a estratégia Comunidade Solidária (CS) foi operacionalizada por duas gestões do governo federal (1995-1998; 1999-2002), integrando uma secretaria executiva (SE) e um conselho, atuando-se também, pelo menos em tese, de forma interministerial e com participação das organizações sociais. O objeto central do CS seria o combate à pobreza através de programas setoriais para

os municípios e famílias mais pobres. As discussões acerca da Segurança Alimentar e Nutricional ocorreram em “rodadas de interlocução” com a sociedade civil tendo sua condução ditada por um comitê de técnicos governamentais, sem uma instituição formal (PELIANO, REZENDE e BEGHIN, 1996; RESENDE, 2000).

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) observa que houve certo aprimoramento no direcionamento dos programas específicos, frutos de negociações realizada caso a caso com cada ministério, notadamente na primeira gestão do governo federal (até 1998) (IPEA, 1996). O programa CS investiu em ações não governamentais, a partir de parcerias com organizações sociais locais, produzindo duas vertentes: um movimento que visava aumentar os programas governamentais através da coordenação; e outro, por meio dos recursos societários das comunidades locais. Para Burlandy (2003), houve uma fragilização da estrutura governamental da CS no nível local, prejudicando um planejamento territorial integrado. A autora reforça que havia documentos internos do INAN/MS reiterando a premente necessidade de articulação da entidade com os diversos setores de governo presentes no conselho do Programa Comunidade Solidária que apresentavam interfaces mais estreitas com as ações do Ministério da Saúde.

Após oitos anos de frágeis articulações políticas em torno da SAN com o Programa CS, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional é recriado, em 2003. No bojo de sua refundação estão os Programas Fome Zero, Bolsa Família, Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA), ambos coordenados de forma interministerial, mas com pasta centralizada no recém-criado Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome – MESA. Tais programas foram idealizados de forma a atuar para que o combate à fome fosse o objeto central, mas também enfrentando a pobreza e seus diversos determinantes. Ressalta-se aqui o apoio e a mobilização do Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), ao movimentar o tema em fóruns e conselhos estaduais, potencializando a descentralização e qualificação do debate. A figura 2 abaixo ilustra o período a partir da década de 2000.

**Figura 2. Trajetória histórica e política da SAN a partir da década de 2000 até dias atuais.**



Fonte: elaborado pelo autor.

O Consea reinstituído em 2003 tornou-se novamente um órgão de assessoramento do Presidente da República, sendo composto de forma mista por 2/3 de entidades da sociedade civil organizada e o restante por setores de governo (Brasil, 2004). Menezes (2004) assinala que o Conselho participou de forma positiva em diversos espaços, como na colaboração ao Plano de Safra da Agricultura Familiar daquele do ano de 2004, articulando ministérios e organizações sociais numa proposta integrada; na realização da II e da III Conferência Nacional de SAN; nas modificações no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), incluindo a ampliação do *per capita* repassado aos municípios e expansão da clientela atendida pelo programa. Ressalta-se aqui duas das experiências positivas foram o Plano de Safra da Agricultura Familiar 2003/2004 e o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) por motivos inovadores e singulares: o primeiro alcançou certa integração da política agrícola com as diretrizes do desenvolvimento agrário e SAN, ao comprar alimentos da agricultura familiar para atender às iniciativas de subvenção ao consumo, implantadas pelo Programa Fome Zero; enquanto que o segundo buscou novos sentidos ao incentivo à agricultura familiar, especialmente relacionados com abastecimento e acesso alimentar equitativo, tais como: contribuir para a segurança alimentar e nutricional dos agricultores; gerar renda com a venda do excedente de sua produção ao governo federal; incentivar a comercialização;

ampliar os estoques de alimentos para a distribuição pelos programas alimentares; garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover a inclusão social no campo.

Os percalços deste período para o Consea se tornaram semelhantes ao da década anterior tais como a baixa ingerência na agenda orçamentária, principalmente em relação ao plano plurianual e ao orçamento de 2004; os limites, já conhecidos, em fomentar a intersectorialidade, sobretudo diante da baixa participação dos primeiros escalões dos ministérios e no dilema da construção de um sistema de monitoramento integrado (MENEZES, 2004; CONSEA, 2004).

Nesse período o FBSSAN tornou-se uma entidade da sociedade civil primordial na promoção da participação e do controle social quando da criação e implementação das políticas de segurança alimentar no país, estando na base das três conferências seguintes (2004, 2007 e 2011) e da definição de SAN debatida e aprovada na II Conferência Nacional de SAN em Olinda/PE, 2004. No mesmo ano, criou-se o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (2004). A II Conferência, cujo tema era “A construção da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional”, debateu a definição que foi posteriormente incorporada à Lei nº 11.346 de setembro de 2006, que dentre outras providências, criou o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) e assim fica descrita:

A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 – LOSAN – BRASIL, 2006).

Deste modo, a Lei nº 11.346/2006, também chamada de Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) consolidou as múltiplas dimensões que o conceito de SAN pretende abarcar. Este novo modelo teórico de concepção de SAN chamou atenção no âmbito internacional, pois superou os parâmetros de inocuidade e estabilidade alimentar, galgando as nuances dos contextos sociais, econômicos e ambientais necessários para que o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) fosse efetivamente alcançado. Para tal, a Lei estabelece definições, princípios, diretrizes, objetivos e a composição do Sisan, cujo espaço foi direcionado à participação do poder público e da sociedade civil organizada, a fim de formular e

implementar políticas, planos, programas e ações que garantam o DHAA. Integram o Sisan as distintas entidades e instâncias tais como: Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional; Consea; Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan); os órgãos e entidades de segurança alimentar e nutricional da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; instituições privadas, com ou sem fins lucrativos, que manifestem interesse na adesão e que respeitem os critérios, princípios e diretrizes do Sisan. Além das instâncias nacionais, tanto o Consea, quanto a Caisan devendo ser constituídos em cada estado e município. O formato idealizado para o Sisan pretendeu consolidar a responsabilidade do Estado frente ao problema, assegurando o devido espaço ao controle social na governança participativa das políticas públicas. Ressalta-se que à exemplo do Sistema Único de Saúde (SUS), o Sisan também prevê a participação e o controle social por meio do Consea e conferências de SAN. Mas, o Consea se constitui em um órgão de assessoramento do Presidente da República tendo caráter consultivo, diferente dos Conselhos de Saúde que tem caráter deliberativo para o SUS.

Desta forma, considerou-se como um importante avanço, realizado pela LOSAN, o entendimento da promoção e garantia do DHAA como objetivo e meta da Política de SAN na medida em que o poder público deveria adotar as políticas e ações necessárias para promover e garantir a SAN da população (BRASIL, 2006; ABRANDH, 2013).

Ademais, a II Conferência Nacional de SAN tornou-se um marco teórico para a academia, e político para as instituições que pensam e executam esse objeto. A multiplicidade de participantes fez com que emergisse uma transversalidade inerente ao tema, expondo temáticas que perpassam a segurança alimentar e nutricional, tais como a dinâmica de acesso à terra dos povos tradicionais, os processos produtivos ecológicos e mantenedores da sociobiodiversidade, as discussões acerca do controle do uso de agrotóxicos, a diversificação das dinâmicas de abastecimento alimentar, a construção de referenciais sobre a alimentação adequada e saudável para a população brasileira, bem como as discussões de gênero na produção de alimentos, dentre tanto outros temas (PREISS; SCHNEIDER; COELHO-DE-SOUZA, 2020).

Logo após a publicação da LOSAN, ocorreu a III Conferência Nacional de SAN em 2007 sob o título “Por um desenvolvimento sustentável com soberania e segurança alimentar e nutricional”, consolidando a inserção da política de SAN na agenda pública no país. O evento reconhece haver, neste momento, maior integração das ações com

foco na almejada intersectorialidade e cita como exemplo bem-sucedido o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. O PAA é tido como inovador pois tornou-se instrumento simultâneo de política agrícola e de acesso à alimentação adequada e saudável (Consea, 2007, 2008). Ao propor ações que se inserem ao longo do sistema agroalimentar, como foco na produção familiar, o PAA, tal como política idealizada em 2003 e prática consolidada a partir de 2007, colabora numa perspectiva de encurtar o caminho entre a produção e o consumo de alimentos, por meio de uma gestão interministerial perfazendo-se numa ação pública mais integrada, valorizando o produtor e o acesso ao alimento pela população. Só em novembro de 2007, ocorre a regulamentação do Consea e da Caisan através dos Decretos presidenciais 6.272 e 6.273, estipulando seus limites e condições de ação.

Ainda naquela década, diversos eventos discutiram um conceito relevante e entrelaçado com SAN: Soberania Alimentar. Em 2001 o Fórum Mundial de Soberania Alimentar ocorrido em Havana/Cuba propõe, em sua Declaração Final, o conceito de Soberania Alimentar como:

O direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental. A soberania alimentar favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos. Defender a soberania alimentar é reconhecer uma agricultura com camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras, vinculadas ao território; prioritariamente orientada a satisfação das necessidades dos mercados locais e nacionais. (...) (Declaração final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba/2001).

No mesmo ano da III Conferência Nacional de SAN no Brasil, ocorreu outro Fórum Mundial pela Soberania Alimentar propondo uma leitura mais completa para SB. Em março de 2007, o Fórum, realizado no vilarejo de Nyéleni, no Mali, contou com a participação de 500 representantes de organizações camponesas, vindos de 80 países, debatendo e consolidando um conceito de Soberania Alimentar que ficou assim descrito:

A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).



Na conjuntura subsequente, o ano de 2010 configurou-se num marco excepcional na agenda de SAN no Brasil. Logo em fevereiro de referido ano a Emenda Constitucional nº 64, após transitar por sete anos desde sua proposição inicial no Senado até sua aprovação final, torna a alimentação adequada um direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal (BRASIL, 2010a). Vale reforçar duas situações que denotam o caráter meramente do interesse político nesta promulgação: a alimentação escolar já era reconhecida como dever do Estado na *Constituição Federal* de 1988 em seu artigo 208; e que a expressão “Direito Humano à Alimentação Adequada” já constava no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) desde 1992 (BRASIL, 1992). Ainda assim, é inegável que a inserção da alimentação no artigo 6º do rol de direitos sociais da CF de 1988, alavancou as potencialidades institucionais públicas e das organizações civis em ampliar o debate acerca da Segurança Alimentar e Nutricional no país.

No segundo semestre de 2010 outro marco jurídico e político relevante a SAN foi o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010, que dentre outras providências, regulamentou a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006, e instituiu a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN). Para além da instituição, o Decreto definiu as diretrizes e os objetivos da PNSAN e estabeleceu os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PLANSAN), seu principal instrumento de planejamento, gestão e execução da PNSAN (BRASIL, 2010b).

Fechando o ano de 2010, a Presidência da República convoca a IV Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional que após amadurecimento nos eventos preparatórios possuiu como tema central a “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos”. A IV Conferência veio então a ser realizada em novembro de 2011, em Salvador/BA, sendo um momento de culminância de um amplo e participativo processo envolvendo aproximadamente 75 mil pessoas de mais de 3.200 municípios de todos os estados brasileiros, compondo, portanto, extensa representatividade da diversidade social, regional, étnico-racial e cultural do Brasil.

A IV Conferência “debateu e deliberou sobre proposições voltadas para proteger, promover, respeitar e prover o direito humano à alimentação adequada e saudável no Brasil e no mundo, direito fundamental e universal previsto na Constituição brasileira”, ocasião em que também foi lançado o I PLANSAN. Como

fruto político dessa mobilização, destaca-se a construção da Declaração pelo Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável, que reconhece um avanço significativo na mobilização social pela soberania e a segurança alimentar.

O I PLANSAO programado para o intervalo de 2012 a 2015 já possuía em seu escopo as metas e iniciativas intersetoriais a serem desenvolvidas por distintas agendas como a da Saúde, Educação e Desenvolvimento Agrário, a título de exemplo. Nele ficaram explicitados as responsabilidades dos órgãos e das entidades da União para consolidação de programas e ações relacionadas às oito diretrizes da Política Nacional de SAN (BRASIL, 2010), que são:

- I - Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional;
- II - Promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos;
- III - Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada;
- IV - Promoção, universalização e coordenação das ações de segurança alimentar e nutricional voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais de que Trata o Decreto nº 6.040/2007, povos indígenas e assentados da reforma agrária;
- V - Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis da atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de segurança alimentar e nutricional;
- VI - Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar e da pesca e aquicultura;
- VII - Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e diretrizes da Lei nº 11.346, de 2006; e
- VIII - Monitoramento da realização do direito humano à alimentação adequada.

Nos debates promovidos pelas entidades na IV Conferência, os conceitos de DHAA e Alimentação Adequada e Saudável se sobressaem. Em seu relatório o DHAA é salientado como um direito humano, fundamental e social, que estando tão bem fixado em atos e instrumentos legais o torna uma norma jurídica autoaplicável, isto é, de aplicação imediata, de forma progressiva e contínua. Ressalta ainda que sua inserção no artigo 6º da Constituição Federal reforça as condições para a sua exigibilidade. Em linhas gerais diz-se que é o direito de cada pessoa ter o acesso físico e econômico, ininterruptamente, à alimentação adequada ou aos meios para obter estes alimentos, sem comprometer os recursos para obter outros direitos fundamentais, como saúde e educação. O direito humano à alimentação adequada

possui então duas dimensões: o direito de estar livre da fome e da desnutrição, e o direito a uma alimentação adequada e saudável. Assim, a plena execução desse direito perpassa necessariamente o processo de disponibilidade, adequação, acessibilidade e estabilidade do acesso a alimentos produzidos e consumidos de forma soberana, sustentável, digna e emancipatória. (LEÃO e RECINE, 2011; LEÃO, 2013)

Retornando à 2002, quando as discussões acerca do DHAA no Brasil eram, de certa forma, embrionárias, um relatório da ONU já apontava numa definição ampla e sólida:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garantam uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva (ONU, 2002).

Apoiado na Política Nacional de Alimentação e Nutrição (BRASIL, 2012), o conceito de Alimentação Adequada e Saudável, já bem delineado e amadurecido é entendido como a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente (ALVES e JAIME, 2014). Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais; referenciada pela cultura alimentar e pelas dimensões de gênero, raça e etnia; acessível do ponto de vista físico e financeiro; harmônica em quantidade e qualidade; baseada em práticas produtivas adequadas e sustentáveis com quantidades mínimas de contaminantes físicos, químicos e biológicos (BRASIL, 2012; ABRANDH, 2013)

Apesar do amadurecimento na gestão da política e em sua implementação, tanto o Plano quanto a Política estavam diante de desafios. Ante a atribuição que lhe é inerente, a IV Conferência de SAN buscou apontar o conjunto de dinâmicas que entendiam serem cabíveis de reflexão e melhoria, onde destacam-se a necessidade de incorporar estratégias territoriais e intersetoriais e visões articuladas das demandas das populações. Ainda, em seu relatório final IV Conferência entende que as mudanças deverão ser direcionadas na perspectiva da universalização dos direitos, com atenção para as especificidades dos diversos grupos populacionais em situação de vulnerabilidade e de insegurança alimentar e nutricional, respeitando a diversidade social, cultural, ambiental, étnico-racial, geracional, sexual e a equidade de gênero.

Ademais, aponta que para garantir a efetividade do Plano, deverão ser assegurados recursos orçamentários e financeiros compatíveis.

Em novembro de 2015 ocorreu, em Brasília, a V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CNSAN), que como as anteriores, constitui-se espaço de amplo debate, envolvendo larga diversidade sociocultural, nas conferências municipais, territoriais, regionais, estaduais e do Distrito Federal em todo o país, bem como em quatro encontros temáticos preparatórios. A V Conferência possuiu como lema “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”, e foi marcada por alguns atos, considerados históricos para a SAN no Brasil: assinatura de decreto que regulamentou a Norma Brasileira para Comercialização de Alimentos para Lactentes e Crianças de Primeira Infância, Bicos, Chupetas e Mamadeiras; anúncio da Portaria Interministerial que criava o Programa Nacional de Sementes e Mudas para a Agricultura Familiar; e assinatura de decreto que instituiu o Pacto Nacional pela Alimentação Saudável (BRASIL, 2015). O relatório final reafirma o apoio e a importância da proposta de lançamento do Programa Nacional de Redução do Uso dos Agrotóxicos (Pronara) elaborado, em 2014, pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) (BRASIL, 2015).

Dentre os principais trabalhos desenvolvidos pela V Conferência, situa-se o amadurecimento do II PLANSAN, planejado para o intervalo de 2016 a 2019, apontando as perspectivas da agenda de soberania e segurança alimentar e nutricional brasileira. Em 2016, a Caisan lança, enfim, o II PLANSAN, que ineditamente se divide em Desafios, Metas e Ações Relacionadas, tendo sua construção orientada com vistas a um conjunto de metas estratégicas e prioritárias, de forma que facilitasse o seu monitoramento, focalizando as ações mais relevantes.

Nota-se que esse processo de construção em torno das políticas e ações públicas direcionadas a SAN brasileira se deu por um amplo movimento político, desde a formação de entidades civis, até a construção da institucionalidade estatal relacionada a SAN. Os espaços constituídos pelas conferências, câmaras e conselhos se tornaram essenciais na dinâmica de implementação e monitoramento das políticas de SAN. Ao que parece os desafios estavam apenas sendo lançados, posto que o cenário epidemiológico nutricional brasileiro sempre foi muito grave. Aparentemente o próximo passo seria transcender o tema e começar a discutir o *comer*, para além do acesso aos alimentos, propondo um repensar sobre os complexos sistemas alimentares. Essa dinâmica foi freada pela política governamental após 2015.

### **1.3. Fome versus obesidade: duas facetas da (in)Segurança Alimentar e Nutricional e a desconstrução de sua agenda pública**

Ao longo do último século, mais precisamente desde a “Geografia da Fome” (1946) de Josué de Castro, é inegável e aparente o avanço teórico a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional e seus temas e conceitos transversos. O amadurecimento institucional e político segue um pouco essa dinâmica, mas continua cercado de fragilidade e incertezas quanto ao seguimento de uma Política de SAN integrada e acompanhada de perto por uma gestão participativa. A continuidade de avanços na perspectiva de SAN, DHAA e Soberania Alimentar como elementos estratégicos fundamentais ao desenvolvimento humano e socioeconômico das nações, com equidade social e sustentabilidade ambiental, em especial do Brasil, estaria sujeita a “transformações em direção a uma concepção de ações e programas integrados, além do exercício permanente de negociação entre os setores e instâncias envolvidas” (MALUF e REIS, 2013, p. 41).

Nas últimas décadas, diversas instâncias foram construídas coletivamente para exercerem o cuidado da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), tais como as Conferências, Conselhos e Câmaras Interministeriais de SAN espalhados e reproduzidos nos estados e municípios. Essas ações públicas buscaram ser participativas, articuladas e intersetoriais a fim de fortalecerem seu papel do controle social. No entanto, percebe-se, hoje, certo desinteresse do Estado, que acarreta um claro desmonte e desvalorização das políticas de proteção social, bem como aquelas de incentivo aos pequenos produtores rurais, sabidamente os responsáveis em produzir 70%, em média, dos alimentos consumidos pelos brasileiros. Esse cenário de ausência estatal reforça o desafio imposto ao povo brasileiro em defesa do DHAA, que ora esquivava-se entre a obesidade e fome promovendo essa dualidade paradoxal de insegurança alimentar nutricional.

Conforme último Relatório da FAO-ONU em 2019 (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura), “Estado de Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”<sup>1</sup>, estima-se que quase 690 milhões de pessoas passaram fome em 2019 - um aumento de 10 milhões em relação a 2018, e de quase 60 milhões em cinco anos. O relatório aponta que os altos custos e a baixa acessibilidade econômica também encurralaram “bilhões de pessoas” em não comer de forma saudável e nutricionalmente equilibrada. Tragicamente a pandemia da COVID-19 tende a agravar

esse cenário, tendendo a levar, conforme o Relatório, mais de 130 milhões de pessoas a passar fome crônica até final do corrente ano.

Já para o Brasil, o mesmo relatório da FAO-ONU em 2019, revela que a fome voltou a aumentar, avançando de 18,3% para 20,6%, entre os períodos de 2014-2016 e 2017-2019. Dados colhidos entre 2017 e 2018 pelo Programa de Orçamentos Familiares (POF 2017-2018) do IBGE constatam que a fome aumentou 43,7% nos últimos cinco anos. Em números absolutos são 84,9 milhões de brasileiros que viveram, nesse período, sob algum grau de insegurança alimentar, sendo que destes, 10,3 milhões estavam em situação de insegurança alimentar grave, isto é, não tinham acesso a alimentos e passavam fome. A prevalência nacional de segurança alimentar (63,3%) nunca havia caído tanto desde quando começou a ser realizado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE em 2004.

Esse antigo, e agora reemergente, quadro de déficit alimentar e nutricional contrasta de forma paradoxal com um cenário de excesso de peso, não somente em países desenvolvidos, mas também em nações caracterizadas por desigualdades sociais. Em relatório conjunto, diversas entidades da ONU apontam que, por exemplo, na América Latina, para cada pessoa que passa fome, mais de seis pessoas sofrem de sobrepeso ou obesidade, evidenciando outra face da vulnerabilidade alimentar, que convive com aumento no índice de insegurança alimentar grave em 2018 (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2019). As entidades da ONU reforçam que as causas são múltiplas, tais como conflitos por terra, variabilidade e condições climáticas extremas constando entre os principais fatores que explicam esse cenário. O relatório ainda atenta para o fato de que esse aprofundamento na situação de insegurança alimentar e nutricional está intimamente relacionado ao aumento das taxas de desemprego e a deterioração das redes de proteção social, ao passo que crianças, pessoas de baixa renda, mulheres, povos indígenas, afrodescendentes e famílias rurais são os que mais sofrem os impactos (FAO; FIDA; UNICEF; PMA; OMS, 2018).

Se aprofundarmos a análise dos dados podemos observar que as mulheres e as crianças são as mais afetadas, sobretudo quando são migrantes e indígenas. No contexto da América Latina e Caribe, a obesidade tem avançado consideravelmente sobre as crianças com menos de cinco anos, onde quase 4 milhões (ou 7,3%) estão com sobrepeso, valor bem acima da média mundial, situada em 5,6%. Somadas as faixas etárias, esse índice chega a 60% da população regional ou 250 milhões indivíduos com excesso de peso (FAO; OPAS; WFP; UNICEF, 2018). Da mesma

forma, os números absolutos chegam a 19 milhões de mulheres latino-americanas (8,4%) que passam fome, em comparação aos 15 milhões de homens (6,9%), enquanto que a outra faceta da insegurança alimentar, vide obesidade, segue o mesmo padrão com uma taxa de obesidade em mulheres adultas também sendo maior que a dos homens. O Panorama da Pobreza Rural para a América Latina e o Caribe realizado pela FAO, ainda aponta que as mulheres e os povos indígenas, sobretudo migrantes, são os mais impactados pela miséria e conseqüentemente estão sujeitos à insegurança alimentar e nutricional (FAO, 2018). No Brasil, segundo um inquérito do MS que trata da vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas indica que em nossa população, 56% dos adultos estão com excesso de peso, sendo quase 20% de obesos (BRASIL, 2019).

Essas duas realidades ainda são agravadas por um histórico de políticas públicas de incentivo ao uso e comercialização de agrotóxicos, principalmente nas culturas alimentares produzidas em larga escala. O Brasil segue sendo um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, mantendo um padrão atroz de liberação, pouco criteriosa, de diversos produtos sintéticos na contramão do que a literatura aponta para os danos de saúde humana e ambiental. Lopes e Albuquerque (2018) destacam que dez empresas, quase sempre multinacionais, concentram mais de 70% desse mercado no país garantindo custo irrisório de registro de produtos e isenção, na maioria dos estados, dos impostos que incidem sobre os produtos. Segundo a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida (2019), que reúne uma gama de instituições públicas e entidades da organização civil, nos primeiros 200 dias de governo do atual presidente Jair Bolsonaro, foram liberados 290 novos produtos agrotóxicos, média recorde no Brasil de 1,45 agrotóxico por dia.

Em suma, ora o brasileiro está com fome, ora está obeso, podendo estar diante de alimentos quer modificados geneticamente, quer repletos de agrotóxicos. Os desafios para as políticas de SAN são vastos.

A gestão pública federal entre 2002 e 2016, deu, inegavelmente certa atenção à agenda institucional de SAN e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). No ano de 2014 o Brasil conseguiu sair do Mapa da Fome, segundo levantamento anual feito pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, 2014). O mesmo levantamento ainda deu ênfase ao Brasil, por ter atingido a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) de reduzir pela metade a proporção da população que sofre de fome.

Para Pacheco (2017), a melhoria dos indicadores de Segurança Alimentar e Nutricional é decorrente dos programas e políticas intersetoriais implementadas no período de 2002 a 2015, alinhados ao princípio do DHAA e como reflexo de lutas e mobilização social, que geraram conquistas pela cidadania. A autora ainda reflete que *“mesmo que em meio a profundas contradições de um país que historicamente não rompeu com as estruturas que reproduzem a injustiça social e ambiental e como um dos países mais desiguais do mundo”* (PACHECO, 2017, p. 1). A mesma assumiu a presidência do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no biênio 2012-2013 e, em 2017, durante seu discurso diante de celebração dos 11 anos da Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), reforçou a necessidade de detalhar e compreender como os retrocessos e os cortes nas políticas públicas do governo do então presidente Michel Temer iriam potencializar queda nos índices de SAN. Seu posicionamento ressaltava diversos aspectos, entre eles: a paralisação da Reforma Agrária; a violação de direitos territoriais dos povos indígenas, comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais; a flexibilização das normas ambientais no Código Florestal e de liberação dos agrotóxicos e transgênicos; a extinção do Programa de Apoio ao desenvolvimento sustentável aos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais; corte de 11% do Programa Bolsa Família; redução de 99,8% dos recursos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA) para Compra com Doação Simultânea, Aquisição de Sementes e Compra Direta; além de redução drástica dos recursos para os programas de convivência com o semiárido, em período de seca prolongada (PACHECO, 2017).

Observa-se que ali, em 2017, o embrião para o desmonte da arquitetura institucional de SAN foi idealizado, já dando alguns passos. Em estudo que realizou análise da política pública de alimentação e nutrição no Brasil, com ênfase no intervalo de 2003 a 2018, Vasconcelos *et al* (2019), reforçaram que após uma expansão e qualificação dessas políticas, houve um conjunto de retrocessos com cortes orçamentários contínuos que fragilizam as políticas sociais, de redução da fome, da miséria, da pobreza e da promoção da SAN a partir da transição do segundo Governo Dilma ao Governo Temer.

Em março de 2018 ocorreu o Encontro Nacional 5ª Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional + 2 (V CNSAN+2), buscando realizar um balanço das propostas da V CNSAN de 2015. Já num momento de espaços de diálogo e debate



acerca da agenda de SAN sendo rarefeitos, o evento se debruçou sobre o andamento dos resultados alcançados pelo II PLANSAN, na medida em que analisava a conjuntura e promovia a troca de experiências. Da mesma forma, o evento se tornou chave para revisar o II PLANSAN atento justamente às mudanças mais estruturais, para serem posteriormente recomendadas ao III PLANSAN 2020-2023.

Em 2019, como um dos primeiros atos, o governo do Presidente Jair Bolsonaro extingue o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional através da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019. Algumas lutas foram travadas no intuito de suspender de vez essa extinção, mas em setembro do mesmo ano o Conselho foi extinto definitivamente, em uma votação que ocorreu no Congresso Nacional.

Findo a vigência do II PLANSAN (2016-2019) não houve qualquer indicativo do Planalto para sua sequência. Assim, o Brasil iniciou 2020 sem uma diretriz para guiar as políticas de SAN no próximo Plano Plurianual (2020-2023). Em outras palavras, o país está sem o principal instrumento da Política Nacional de SAN, pois o plano é quem orienta e organiza de forma estratégica as principais demandas que surgem em resposta ao direito constitucional à alimentação.

Os conceitos de SAN, DHAA e SB seguem sendo objeto de disputa política e institucional, sobretudo sob um contexto de pandemia que assola o mundo, principalmente nosso país. Observou-se que os governos federais de 2002 a 2015 puderam avançar sobre diversos aspectos institucionais relacionados às políticas públicas de SAN. Parte importante desse avanço se deu por uma base popular, que nela se inclui a academia, essencial no amadurecimento teórico e na disputa por espaço político na construção programática desta agenda. Esses mesmos governos não conseguiram avançar numa solidez institucional, distanciando-se da base, e, por conseguinte, fragilizando muito do aparato construído anteriormente. Assim, como poderá ser visto de maneira mais clara ao longo do trabalho, diversos atores sociais apontam que as políticas públicas voltadas ao tema dessa pesquisa se caracterizavam muito mais pelo governo a elas relacionado, do que como iniciativas contínuas de Estado, o que facilitou o futuro desmantelamento nos governos seguintes.

Para Maluf (2007), a vinculação das ações e políticas públicas de SAN a princípios como a intersectorialidade, o direito humano à alimentação adequada e saudável e a soberania alimentar é o que garante a diferenciação desse enfoque para

os usos correntes da “*segurança alimentar*” por governos, organismos internacionais e representações empresariais vinculadas às grandes corporações e ao agronegócio. Há de se pensar e construir nova agenda e desenho investigativo de SAN, como forma de expor sua relevância à sociedade civil, contracenando-a ao atual cenário político de aumento da insegurança alimentar e violação de direitos humanos.

O abandono gradativo das instâncias essenciais às ações e às políticas de alimentação e nutrição escancaram o formato no qual a atual gestão federal deverá se comprometer daqui para frente. Nem mesmo o grave contexto pandêmico que empurra milhões de brasileiros à insegurança alimentar parece importar aos governantes e legisladores. Observa-se, claramente, que o processo de construção e consolidação das Políticas de SAN, ao longo das últimas décadas foi e permanece como um processo intenso, profundo, mas ainda assim lento. É certo que em poucas ações avançou-se muito na desarticulação do Sisan, denotando certa aniquilação dos espaços dessa gestão participativa. Ainda assim, o debate acerca da SAN brasileira segue latente na memória social, posto que a própria pandemia reforçou, veementemente, a necessidade de cuidado para com as condições alimentares e nutricionais da população.

#### **1.4. Reflexões sobre sindemia e sistemas alimentares e suas repercussões em SAN e Soberania Alimentar**

No início dos anos 70, o conceito de Segurança Alimentar ainda se referia a um objeto de interesse dos países, e não dos indivíduos ou famílias, tendo como foco das atenções os problemas globais de abastecimento alimentar. Um dos marcos iniciais de disseminação do termo foi a Conferência Mundial de Alimentação, realizada em Roma, em 1974, onde Segurança Alimentar foi definida como a garantia de adequado suprimento alimentar mundial para sustentar a expansão do consumo e compensar eventuais flutuações na produção e nos preços. Ainda na Conferência, foi produzida, sob a chancela da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e da Desnutrição, a qual é considerada um dos primeiros atos de abrangência internacional referente a problemática da fome em massa. A Declaração, levanta enfaticamente as primeiras linhas do que viria a ser o Direito Humano a Alimentação Adequada reforçando que “*todos os homens, mulheres e crianças têm direito inalienável a não padecer de fome e desnutrição*”.

Mais recentemente, em 2015, na 70ª Assembleia Geral da ONU, representantes dos seus 193 Estados-membros elaboraram e se comprometeram com a Resolução “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Após amplo debate reconheceram que a erradicação da pobreza em todas as suas formas é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável em suas dimensões econômicas, sociais e ambientais. A Agenda 2030 está organizada em 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS), de forte caráter interdisciplinar, devendo os mesmos serem pensados de forma integrada e indissociável (ONU, 2015).

A temática da alimentação e nutrição possui especial transversalidade no conjunto dos ODS, sendo considerado fundamental para a saúde das pessoas e do planeta. Observa-se essa correlação, sobretudo no conjunto de metas dos ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável) e do ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), posto que congregam múltiplas ações como suas metas de acabar com a fome (2.1) e todas as formas de desnutrição (2.2); reduzir a taxa de mortalidade materna global (3.1) e de acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos (3.2). Assim, nota-se que há razoável consenso de que diversos problemas sociais e sanitários no mundo poderiam ser melhor enfrentados, quando da tomada de ações articuladas em múltiplas escalas, garantindo a sustentabilidade de uma alimentação saudável, acessível e de qualidade ao conjunto da população mundial. Isto é, repensar os sistemas alimentares atuais poderá ser o primeiro passo, pois os mesmos se encontram na interface comum aos Objetivos da Agenda 2030.

Após cinco décadas da Declaração Universal sobre a Erradicação da Fome e da Desnutrição e dos esforços da Agenda 2030, quando o mundo se comprometeu a *acabar com a fome, a insegurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável*, os dados indicam que não há o que se comemorar, pelo contrário. O número de pessoas afetadas pela fome tem aumentado lentamente desde 2014 (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2020), no contexto de uma crise global multifacetada seja ela social, ética, econômica, democrática, ecológica e sanitária. A crise sanitária em conjunção com a ambiental, traz um novo cenário: existe uma *sindemia* global que une desnutrição, obesidade e mudanças climáticas. Ademais, o avanço da pandemia de COVID-19 trouxe grandes repercussões para a saúde da humanidade, incluindo o agravamento de desigualdades e vulnerabilidades sociais preexistentes.

Em 24 de fevereiro de 2020, quase dois meses após os primeiros registros da COVID-19, 16 países já estavam em alerta para casos suspeitos da doença (BRASIL, 2020). E em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma pandemia. É clara a correlação entre desigualdade socioeconômica e o risco de infecção e óbito pelo novo Coronavírus. Observa-se assim, um caráter sindêmico da infecção pelo SARS-CoV-2, posto que a mesma interage com Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) e tem atingido com mais intensidade países com maiores desigualdades socioeconômicas. Com o avanço da pandemia de COVID-19, essas desigualdades e as vulnerabilidades sociais preexistentes têm se agravado, afetando especialmente, além dos grupos de risco com comorbidades, certos países, territórios e populações. Destacam-se os mais pobres, negros, indígenas, trabalhadores precarizados, e ainda os profissionais de saúde que se encontram na linha de frente do atendimento à população. Estima-se que, dentre os efeitos negativos desta pandemia, o número de pessoas em situação de fome no mundo em 2020 tenha aumentado entre 83 a 132 milhões (FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF, 2020).

Assim, ressalta-se que a raiz comum às questões levantadas é observada nos sistemas alimentares atuais, donde o modelo de produção e consumo em toda escala alimentar não é sustentável, social, econômica e ambientalmente. Além da óbvia degradação causada pelo modelo baseado na monocultura e uso abusivo de agrotóxicos, a literatura mais recente sobre o sistema alimentar global vem colocando especial ênfase em três problemas fundamentais e interconectados: mudanças climáticas, erosão da diversidade genética e avanço da pandemia de obesidade. Estes problemas relacionam-se a duas características centrais do sistema agroalimentar global: a primeira é que ele gira fundamentalmente em torno da produção de carnes em detrimento dos vegetais; e a segunda está na participação crescente dos produtos ultraprocessados nas práticas alimentares atuais. Mais precisamente sobre esse último tópico, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO-ONU), em relatório de 2019, alerta para esse cenário que se configura pelo “triplo ônus da má nutrição”, isto é a presença concomitante da subalimentação (vide fome), obesidade e falta de nutrientes.

O modelo de produção preconizado no sistema alimentar global atual traz consequências tanto para os animais (sofrimento animal), quanto aumenta os riscos para a saúde humana. Estes últimos ficaram evidentes com a emergência da

pandemia de COVID-19. Há duas razões centrais para que boa parte de patógenos das zoonoses derivem das práticas agrícolas: adensamento de animais por área e a homogeneidade genética. Essas condições são especiais para a criação de ambientes diferenciados para que vírus e bactérias se difundam (ROHR, 2019). Ademais, a destruição dos habitats naturais promove desequilíbrio ecológico pois criam organismos multirresistentes que se tornam vetores, como por exemplo, ratos que não se infectam, mas transportam os patógenos. Embora tudo indique que a COVID-19 tenha origem numa espécie selvagem, o modelo de produção agrícola vigente é o maior risco, pois segue promovendo o encontro entre espécies selvagens e domesticadas, tanto pela devastação florestal quanto pelas gigantescas criações adensadas. Em seu estudo, Rohr (2019) ainda reforça esse risco ao apontar que 77% dos microrganismos presentes nos animais de criação são potenciais agentes patogênicos para as populações humanas, sendo brechado apenas por um volume imenso de antibióticos e desinfetantes pela indústria agropecuária.

Em 2019, uma comissão de especialistas passa a observar esse cenário e alerta para o que chamaram de “Sindemia Global”. Para os autores há uma “sinergia de epidemias que interagem uma com a outra, produzindo sequelas complexas sobre a base de determinantes sociais comuns” (SWINBURN, *et al.*, 2019). Para Horton (2020) a COVID-19 não é uma pandemia, é sim uma sindemia. O autor entende que o modelo de abordagem preconizado para emergências de saúde pública do passado não cabe ao padrão da doença resultante da infecção pelo SARS-CoV-2, considerando o modelo conceitual de sindemia mais adequado para explicar a disseminação e as repercussões da epidemia do novo Coronavírus (HORTON, 2020).

Quase três décadas antes, epidemiologistas e antropólogos médicos nos EUA já confrontavam temas como saúde, economia política e ecologia política, ao proporem o termo sindemia, através da combinação das palavras sinergia e pandemia. Pesquisando as epidemias do uso de drogas, violência urbana e casos de SIDA em comunidades de baixa renda dos Estados Unidos, observaram que havia forte interação entre o contexto de desigualdade socioeconômica e o surgimento e agravamento das doenças (SINGER *et al.*, 2017). Para os autores, o caráter sindêmico, isto é, os efeitos da interação de múltiplas epidemias, requer, necessariamente, abordagens integradas, que considerem o contexto sanitário (doenças preexistentes) além dos fatores, ambientais, sociais e econômicos.

A Sindemia Global proposta por Swinburn *et al.* (2019) reforça a necessidade de discutir os sistemas alimentares, a fim de torná-los mais saudáveis, sustentáveis e equitativos. As pandemias de desnutrição e de obesidade, bem como as complicações das DCNT à ela atreladas, aliadas à inerente mudança climática em curso perfazem a sindemia a que os autores se referem. Essa dinâmica ressalta a importância dos objetivos da Agenda 2030, ao proporem abordagens interdisciplinares, sobretudo diante das complexas, e sinérgicas, relações entre alimentação, saúde, meio ambiente e agricultura.

Desta forma, nota-se a necessidade de discutir os sistemas alimentares ao longo de toda sua cadeia de produção e consumo, refletindo seus inerentes determinantes socioculturais, demográficos e políticos. O painel de especialistas em Segurança Alimentar e Nutricional vinculado a FAO (HLPE) defende os princípios agroecológicos, com vistas a sistemas alimentares sustentáveis (SAS) na promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada (HLPE, 2017, 2019). Tais especialistas entendem que estes sistemas, dito sustentáveis, devam cumprir aquilo que chama de função social, ou seja, promover Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) para todas as pessoas, sem comprometer as bases econômicas, sociais e ambientais para as futuras gerações.

Para Burigo e Porto (2021), a promoção do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis deve concatenar metas inerentemente complementares e interdependentes tais como alimentar a humanidade com dietas nutritivas, garantir o direito ao meio ambiente equilibrado, reduzir as desigualdades e injustiças sociais, sanitárias e ambientais e promover a saúde e o bem-estar. Para os autores, políticas públicas que repensem a relevância de temas como a Segurança Alimentar e Nutricional, Direito Humano à Alimentação Adequada e Agroecologia, são essenciais para a redemocratização e a sustentabilidade dos sistemas alimentares (BURIGO e PORTO, 2021).

Entidades como as Nações Unidas constroem e também propõem aos países que elaborem guias alimentares que se tornem referenciais para essas mudanças, estimulando práticas como um maior consumo de alimentos frescos, valorização de produtos locais e nacionais e, ao mesmo tempo, redução no consumo excessivo de sal, açúcar, carnes, embutidos e produtos processados. Machado *et al.*, (2021) entendem que esses guias alimentares se fortalecem ao se aliarem com a atuação das organizações da sociedade civil voltadas ao consumo sustentável, e às tentativas

de usar medidas tributárias para encarecer produtos prejudiciais à saúde humana e ao meio ambiente. Ainda assim, autores como Abramovay (2021) refletem que tais estratégias ainda não têm sido suficientes para combater de forma efetiva a pandemia global de obesidade, nem tampouco os métodos contemporâneos de produção de proteínas e seus imensos danos socioambientais.

Ao que parece, há a necessidade de uma mudança radical nos sistemas que norteiam os modos de vida, consumo, transporte e alimentação, os quais, diferente da orientação atual, devem ser concebidos holisticamente, compreendendo o impacto na saúde dos indivíduos e as reverberações no planeta Terra.

\*\*\*

O processo histórico de construção teórica e disputa política em torno da Segurança Alimentar e Nutricional brasileira passou inicialmente por um amplo amadurecimento na sociedade para só então adentrar nas pautas estatais. Houve avanços bem marcantes entre 2002 e 2015, embora caracterizados numa transição epidemiológica traiçoeira por substituir a fome pela obesidade. Ainda assim, constituíram-se avanços decorrentes de programas e políticas intersetoriais alinhadas ao princípio do DHAA, fruto das lutas e de intensa mobilização social, e certo apoio estatal, embora os governos federais não tenham rompido com as profundas estruturas que produzem desigualdade e sustentam injustiça social e ambiental.

Já sob o Governo Bolsonaro, o país abandonou gradativamente as ações e as políticas de alimentação e nutrição ilustrando claramente o formato no qual a gestão federal iria se comprometer dali para frente. Nem mesmo o grave contexto pandêmico empurrando milhões de brasileiros à insegurança alimentar – fome – pareceu importar aos governantes e legisladores. Observa-se, claramente, que o processo de construção e consolidação das Políticas de SAN, ao longo das últimas décadas foi e é um processo intenso, profundo, mas ainda assim lento. Em pouco tempo e com poucas ações, desarticulou-se o Sisan aniquilando espaços da gestão participativa. Ainda assim, o debate acerca da SAN brasileira segue latente na memória social, posto que a própria pandemia reforçou, veementemente, a necessidade de cuidado para com as condições alimentares e nutricionais da população.

Ao que se denota há uma fragilidade – social, econômica, sanitária e cultural – que afeta a população e que se configura na (in)capacidade governamental em

construir, coletivamente, políticas sólidas e capazes de dialogar continuamente com os anseios da sociedade. Complexa por natureza, essa fragilidade se reproduz desde nas práticas alimentares inadequadas até escolhas eleitorais conflitantes com as perspectivas sociais democráticas. Entendo que uma das saídas está em revisitar o paradigma educativo reforçando um caráter emancipador e crítico, tendo como peça estratégica a inserção das problemáticas de nutrição e alimentação, a fim de torná-la elemento chave no repensar dos sistemas alimentares vigentes.



## **2. CAPÍTULO II – HISTÓRICO DA AGROECOLOGIA E SEU DEBATE POLÍTICO NO BRASIL.**

### **2.1. Considerações iniciais**

O processo produtivo de alimentos, dito agricultura, é constituinte central para o entendimento dos sistemas agroalimentares. Em meados de 1960 esse processo passou por uma quase que forçada “modernização” sob o julgo de uma intensa industrialização, denominada “Revolução Verde”. Essa transformação foi baseada no uso intensivo dos recursos naturais na produção agrícola, elevando a agricultura a um patamar industrial de exploração, com consequente acentuação do processo de degradação ecológica, cultural e de exploração social (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 2000).

Embora tenha havido um aumento da produção e da produtividade, esse modelo de agricultura, implantado sob um caráter intensivo em capital, alijou muitos agricultores, sobretudo camponeses e produtores familiares, do processo de modernização tecnológica. Schneider e Escher (2011) ressaltam que esse modelo reproduziu as desigualdades distributivas na propriedade e na renda, além de ter gerado êxodo rural, desemprego nos campos e nas cidades, marginalização urbana, exclusão social e econômica, bem como desarticulação regional dos processos de desenvolvimento econômico. Sauer e Leite (2012) apontam que a Revolução Verde elevou o esvaziamento do campo e expandiu a monocultura concentrada em poucas espécies, como a soja, o milho e a cana-de-açúcar.

Na contramão desse processo hegemônico, surge, em nome da agroecologia, certas discussões em torno de uma ciência que aplicasse os conceitos e os princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas, gerando base científica para o desenvolvimento de uma agricultura mais sustentável (GLIESSMAN, 1990; EMBRAPA, 2006). Os primeiros trabalhos nessa área surgiram no início do século XX, mas ainda assim, só a partir da década de 1980, a base conceitual e metodológica começou a ser mais debatida e difundida, tendo no agrônomo chileno Miguel Altieri e no botânico estado-unidense Stephen Gliessman, seus principais pesquisadores e difusores à época (MOREIRA e CARMO, 2004). Somente a partir dos anos 2000, sob forte influência de pesquisadores europeus, que a agroecologia passa a propor uma rediscussão dos agroecossistemas com olhar mais atento às dimensões além da

ecológica e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 2000).

No Brasil, ocorre um longo processo de luta, iniciado ainda na década de 1970, com as Comunidades Eclesiais de Base e os movimentos de agricultura alternativa. Assim, em oposição ao modelo de modernização agrícola disseminado pela Revolução Verde, a agenda da agroecologia e da produção orgânica foi sendo construída e colocada em pauta pelos múltiplos movimentos sociais camponeses (MOURA, 2016; SAMBUICHI *et al.*, 2017). Apenas em 2012, em resposta à reivindicação apresentada pelas mulheres do campo e da floresta durante a 4ª Marcha das Margaridas, em 2011, surge a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) por meio do Decreto presidencial nº 7.794 (BRASIL, 2012).

Assim, neste capítulo, buscar-se-á descrever a construção teórica e política ocorrida em torno da agroecologia e da produção orgânica, diante do processo de contestação contínua ao sistema agroalimentar hegemônico. Pretende-se contribuir com as discussões de como o enfoque agroecológico e da produção orgânica entrou na agenda das políticas públicas setoriais e foi delineando ações, diretrizes e programas, no contexto da conjuntura política e do sistema agroalimentar brasileiro.

Apoiado em pesquisa bibliográfica e documental, realizada ao longo de 2020 e 2021, esse texto traz os antecedentes históricos e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda de políticas públicas no Brasil, constituída na relação entre Estado e sociedade civil, que culminou na Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). Além dessa introdução, o texto é composto de mais três seções. Na primeira seção, são apresentadas as primeiras discussões agroecológicas em seu contexto socioeconômico e político; a segunda seção traz o amadurecimento teórico e institucional do debate agroecológico e do movimento orgânico; e na terceira seção apresenta-se o cenário e as perceptivas do enfoque agroecológico e da produção orgânica nas políticas públicas brasileiras recentes.

## 2.2. Contexto socioeconômico e político das primeiras discussões agroecológicas

A fim de iniciar as discussões acerca do processo de construção da temática agroecológica no Brasil faz-se necessária uma contextualização, ainda que breve, na qual se apresente o cenário mais amplo em que o país estava inserido.

Importante frisar, logo de início, que o Brasil, por múltiplas causas, tem categorias sociais bem definidas no meio rural. Desde o processo de colonização, pode-se observar que os trabalhadores familiares sempre estiveram em posição secundária no processo produtivo, subordinados à grande propriedade. Passando pelo período cafeeiro, o da cana de açúcar, e mais recentemente soja, dentre outras *commodities*, as grandes propriedades sempre estiveram preocupadas em atender o mercado internacional, enquanto que a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, segue produzindo produtos alimentícios (feijão, mandioca, milho, etc.) necessários à alimentação da população. Ao longo desse período a elite urbana e rural lançou diversas estratégias, tal como a Lei de Terras de 1850, a fim de manter certo controle sobre a estrutura agrária brasileira (SILVA, 1996).

A partir de 1930, inicia-se uma gradual mudança na estrutura social e política do poder econômico do Brasil. Há um fortalecimento do poderio político do setor urbano-industrial, no domínio do Estado, em detrimento dos grandes proprietários rurais. Ainda assim, a aristocracia rural continuou nessa estrutura, em certa medida subordinada ao interesse da elite urbano-industrial. Para Sorj (1986), apesar das políticas de transferência dos excedentes do setor rural se mostrarem com tendências favoráveis à indústria, a intensa exploração da mão de obra das massas rurais pelos latifundiários funcionava de modo a compensar as desvantagens proporcionadas pelas políticas cambiais. Essa aparente dicotomia entre o urbano e o rural são falsas, pois como bem aponta o autor, estão intimamente interligadas, justificando a manutenção dos grandes proprietários rurais. Em suma,

A situação que se configura a partir de 1930 é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p. 21)

A fim de elaborar planos econômicos e políticos para os países da América Latina, surge, em 1949, a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), sob forte influência de países europeus e dos EUA. Os economistas da CEPAL entendiam que havia um centro da economia global e que outros países se encontravam na posição de periferia, e que apenas “as regras do jogo” não seriam capazes de operar mudanças nesse contexto. Justificavam que esse desequilíbrio era consequência da desigualdade na valorização dos produtos nas relações de troca entre países, onde os preços dos produtos primários se deterioravam em relação aos dos produtos industriais (SADER, 2006). Propunham, então, um intenso processo de industrialização ao Brasil, como forma de se desenvolver internamente, com produção e importação de produtos industrializados, em busca de um possível equilíbrio nas relações comerciais com países tidos como “centrais”, saindo assim da condição de periferia. Emir Sader (2006), então, destrincha a proposta da CEPAL em três grandes etapas: na primeira, a industrialização leve, visando a produção do que se costumava importar; na segunda, a produção de bens duráveis, que só se deterioram em longo período de tempo; e na terceira, a produção de bens de capital, que servem para a produção de outros bens. Essa formulação econômica e política ficou conhecida como Nacional Desenvolvimentismo e orientou o processo de industrialização no Brasil.

Sob estímulo do governo federal, através de financiamentos subsidiados do Banco do Brasil, os grandes proprietários começaram a receber, a partir dos anos de 1950, inovações tecnológicas provenientes da indústria. A ideia basicamente seria uma mera substituição dos velhos cafezais por outras culturas com utilização de tecnologias fabricadas pelas indústrias, como o trator e máquinas modernas. Este processo veio a ser chamado de Revolução Verde.

Assim, esta modernização, intensivamente fomentada no Brasil desde a década de 1960, estimulou o uso intensivo de tecnologias industriais para além das máquinas pesadas, como fertilizantes químicos, agrotóxicos, e sementes geneticamente melhoradas. A agricultura passou a ser pensada como uma linha de montagem industrial, seguindo o caminho da especialização, disseminando monoculturas geneticamente homogêneas, as quais, com forte dependência de insumos químicos e industriais. A academia entende que este processo de modernização produziu diversos impactos ambientais e sociais, sendo, por essa razão, também conhecido como modernização dolorosa (GRAZIANO DA SILVA, 1982) ou modernização conservadora (RICARDIO, 2011).

Tornou-se inegável que a agricultura atingiu patamares de produtividade dantes não alcançado. A transformação da base técnica e o aumento da produção agropecuária nacional, com conseqüente aumento das exportações de produtos agrícolas e superávit econômico, são efeitos considerados positivos. No entanto, os efeitos dessa modernização se restringiram apenas os aspectos econômicos, afetando inversamente as dimensões sociais, ambientais, culturais, econômicas e de saúde da população rural e urbana.

Como dito, este modelo de modernização agrícola privilegiou o médio e grande produtor, proporcionando impactos negativos quase que exclusivamente aos agricultores familiares, ora meeiros, posseiros e pequenos arrendatários. As conseqüências negativas deste processo são amplas e complexas, mas elenca-se aqui as consideradas principais: intensificação do êxodo rural, por múltiplos motivos, sendo a ausência de incentivos à pequena produção, problemas de infraestrutura e o desemprego alguns dos principais; ampliação da concentração fundiária; ampliação das desigualdades sociais, sobretudo diante do modelo que beneficiou majoritariamente as elites, ou seja, os grandes produtores e latifundiários, e os industriais, em detrimento da classe trabalhadora; alargamento das desigualdades regionais, visto que esse processo se concentrou majoritariamente no Centro-Sul, deixando as regiões Norte e Nordeste à margem desse processo; amplificação de danos ambientais, como a compactação do solo pela utilização intensiva de tratores e máquinas pesadas, a poluição dos solos e dos rios por agrotóxicos e fertilizantes químicos; aumento expressivo de danos à saúde humana pela utilização desregulada de agrotóxicos e adubos químicos, contaminando as pessoas e os alimentos; alteração dos hábitos alimentares da população privilegiando o consumo de produtos industrializados ao invés de produtos naturais. Assim, os benefícios advindos da industrialização, que se diziam direcionados “ao país”, acabaram por alcançar uma pequena parte da população.

Ressalta-se que o resgate desse contexto facilita a observação de como o Brasil, desde então, é pensado e projetado nos espaços decisórios da divisão internacional do trabalho e das organizações do comércio. Denota-se claramente que se espera do Brasil uma grande fazenda de monoculturas, que forneça produtos primários a outros países, principalmente EUA e Europa e, mais recentemente, China.

Para Sorj (1986), a Revolução Verde tornou-se um marco no Brasil, pois instituiu uma forma de se fazer agricultura com vistas à produtividade e intensificação

das relações de mercado internacionais, sobretudo a partir dos complexos agroindustriais. Esse modelo se tornou dominante do ponto de vista do incentivo estatal às atividades agrícolas, principalmente no caso do crédito rural, como nos aponta o autor.

O sentido fundamental das políticas públicas tem sido o de articular a expansão agrícola com o complexo agroindustrial e as necessidades de abastecimento interno e as exportações, através de um conjunto de medidas, entre as quais o crédito rural ocupa um lugar privilegiado (SORJ, 1986, p.78)

A adesão ao pacote tecnológico, proposto pela Revolução Verde, construiu um imaginário muito forte no entendimento dos produtores agrícolas, sejam eles pequenos ou grandes. Sabe-se que os agrotóxicos e fertilizantes químicos chegaram ao Brasil por volta de 1940, porém a indústria de agrotóxicos passou a se consolidar a partir da década de 70, impulsionado pelas políticas públicas em especial o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, criado em 1975 (PELAEZ, TERRA e SILVA 2010). Neste caso específico dos agrotóxicos, o crédito rural cumpriu papel fundamental para a difusão de sua venda pois o Plano Nacional de Defensivos Agrícolas condicionava o acesso ao crédito à aquisição dos chamados agrotóxicos, isto é, para acessar os recursos públicos, os agricultores tinham que comprovar o consumo dos químicos (agrotóxicos e fertilizantes químicos) como “garantia da lavoura”. Para Graziano da Silva (1982), dentre outros autores que discutem essa modernização conservadora no Brasil, o período entre 1967 a 1975 se destaca pela consolidação e a intensificação desse processo, durante o qual “a utilização de fertilizantes aumentou mais de seis vezes, a de defensivos quase quatro vezes e a de tratores quase três vezes” (GRAZIANO DA SILVA, 1982, p. 27-28).

É somente após a abertura democrática, em meados de década de 1980, que se inicia um processo de organização e questionamento ao modelo de modernização implantado sobre a produção agrícola brasileira. Levanta-se então, toda a conjuntura socioeconômica a qual os trabalhadores e os agroecossistemas estavam inseridos, como forma de contestação ao modelo de desenvolvimento rural ora hegemônico. Freitas, Freitas e Dias (2012) observam que dentre os fatores centrais estavam a crise econômica que o urbano e rural perpassava; a baixa capacidade de investimentos do Estado; a resistência política de parte importante dos agricultores diante das mudanças impostas pelas novas políticas públicas; bem como os impactos negativos dos processos de modernização, sobretudo diante da persistência da pobreza rural.

No bojo desse questionamento apresentaram-se outros projetos de distintas perspectivas e narrativas, mas que se conectavam com as mudanças socioeconômicas almejadas e pensadas para um novo modelo de modernização agrícola. Delgado (2010) observa havia disputa e luta política na construção de concepções alternativas ao modelo de desenvolvimento rural que se configuraram em múltiplos projetos, como a reforma agrária; o combate à fome e a miséria; o aumento (real) dos salários e da capacidade do mercado interno; por mudanças nas políticas de preços e crédito rural, sobretudo para pequenos agricultores; assim como nos projetos alternativos de agricultura ao modelo hegemônico.

De certo modo, a Constituição Federal (CF) de 1988 viabilizou espaços, ampliando instâncias de participação, o que facilitou a discussão e a construção de alternativas para um novo modelo de desenvolvimento rural. Destaca-se, nesse âmbito, a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) em 1993 no governo Itamar Franco e o surgimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS), em 1999, no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso. Essas instâncias seguem refém dos mandatos governistas, ora suspensas, ora reativadas sob uma nova sigla, como no caso do CONSEA que foi suspenso durante o primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, sendo recriado no primeiro governo Lula, e no caso do CNDRS que passou a se chamar de CONDRAF durante o primeiro governo Lula.

O CONSEA, amplamente debatido no capítulo anterior, sofreu diversos revezes até ser extinto em 2019 pelo governo Bolsonaro. Já o CONDRAF surge como órgão colegiado, originalmente integrando a estrutura básica do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>3</sup>. O CONDRAF tinha um conjunto de objetivos dentre os quais, centralizava-se em propor diretrizes para a implantação e formulação - além de criar estratégias de acompanhamento e avaliação - de políticas públicas em três eixos básicos: desenvolvimento rural sustentável; reforma agrária; e agricultura familiar. Mais precisamente, buscava deliberar sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento Rural, que se constitui das diretrizes, dos objetivos e das metas do

---

<sup>3</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 2000, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, e extinto em maio de 2016 no governo do presidente Michel Temer, fundindo-se ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), constituindo então Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. Este último por sua vez foi extinto em janeiro de 2019 no governo Bolsonaro, sendo a pasta incorporada ao Ministério da Cidadania, juntamente com o Ministério do Esporte e da Cultura.

Programa Nacional de Reforma Agrária e do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Assim, constituía-se órgão primordial do controle social acerca das políticas públicas federais que tratavam do desenvolvimento rural sustentável, especialmente pela reforma agrária, pelo fortalecimento da agricultura familiar e pela diversificação das economias rurais. Com as constantes extinções e seguidas fusões ministeriais o órgão colegiado perde força e se esvazia.

Destaca-se então, números que denotam a resiliência histórica da categoria agricultura familiar, que embora, secularmente abandonada pelo Estado, segue sendo essencial na manutenção de práticas agroecológicas e da Segurança Alimentar e Nutricional do povo brasileiro.

Ao que parece a agricultura familiar encolheu no país nos últimos anos. Dados do Censo agropecuário de 2017 apontam uma redução de 9,5% no número de estabelecimentos classificados como de agricultura familiar, em relação ao último Censo, de 2006. O segmento também foi o único a perder mão de obra. Enquanto que na média e grande propriedade houve a criação de 702 mil postos de trabalho, a agricultura familiar perdeu um contingente de 2,2 milhões de trabalhadores. Ainda assim, constata-se que, entre 2006 e 2017, em média 80% estabelecimentos agropecuários são classificados como agricultura familiar, ainda que perfaçam apenas 23% (2017) da área total das propriedades. O Censo de 2017 também chama atenção para o fato de que, em 11 anos, o número de trabalhadores nos estabelecimentos rurais caiu em 1,5 milhão, já o número de tratores cresceu quase que expressivos 50%. Embora, a agricultura familiar continue ocupando uma pequena área, ela segue empregando 67% de todo o pessoal ocupado em agropecuária no país, cerca de 10,1 milhões de pessoas. De 2006 para 2017 observa-se claramente que essa categoria segue responsável em produzir grande parte da alimentação do país: 80% da produção da mandioca; 42% da produção do feijão; 48% do valor da produção de café e banana; dentre outras culturas como tomate, alface, couve, abacaxi, feijão e melancia, por exemplo (IBGE, 2017).

Esses números nos ajudam a refletir, ainda que superficialmente, como a agricultura familiar, enquanto categoria social, segue extremamente relevante ao país. A construção do enfoque agroecológico, como perspectiva contra hegemônica, perpassa necessariamente rediscutir e repensar a importância da agricultura familiar no Brasil.



Por fim, Dornelas (2016) reflete que contextualizar o modelo desenvolvimento da agricultura brasileira prevê necessariamente uma discussão de como a subordinação da terra, da produção agrícola, dos agricultores e da alimentação no país estão intimamente atreladas a uma lógica relacionada ao sistema econômico mundial. A autora entende que a importação desses modelos de desenvolvimento e de tecnologias submeteu e submete o campo brasileiro a uma supressão sociocultural que afeta o cotidiano e o mundo vivido pelos seus moradores e trabalhadores. Observa-se assim, um sistema de dependência na qual os agricultores familiares ficam submetidos, sob os mesmos moldes praticados no período colonial, donde o continente americano pertencia a nações europeias. Apesar da ‘independência’ a lógica se perpetua de diferentes formas, tal qual na dependência econômica dos pequenos agricultores em relação a multinacionais produtoras de agrotóxicos e maquinarias, e até mesmo do Estado como apoiador da manutenção deste processo.

Inobstante a ausência do Estado enquanto articulador de um desenvolvimento rural sustentável – social, ambiental, econômico – surge pelos anos de 1930 o termo agroecologia. No entanto, sua importância científica e tecnológica, e enquanto movimento social, fica demarcada somente a partir da década de 1980, com o aprofundamento de sua reflexão teórica sobre o manejo dos agroecossistemas e das críticas ao modelo de desenvolvimento agrícola (MOREIRA e CARMO, 2004). A próxima seção deste capítulo buscará avançar no estudo deste o objeto.

### **2.3. Amadurecimento teórico e institucional do debate agroecológico**

Nesta seção será dada ênfase ao desenvolvimento teórico metodológico que agroecologia passou ao longo das últimas décadas. Para fins de melhor apresentação sobre a evolução das primeiras discussões em torno do tema agroecológico, divido em dois períodos históricos, sendo o primeiro das décadas de 1930 a 1960 e o segundo entre 1970 e os anos 2000. Traz-se, tal qual Wezel *et al.* (2009) elaboraram, das experiências e discussões em países cujo amadurecimento acadêmico da agroecologia despontaram mais inicialmente como EUA, França e Alemanha; seguido da evolução teórica e institucional que ocorre no Brasil até então.

### **2.3.1. Agroecologia entre as décadas de 1930 e anos 2000: casos de EUA, França e Alemanha.**

Inicialmente, a evolução das correlações à palavra agroecologia se deu intimamente relacionada às disciplinas de agronomia e ecologia, quando o engenheiro agrônomo russo Bensing, entre os anos de 1928 e 1935, sugeriu que o termo pudesse descrever o uso de métodos ecológicos na pesquisa de plantas comerciais, isto é, a aplicação da ecologia na agricultura, significado que ainda hoje é empregado. Já a partir de 1950, com foco na integração do manejo agrícola, o ecologista e zoólogo alemão Tischler publicou trabalhos onde apresentava resultado de pesquisas agroecológicas, analisando distintos componentes de um agroecossistema, como plantas, animais, solos e clima, e suas interações com o impacto do manejo agrícola humano. Mais próximo de Tischler, o zoólogo alemão Friederichs estudou, pelos anos de 1930, o controle biológico e o papel dos habitats naturais no manejo de pragas. Na década de 1940, o engenheiro agrônomo americano Klages analisou outros fatores que influenciaram o manejo agrícola, tais como os ecológicos, tecnológicos, socioeconômicos e históricos. Ainda assim, os primeiros cientistas a estudar a agroecologia tinham por base as ciências exatas, com direcionamento ao conhecimento biológico, seja na zoologia, ou na agronomia e na fisiologia vegetal. Outros autores como o cientista italiano Azzi e o engenheiro agrônomo francês Hénin, tentaram definir agroecologia, mas sem trazer grandes inovações em seus conceitos.

A partir da década de 1970, a agroecologia, ainda que forte como disciplina científica, emerge como um movimento, dotada de um conjunto de práticas e abordagens, aproximando a mesma de práticas agrícolas ambientalmente equilibradas. Nesse mesmo período surge o conceito de agroecossistema, e logo após, nos anos 80, a agroecologia é apontada como ferramenta capaz de compreender e gerenciar estes agroecossistemas sustentáveis. Avançando nesse sentido, ainda na década de 80, Conway aprimora seu conceito e define quatro propriedades dos agroecossistemas: produtividade, estabilidade, sustentabilidade e equidade. Por outro lado, ao fim desta década de 90 e início dos anos 2000, autores como Hecht, Francis e Gliessman seguem fortalecendo e direcionando a agroecologia como disciplina científica, avançando no sentido da aplicação da ecologia à agricultura.

No caso do EUA a agroecologia surge quase que exclusivamente como uma ferramenta de aplicação da ecologia na agricultura, fortemente calcada na ciência agrônômica de suas principais fontes de fundação, tais como os autores Basil Bensing, Hebert Hanson e Klaus Klages. Sem embargo, esses autores também entendem a agroecologia como uma contrarresposta à Revolução Verde. Ampliando a visão geral e propondo uma análise aprofunda, ao fim da década de 1970 os autores George Cox e Michael Atkins, viam na pesquisa de perspectiva agroecológica, a chave para o entendimento da dinâmica dos agroecossistemas, incluindo questões políticas, econômicas e relacionadas à energia.

Paralelamente, Altieri (1989) e Hecht (1995) apontam para o forte potencial da pesquisa agroecológica especialmente na América Latina, onde percebeu-se que o gerenciamento tradicional de agroecossistemas baseava-se em estratégias ecológicas na produção agrícola, vinculando a última à produção animal e outros recursos naturais. À época, universidades da costa oeste dos EUA, amadurem a teoria no sentido das potencialidades de construção de conexões biológicas da agricultura e incorporam as disciplinas de entomologia, agronomia e etnobotânica, tendo esta última especial inspiração na abordagem do pesquisador Miguel Altieri. Entretanto, apenas no século XX as definições para agroecologia foram expandidas para a 'ecologia dos sistemas alimentares', propostas sobretudo pelos trabalhos de Francis *et al.* (2003) e Gliessman (2007). Para Warner (2007), os pesquisadores estadunidenses passaram perceber a agroecologia como uma abordagem relevante no fortalecimento dos movimentos sociais e na ampliação do escopo das agriculturas alternativas.

No caso da Alemanha, a agroecologia encontra sua maior relevância enquanto disciplina científica, pois ao longo da história diversos autores se debruçaram sobre a temática, desde sua fundação com o zoólogo alemão Friederichs, passando por Tischler e Heydemann, ao longo das décadas de 1930, 1940 e 1950. Já na década de 1990 os trabalhos Koch e seus colaboradores também apontaram para a agroecologia como estratégia e opção de manejo para sistemas de cultivos locais mais sustentáveis. Agregando as ciências sociais e humanas ao agroecossistema, o alemão Schilke, buscou as influências econômicas e políticas na agricultura, bem como as consequências sociais para a população rural, defendendo a tese, tal qual Francis *et al.* (2003), de que a agroecologia se torna o estudo da ecologia dos sistemas alimentares. É bem provável que a definição de agroecologia construída pelo

Departamento de Ciência das Culturas da Universidade de Göttingen, em 2008, abarque melhor a evolução e a definição atual na Alemanha: 'as análises agroecológicas se concentram em plantas e animais, comunidades, interações na cadeia alimentar e biologia da conservação em paisagens agrícolas e em agroecossistemas temperados e tropicais'. Nesse sentido, até o presente momento, o termo agroecologia relacionado a movimentos é mais ou menos inexistente na Alemanha.

Na França, a agroecologia não foi estabelecida como uma disciplina científica específica. Atualmente, o termo se aproxima bastante das perspectivas estudadas por Miguel Altieri na década de 1990, isto é, foco pontual na análise de agroecossistemas para o projeto de sistemas agrícolas. Essa dificuldade de evolução da agroecologia levou ao desenvolvimento de duas direções científicas na agronomia francesa: (i) uma direção analítica para a ecofisiologia das espécies vegetais; e (ii) uma direção mais holística, considerando todo o agroecossistema, incluindo atenção às técnicas agrícolas e desempenho econômico e ambiental. Embora tenha avançado com vistas ao segundo direcionamento, da abordagem holística, com a integração das dimensões não produtivas e a inclusão da dimensão social, a agroecologia ainda não é entendida como propuseram Francis *et al.*, (2003) e Gliessman (2007), na ecologia do sistema alimentar.

No entanto, o termo agroecologia é cada vez mais usado na França. Na década de 2000, o ambientalista Pierre Rabhi estudou técnicas agroecológicas, incluindo a reciclagem de matéria orgânica e o uso de organismos naturais para controlar pragas e doenças. Para o escritor e ecologista, a “mãe terra” e seus organismos devem ser respeitados na aplicação das técnicas agroecológicas, quais sejam inspiradas em processos naturais, para a produção agrícola (RABHI, 2008). Recentemente falecido, o francês pregava que o humanismo e o solidarismo são essenciais à agroecologia. Para os seguidores de Rabhi, a organização *Terre e Humanisme* (2014), a agroecologia é mais uma filosofia da ética, pois também inclui aspectos sociais. O movimento francês entende que a agroecologia não deve ser vista apenas como uma técnica de produção de alimentos, mas também, se tornar teoria e método que abarquem o contexto social do campo, estimulando a harmonia entre o homem e a natureza.

Assim, mesmo que com nuances específicas aos contextos locais, a agroecologia enquanto disciplina científica amplia seu escopo conceitual e se torna,

conforme Francis *et al.* (2003) denotaram, 'o estudo integrativo da ecologia de todo o sistema alimentar, abrangendo dimensões ecológicas, econômicas e sociais, ou mais simplesmente a ecologia do sistema alimentar'. Paralelamente e de forma mais lenta, o termo agroecologia só foi descrito como um movimento apenas na década de 1990, especialmente nos EUA e na América Latina, reconsiderando a agricultura e suas relações com a sociedade. Já como prática, na década de 1980, apoiada por ecologistas, agrônomos e etnobotânicos há o esforço em torno de estratégias de conservação de recursos naturais, manejo adaptado da fertilidade do solo e conservação da agrobiodiversidade, sobretudo na América Latina, tendo o Brasil de exemplo deste cenário como veremos a seguir.

Autores mais recentes, como Ruiz-Rosado (2006), Buttel (2007) e Dalgaard *et al.* (2003) conclamam a agroecologia por ciência transdisciplinar devido ao seu pensamento sistêmico e abordagem interdisciplinar, que por meio de métodos de múltiplas disciplinas, integra os conceitos da agronomia, ecologia, sociologia e economia, além de trazer as contribuições locais dos saberes tradicionais. Ponto comum é o entendimento de que os conceitos operacionais seguem em desenvolvimento, sobretudo nas distinções com a agricultura ou movimento orgânico.

Por fim, Wezel *et al.* (2009) observaram que até início do século XXI as abordagens mais restritas dominaram na França e até certo ponto na Alemanha, onde a mistura entre ciência e movimento social em agroecologia é menos pronunciada do que no Brasil e nos EUA. Os autores entendem que nas áreas onde a ciência e os movimentos sociais se confundem, como na agroecologia, a ciência tende a ser mais carregada de valores morais, precisando então incorporar as dimensões sociais, econômicas e culturais, para que seu objetivo seja alcançado.

### **2.3.2. Evolução teórica e institucional da agroecologia à brasileira**

No Brasil, a agroecologia surge como uma das respostas aos efeitos da modernização agrícola, se fortalecendo no Brasil através de diferentes tipos de movimentos sociais e menos no meio acadêmico. Figura importante nesta origem foi o engenheiro agrônomo José Lutzenberger (1976), que em sua luta contra a contaminação por pesticidas, difundiu também a prática e ensino da agricultura orgânica (Lutzenberger, 1981). Muito preocupado com a deterioração ambiental e a exclusão social Lutzenberger, publicou o *"Fim do futuro? Manifesto ecológico*

*brasileiro*” (1976), e chegou a se tornar Secretário Especial de Meio Ambiente do Brasil no governo do presidente Fernando Collor de Melo. Paralelamente a Lutzenberger, também estiveram entre as principais referências a professora Ana Maria Primavesi, que publicou, em 1979, o livro “*Manejo ecológico do solo*” e Adilson Paschoal, autor do livro “*Pragas, praguicidas e crise ambiental*” de 1979.

Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra (CPT), reforçando o processo de mobilização a respeito de temas relacionados ao acesso e permanência na terra pelas populações rurais. É nesse sentido que Petersen e Almeida (2006) destacam a importância das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) para o movimento agroecológico brasileiro. Os autores entendem que as CEBs foram essenciais pois valorizavam as práticas culturais locais, as iniciativas inovadoras das famílias e as formas de convívio social e cooperação voltadas para otimizar o uso dos recursos locais para a construção de crescentes níveis de autonomia material e de conhecimentos nas comunidades rurais. As CEBs influenciaram, inclusive, a segurança alimentar e nutricional, pois também reforçavam o estímulo à produção para o autoconsumo das famílias, a fim de minimizar a dependência em relação aos mercados e promover uma alimentação sem agrotóxicos. “Foi exatamente a partir da valorização desses ambientes locais de organização sociopolítica criados pelas CEBs que o ‘movimento agroecológico’ no Brasil deu seus primeiros passos” (PETERSEN e ALMEIDA, 2006, p. 15).

No início dos anos 80, diversas entidades como a Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), iniciam a formalização de uma rede (CANUTO, 1998) e buscam dar maior visibilidade à agroecologia. A incorporação das perspectivas agroecológicas ocorre no final da década de 1980, nas interações da rede de tecnologias alternativas com atores latino-americanos, como o Consórcio Latino-Americano de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável (Clades), tendo como referência inicial o pesquisador e agrônomo Miguel Altieri, caracterizado por ampliar o campo discursivo para a área científica, a dimensão cultural e ambiental, se articulando com os processos históricos das lutas no campo e da agricultura alternativa.

Como dito na primeira seção deste capítulo, o processo de redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 viabilizaram a ampliação de certas instâncias de participação. Destaca-se, nesse âmbito, a criação do CONSEA e do

CNDRS (futuramente chamado de CONDRAF). Ressalta-se que à época, o debate agroecológico no Brasil aconteceu principalmente nos EBAAAs e ERAAs (Encontros Brasileiros e Regionais de Agricultura Alternativa), e no Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), ligados inicialmente a entidade Federação de Órgãos de Assistência Social e Educacional (FASE) (LUZZI, 2007).

Os EBAAAs se destacaram, pois ampliavam deveras o acesso de distintos atores interessados em discutir o modelo de desenvolvimento rural em voga. Neles reuniam-se estudiosos de instituições de ensino, pesquisa e extensão rural, membros de ONGs, representantes de instituições públicas e privadas, lideranças de movimentos sociais, agricultores, bem como profissionais e estudantes das ciências agrárias, especialmente de agronomia, além de extensionistas das Empresas Estaduais de Extensão Rural (Ematers). Os pesquisadores das instituições de ensino traziam para os encontros suas experiências produtivas e resultados de pesquisa com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais. Luzzi (2007) ressalta que os espaços disponibilizados nos EBAAAs propiciaram aos participantes tecer e construir críticas diversas, as quais referiam-se à poluição do meio ambiente, a contaminação dos alimentos e das pessoas por agrotóxicos, a erosão do solo e ao aumento do número de pragas e doenças. Ao mesmo tempo, apostavam que a saída se direcionava para técnicas agroecológicas como: adubação verde, cobertura morta, adubação orgânica, rotação de culturas, curvas de nível e manejo biológico de pragas e doenças.

Apesar da pluralidade de vozes, havia certo desencontro nas orientações metodológicas e divergências conceituais e políticas entre os diferentes atores participantes dos EBAAAs. Padula *et al.* (2013) observou que os grupos ligados à CPT e ao PTA-Fase defendiam a valorização das experiências dos agricultores e que se desse voz a eles, por meio, sobretudo, de metodologias participativas, mas essas demandas não eram acolhidas pelos grupos de perfil acadêmico que priorizavam palestras de pesquisadores e assessores técnicos em detrimento da participação dos agricultores.

Ainda da década de 1980, aconteceram algumas mudanças na orientação tecnológica, com vistas ao olhar agroecológico, especialmente na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), na Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) e no Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR). Para Luzzi

(2007) essas mudanças foram relevantes, embora não tenham sido capazes de romper com a lógica produtivista predominante nessas instituições.

Destaca-se que, ao longo da década de 1980, houve fortes mobilizações contra os agrotóxicos, envolveram diversas entidades e lideranças, alcançando algumas conquistas importantes, como a adoção oficial do termo agrotóxico em lugar do eufemismo defensivo agrícola (LONDRES, 2011). Já no final da década, em julho de 1989, o presidente José Sarney decreta lei, conhecida posteriormente como a Lei dos Agrotóxicos. Apesar de ser um normativo isolado, o ato foi considerado um passo importante, sendo marco inicial da regulamentação da agricultura orgânica no Brasil. (BRASIL, 1989). Assim a Lei nº 7.802, passou a dispor sobre

pesquisa, experimentação, produção, embalagem e rotulagem, transporte, armazenamento, comercialização, propaganda comercial, utilização, importação, exportação, destino final dos resíduos e embalagens, registro, classificação, controle, inspeção e fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências. (BRASIL, 1989, p. 01)

A década de 1990 se inicia com atenção voltada a fatores como a degradação ambiental, que aliados a expansão mundial da produção orgânica e a consolidação das experiências alternativas produtivas no Brasil, colaboraram para que agroecologia ficasse em evidência. Evento divisor de águas na discussão acerca das questões ambientais foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, que aconteceu no Rio de Janeiro em 1992, a Rio-92. Um pouco antes, em 1990, na Convenção de Houston, que reuniu o Grupo dos Sete países mais industrializados (G7), há uma proposta de criação de um Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (Programa Piloto). Observa-se que alguns princípios e diretrizes da agroecologia começam a ter reflexo nas ações do Estado. O programa foi aprovado pelo G7 e pela Comissão Europeia em dezembro de 1991 e oficialmente lançado no Brasil durante a Rio-92.

Dentro do marco do Programa Piloto, destacaram-se alguns subprogramas, em especial o Subprograma Projetos Demonstrativos (PDA). Iniciado em 1995, o PDA, nos seus primeiros nove anos, chegou a financiar quase que 200 subprojetos de desenvolvimento sustentável, sendo promotor de iniciativas orientadas pelos princípios agroecológicos como, por exemplo, os sistemas agroflorestais (SAFs), o manejo conservacionista das florestas e a comercialização dos produtos do extrativismo (MOURA, 2017). Para Little (2005) o PDA logrou certo êxito pois aliou, sobretudo, dois aspectos diferenciadores: sua origem é fruto do diálogo entre os



financiadores do Programa Piloto (G7 e o Governo Brasileiro) e organizações da sociedade civil amazônica; opção por uma metodologia de trabalho direto com as populações locais e suas respectivas organizações e associações de base, além de organizações não-governamentais, dando ao subprograma um engajamento maior com a sociedade civil organizada da Amazônia Legal e da Mata Atlântica. Entre 1999 e 2002 o Programa Piloto e seus subprogramas passaram por intensa revisão, delimitando novos objetivos e estabelecendo uma segunda fase, iniciada em 2003 com projeção para se consolidar por volta de 2007.

Nesse ínterim, surgem as primeiras instâncias e amadurecem os primeiros atos normativos. Em 1995, é criado o Comitê Nacional de Produtos Orgânicos (CNPO), reunindo ONGs, Ministério da Agricultura, Ministério do Meio Ambiente (MMA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e universidades. Para Niederle e Almeida (2013) esse espaço tornou-se responsável por conceber o embrião da atual legislação de agroecologia e produção orgânica.

Após um processo de consulta pública, o então Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publica a Instrução Normativa nº 7 de 1999, estabelecendo normas para produção, processamento, distribuição, identificação e certificação da qualidade para os produtos orgânicos de origem vegetal e animal no Brasil. Em 2003, promulga-se a Lei nº 10.831 de 2003, que reconheceu formalmente a agroecologia sob a égide da agricultura orgânica, sendo regulamentada posteriormente em 2007 pelo Decreto nº 6.323/2007, ambos pelo então presidente Lula. Tais normativos estabeleceram regras mais precisas, e criaram o Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SISOrg), estabelecendo diferentes mecanismos de certificação.

A Lei nº 10.831 amplia o escopo de sistema orgânico de produção, ao abarcar diferentes tipos de sistemas alternativos – ecológico, biodinâmico, natural, regenerativo, biológico, agroecológicos, permacultura e outros. Tanto a garantia participativa (OLIVEIRA e SANTOS, 2004) quanto a dimensão política da agroecologia (BYÉ *et al.*, 2002) estão presentes no ato normativo e são entendidos como importantes aos pequenos agricultores e na promoção das comunidades rurais. Ademais, incentivou também os canais de venda direta, promovendo os circuitos curtos de comercialização, muito valorizados na prática agroecológica.

Há no Decreto Presidencial nº 6.323 de 2007 as primeiras menções às comissões que deveriam ter “por base a integração entre os diversos agentes da rede

de produção orgânica do setor público e do privado, e a participação efetiva da sociedade no planejamento e gestão democrática das políticas públicas” (BRASIL, 2007). A participação de organizações e redes da sociedade civil neste debate resultou em conquistas importantes, notadamente no reconhecimento dos sistemas participativos de garantia da qualidade orgânica, e não somente dos mecanismos de certificação por auditoria com características empresariais.

Moura (2017) reflete que tanto o PDA, quanto o processo de regulamentação do mercado de produtos orgânicos, foram ações estatais fortemente impulsionadas por movimento e organizações sociais. A autora aponta que essas entidades vinham desenvolvendo e acumulando conhecimentos relacionados a agroecologia e a produção orgânica e que souberam aproveitar o momento favorável das agendas locais e internacionais a favor das suas demandas.

Ao longo da década de 1990, a região sul brasileira se destacou no amadurecimento institucional e político da agroecologia. Luzzi (2007) destaca que diante de uma bem definida agenda de cooperação, formalizou-se uma parceria inédita até então entre instituições governamentais e não governamentais de ensino, pesquisa e extensão, criando, em 1994, o Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável<sup>4</sup>. Essa iniciativa interinstitucional foi responsável por realizar a Conferência Internacional sobre Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável em setembro de 1995, tornando-se marco na reorientação e incorporação do debate agroecológico nas instituições de ensino, pesquisa e extensão rural na região, e sobretudo nas tomadas de decisão estatais.

Do sul do país outras experiências também sugeriram, como as que se deram ao longo das gestões de Olívio Dutra à frente de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, entre 1989 e 1992, e 1999 e 2002, respectivamente. De forma pioneira, Porto Alegre experimentou políticas municipais com enfoque agroecológico, notadamente a partir de ações de fortalecimento das feiras livres. Para Porto (2014), a “Feira da Coolmeia” (iniciada em 1989 e fechada em 2006) tornou-se um marco nas feiras livres nacionais pois aliava a comercialização direta, à manutenção de um centro de

---

<sup>4</sup> O Programa de Tecnologia e Desenvolvimento Rural Sustentável era formado pela Embrapa, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Sul (Emater/RS), a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Sul (Fepagro/RS), a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, a Rede Tecnologia Alternativa (TA)-Sul e o Programa de Cooperação em Agroecologia.

referência em agroecologia, com vistas a promover a transição agroecológica junto aos agricultores periurbanos de Porto Alegre. No estado, a parceria com a Emater/RS, dinamizou a definição estatal pelos princípios agroecológicos como estratégia prioritária das políticas públicas para a agricultura familiar, e que sua construção fosse mediada por processos educativos e participativos (CAPORAL e PETERSEN, 2012).

O enfoque científico e de pesquisa agroecológica tardou no Brasil, pois, dentre outros entraves sociais e históricos, os ditames preconizados pela Revolução Verde ainda detinham a atenção do Estado Brasileiro, e conseqüentemente das entidades que se propunham a pesquisar seu objeto, como as EMATERs e a EMBRAPA. Ainda assim, houve algumas tentativas de alavancar a agroecologia, como quando Luiz Pinheiro Machado foi empossado presidente da Embrapa em 1985, contrapondo-se a posição dominante na empresa. Luiz Pinheiro Machado buscou dar enfoque ao desenvolvimento de tecnologias mais adequadas a realidade da pequena produção, voltadas a produção de alimentos básicos e poupadores de recursos naturais. O movimento chegou a construir o Programa Nacional de Pesquisa para a Agricultura Alternativa, mas que não prosperou, tal qual seu antecessor pensado pela Embrapa Agrobiologia, o Programa Nacional de Pesquisa em Biologia do Solo de 1983. Entretanto, embora não tenham avançado com todo seu potencial dentro dos espaços da Embrapa, para Luzzi (2007), essas tentativas acabaram calçando, com referenciais agroecológicos, o caminho de várias outras iniciativas que viriam a ocorrer com ONGs, organizações de agricultores e a Rede PTA.

Outra experiência, iniciada em 1992, foi o Sistema Integrado de Produção Agroecológica, conhecido como Fazendinha Agroecológica Km 47, envolvendo a Embrapa Agrobiologia, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio). Em 1998, a Embrapa Agrobiologia coordenou Rede Agroecologia-Rio, custeada pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). A Rede Agroecologia-Rio é destacada por como a primeira experiência de instituições públicas do Brasil a articular todos os elos da cadeia produtiva da agricultura (NEVES, MEDEIROS e ALMEIDA, 2000). Em 1999, a Rede Agroecologia-Rio organizou o I Encontro Nacional de Pesquisa em Agroecologia, evento no qual aprofundou-se as discussões agroecológicas na Embrapa. O evento tornou-se marco pois nele foram relatadas várias experiências de agricultores e realizado o levantamento das demandas para promoção,

sistematização e articulação das ações de pesquisa com o enfoque agroecológico (NEVES, MEDEIROS e ALMEIDA, 2000; LUZZI, 2007).

Em 1997, o governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), criou um projeto de iniciativa emergencial a fim de descentralizar os serviços de prestação de assistência técnica aos assentados da reforma agrária, intitulado de Projeto Lumiar. Como foi desenvolvido em várias unidades da federação, a iniciativa se tornou acessível a muitos simpatizantes da agroecologia, como egressos universitários e do movimento estudantil. Embora amplamente reconhecido pelas famílias assentadas, em 2000 o Projeto foi extinto por decisão unilateral do próprio governo federal (MARINHO *et al.*, 1999). O projeto construiu influências diferenciadas, posto que os próprios agricultores assentados, por meio de suas organizações de representação, contratavam os serviços. Para Dias (2004), essa conjuntura facilitou o desenvolvimento de experiências que aproximou o debate agroecológico dos assentamentos.

Em 2002, sob impulso da Rede PTA, e da organização de movimentos sociais e de grupos acadêmicos realizou-se o I Encontro Nacional de Agroecologia no Rio de Janeiro. O Encontro iniciou o aprofundamento da dimensão política e não apenas técnica de produção agroecológica, em direção a propostas de desenvolvimento rural sustentável, promovendo e dando voz a múltiplos atores da agroecologia, como agricultores familiares, lideranças de movimentos sociais, pesquisadores e extensionistas rurais. O Encontro acabou moldando o surgimento da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), organização na qual veio a tornar-se espaço de mobilização entre entidades e sociedade com vistas à promoção da agroecologia e o desenvolvimento sustentável em várias regiões do Brasil. A ANA trazia à tona as temáticas ainda pouco trabalhadas como: a construção do conhecimento agroecológico da assistência técnica; conservação e biodiversidade; igualdade de gênero e feminismo, financiamento da transição agroecológica e soberania e segurança alimentar. Schmitt (2011, p. 92) entende que na construção histórica da ANA buscou-se a “interconexão entre diferentes mundos e formas de conhecimento, transcendendo domínios institucionais específicos e interligando uma grande diversidade de arenas”. Bensadon (2019) reforça que a ANA se tornou uma rede social, mobilizando relações, recursos e significados importantes ao movimento agroecológico e sua interface com as forças estatais.

Ao longo de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário em articulação com diversos setores do Governo Federal, assim como os segmentos da sociedade civil, lideranças das organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, constrói uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER). O processo de construção foi considerado mais democrático e participativo que a versão formulada dois anos antes pelo CNDRS. Lançada em maio de 2004, a PNATER definiu as diretrizes para a elaboração do Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PRONATER), promovendo a implementação de princípios agroecológicos, institucionalizando a política de desenvolvimento rural e fortalecimento da agricultura familiar por meio de abordagens participativas, em resposta a demanda de movimentos sociais (DIESEL, DIAS e NEUMANN, 2015). Para Sevilla Guzmán (2002), essa construção política contribuiu para um novo paradigma de 'desenvolvimento rural sustentável', na qual a agroecologia seria considerada uma abordagem elegível. A PNATER estabeleceu como objetivo geral dos serviços públicos de ATER:

Estimular, animar e apoiar iniciativas de desenvolvimento rural sustentável, que envolvam atividades agrícolas e não agrícolas, pesqueiras, de extrativismo, e outras, tendo como centro o fortalecimento da agricultura familiar, visando a melhoria da qualidade de vida e adotando os princípios da Agroecologia como eixo orientador das ações (BRASIL, 2007, p. 9).

Alguns autores observaram que entre o lançamento da política em 2004 e o regramento da forma de operação por meio da Lei de Ater, em 2010, houve certo distanciamento a alguns princípios básicos da PNATER, comprometendo a perspectiva agroecológica da assistência técnica (CAPORAL E PETERSEN, 2012; DIESEL, DIAS e NEUMANN, 2015).

Nessa toada, Caporal e Costabeber (2000) entendem que fortalecer a soberania e a autonomia das populações locais são consideradas as chaves para a agroecologia como movimento. No entanto, experiências como a institucionalização (políticas e instâncias estatais) da agroecologia, conforme observou Brandenburg (2002) em estados como o Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina, são mal vistos por teóricos como Ricardo Abramovay. Para o autor, questiona-se a capacidade das organizações representativas da agricultura familiar em superar “práticas corporativas” que historicamente caracterizam tais organizações (ABRAMOVAY, 2007). Por isso, o acadêmico afirma que a PNATER é um documento “fortemente influenciado por uma visão corporativista que vê na participação social organizada

condição necessária e praticamente suficiente de sucesso na execução de políticas públicas” (ABRAMOVAY, 2007, pág.16). O autor entende que a agroecologia é um importante “corrente do pensamento agrônomo”, mas que não deveria ser doutrina para as políticas locais (municipais, estaduais), pois isso tende a contrariar o progresso científico e impedir o desenvolvimento de outros regimes de produção, ou seja, aqueles que tendem a servir a vários objetivos em um determinado contexto institucional (ABRAMOVAY, 2007).

Em contraponto, Altieri (2004) nos reforça que a base dos princípios agroecológicos é simples, e já praticados há milhares de anos, isto é, cada povo em cada região construiu ao longo de sua história, filosofia e técnicas adequadas cultural e geograficamente. Nos reforça então que o caráter experimental do conhecimento tradicional é essencial à agroecologia, chamando atenção para o fato de que são poucos os sistemas tradicionais que permanecem após as investidas da modernização, ainda que sejam fontes riquíssimas de conhecimento do manejo agrícola ecológico.

Apesar da investida da modernização e das mudanças econômicas, alguns poucos sistemas tradicionais de conhecimento e manejo agrícola ainda sobrevivem. Estes sistemas exibem elementos importantes de sustentabilidade, a saber: são bem adaptados a seus ambientes em particular, baseiam-se em recursos locais, são descentralizados e em pequena escala, além de ter a tendência a conservar a base de recursos naturais (ALTIERI, 2004).

Em 2006 a EMBRAPA elabora seu marco referencial (EMBRAPA, 2006), reconhecendo a agroecologia como ciência, reforçando, tal qual Francis *et al.* (2003), que a agroecologia é a ecologia dos sistemas alimentares. A entidade toma por fundamentação teórica Altieri (1989) e Gliessman (1990), apontando ênfase em objetos como os agroecossistemas, a agrobiodiversidade, por meio de abordagens sistêmicas, inter e transdisciplinares, além de participativas, sob influência das ciências sociais, agrárias e naturais, especialmente a ecologia aplicada.

Nesse cenário a agroecologia fortalece a associação da perspectiva científica com o movimento social, e a exemplo desta interação surge a Sociedade Científica Latino-Americana de Agroecologia (SOCLA, 2007) com objetivos claros de promover a agroecologia como estratégia de desenvolvimento sustentável na América Latina, que enfatize a soberania alimentar, a conservação dos recursos naturais e da agrobiodiversidade, além de capacitar os movimentos sociais rurais.

Em suma, a agroecologia no Brasil, surge como técnica ecológica aplicada ao estudo e manejo dos sistemas agrícolas; paralelamente avança e se constrói enquanto movimento social ao aliar saberes e práticas dos agricultores e das comunidades; se fortalece ao enfatizar também uma visão sociológica dos agroecossistemas, abrangendo novas dimensões para além da ambiental e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e política; e expande-se por redes locais de inovação, articulando agricultores, extensionistas, pesquisadores, compondo as redes de agroecologia. Percebe-se que esse processo histórico recente não se perde, mas fica em cheque e se tensiona gravemente, sobretudo, diante dos projetos políticos, seja no âmbito do poder executivo e legislativo, que favoreçam os segmentos das grandes corporações do agronegócio brasileiro.

#### **2.4. Cenário recente e as perspectivas políticas para a Agroecologia no Brasil**

Como pontuado na seção anterior, a partir de 2003 estabeleceram-se importantes espaços de diálogo entre o governo federal e as organizações da sociedade civil, tais como o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Ressalta-se a criação da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan), envolvendo vinte ministérios, com o papel de coordenar a política de SAN. Da mesma forma, ampliaram-se as possibilidades de diálogo com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, aproximando o público da construção das políticas que tratavam da agricultura familiar, e da coordenação das ações como do programa Fome Zero, por exemplo. Grisa e Schneider (2015) reforçam que essa abertura possibilitou a participação de atores, antes à margem, nesse processo. Esses entes vinham de uma militância pregressa no campo da segurança alimentar e nutricional, e também da agroecologia.

A partir desse momento, algumas políticas e ações se destacaram. Dentre elas cita-se o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), concebido no Consea e instituído ainda em 2003. Para Grisa e Porto (2015), a compra institucional de alimentos da agricultura familiar foi capaz de fortalecer grupos de agricultores em diferentes regiões do país, valorizando a diversidade de produtos regionais e as sementes de variedades locais, proporcionando incrementos de renda, aumentando

a segurança alimentar e nutricional e, em muitos casos, fomentando processos de inovação agroecológica. Da mesma forma, havia tentativas de aperfeiçoar as políticas já existentes, como no caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que em 2009, por força da Lei (número) 11.947/2009, passou a exigir que, no mínimo, 30% dos recursos federais para a compra de alimentos fossem destinados à aquisição de itens diretamente junto aos agricultores familiares ou suas organizações. Soares *et al.* (2013) observaram que quase 70% das agências implementadoras do PNAE, que haviam submetido sua prestação de contas ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), haviam comprado alimentos da agricultura familiar em 2012, denotando um avanço relevante após as adequações que o Programa sofreu.

A partir de 2002, também houve avanços no âmbito da pesquisa em agroecologia. Entre os eventos que ocorreram em 2004, como o II Congresso Brasileiro de Agroecologia; V Seminário Internacional sobre Agroecologia; e o VI Seminário Estadual sobre Agroecologia, um grupo de pesquisadores, professores universitários e técnicos da extensão rural, cria a Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia). Desde então a ABA gerencia as publicações na Revista Brasileira de Agroecologia, além de já ter promovido onze Congressos Brasileiros de Agroecologia (CBA-Agroecologia). Ressalta-se também o Marco Referencial em Agroecologia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), lançado em 2006. Para além de uma importante âncora teórica, o Marco Referencial tornou-se ferramenta indispensável na internalização da agroecologia na pesquisa agropecuária, pois propiciou que pesquisadores de diversas unidades da empresa pudessem contar com maior apoio para a realização de suas pesquisas.

Àquela altura, alguns autores observaram que o movimento agroecológico havia se descolado de seus principais atores. Para Almeida (2009) o desafio se dava pois havia certo “desencontro da agroecologia com ela mesma”. O autor entende que a percepção da agroecologia por parte de movimentos representativos de povos e comunidades tradicionais, como os extrativistas, indígenas, ribeirinhos, entre outros, tornou-se nebulosa, isto é, a agroecologia seria apenas mais uma *outra bandeira de luta* ou *outra causa*. Almeida (2009) vê o desencontro pois entende que as perspectivas agroecológicas se constroem necessariamente por meio da valorização dos modos de vida, racionalidades, práticas e conhecimentos desses povos e comunidades tradicionais.



No intervalo do primeiro mandato do presidente Lula até a primeira década dos anos 2000, o Brasil foi observado como espaço ímpar, ainda que de forma inicial, na relação da construção de determinadas políticas e ações:

Há consenso entre estudiosos e especialistas que o caminho trilhado pelo Brasil é *sui generis* e os resultados que tem sido alcançado devem-se a uma combinação de fatores e processos, relacionados ao modo como a ação do Estado e das políticas públicas influenciou e foi retroalimentada pelos atores e agentes da sociedade civil. O meio rural brasileiro talvez seja um dos espaços em que os efeitos desta construção social tenham sido mais intensos e gerado mudanças mais notáveis (GRISA e SCHNEIDER, 2015, p. 13).

Alguns autores observaram que o contexto político para a institucionalização do enfoque agroecológico através de projetos e programas públicos possuía certas peculiaridades. Caporal e Petersen (2012) apontam que

Esse processo de mudança vem ocorrendo a partir de enclaves de inovação sociopolítica e metodológico conceitual em diferentes organismos governamentais que revelam maior coerência com as promessas de sustentabilidade e com os compromissos que o país vem assumindo em fóruns internacionais que abordam a questão ambiental e as metas do milênio (CAPORAL e PETERSEN, 2012, p. 64).

No entanto, essa dinâmica não avançou mais profundamente com relação a questão agrária e no desenvolvimento da agricultura sustentável de base familiar, conservando um modelo que manteve a hegemonia do agronegócio sobre a terra. Sambuichi *et al.*, (2017) apontaram para esse paradoxo que se estabeleceu, pois, o mesmo Estado que se propunha a debater o desenvolvimento rural sustentável voltado a agricultura familiar aliado ao enfoque agroecológico na agenda de algumas políticas públicas, adotava políticas econômicas e agrícolas que fortaleciam a expansão do agronegócio nos moldes da Revolução Verde.

Até 2011, observou-se certo avanço nos programas e políticas direcionadas a agricultura familiar e aos povos e as comunidades tradicionais. Já a produção de base agroecológica, embora demandada fortemente pelos fóruns e por distintos segmentos, principalmente pela sociedade organizada, por meio da ANA, pela ABA e pelas Comissões da Produção Orgânica (CPOrgs), ainda não tinha uma política que a respaldasse. A virada de chave ocorre, principalmente, quando da IV Marcha das Margaridas, ocorrida em 2011, que traz em sua pauta a importância do desenvolvimento de um plano nacional que apoiasse institucionalmente as ações de perspectiva agroecológica. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), incumbido em responder tal demanda, propõe a criação de um

grupo permanente de estudos e pesquisas, com a participação de representantes da sociedade civil, para discutir o modelo agrícola, na

perspectiva de promover a mudança da matriz de alto insumo energético (fertilizantes, agrotóxicos) e de simplificação ecológica, para a matriz de baixo insumo energético e de diversidade ecológica, bem como apoiar fontes alternativas de energia, como energia solar e eólica (ANA, 2011, p. 5).

Faziam parte do grupo, a convite do MMA, os ministérios do Desenvolvimento Agrário, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e a Embrapa. Ao longo desse período inicial dos trabalhos do grupo, outros órgãos foram incorporados, assim como aumentou-se a participação da sociedade civil, liderada pela ANA, sendo convidada diversas vezes para fazer parte da discussão de elaboração da proposta da política (CANAVESI, MOURA e SOUZA, 2016).

Em agosto de 2012, a presidente Dilma Roussef, por meio do Decreto Federal no 7.794, institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO). As linhas gerais da PNAPO deixam clara a intenção de atrelar a produção sustentável de alimentos saudáveis à conservação dos recursos naturais e à valorização o conhecimento dos povos e comunidades tradicionais, no intuito de perfazer as múltiplas interfaces inerentes ao desenvolvimento rural sustentável, tendo seu objetivo assim descrito:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (Brasil, 2012a, p. 1).

A PNAPO tornou-se marco referencial, para as ações e políticas pensadas em torno da agroecologia, ao trazer dois novos conceitos, até então meramente objetos do meio técnico-científico: (i) produção de base agroecológica; e (ii) transição agroecológica.<sup>5</sup> Ao mesmo tempo, o decreto implantou um padrão de gestão intersetorial e intergovernamental com participação social, ao institucionalizar instâncias como a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica

---

<sup>5</sup> **Produção de base agroecológica** - aquela que busca otimizar a integração entre capacidade produtiva, uso e conservação da biodiversidade e dos demais recursos naturais, equilíbrio ecológico, eficiência econômica e justiça social, abrangida ou não pelos mecanismos de controle de que trata a Lei nº 10.831, de 2003, e sua regulamentação; e

**Transição agroecológica** - processo gradual de mudança de práticas e de manejo de agroecossistemas, tradicionais ou convencionais, por meio da transformação das bases produtivas e sociais do uso da terra e dos recursos naturais, que levem a sistemas de agricultura que incorporem princípios e tecnologias de base ecológica (BRASIL, 2012a, p. 1).

(CIAPO), e a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO) (BRASIL, 2012).

A fim de dar suporte operacional à PNAPO essas novas instâncias foram aos poucos aprimorando e inaugurando espaços de construção das políticas públicas. Seguindo o mesmo molde da Caisan (âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional), a CIAPO, foi originalmente, integrada por nove ministérios e seis autarquias convidadas, e suas competências consistiam em: (i) elaborar a proposta do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO); (ii) articular os órgãos e entidades do Poder Executivo Federal para a implementação da PNAPO e do PLANAPO; (iii) interagir e pactuar com instâncias, órgãos e entidades estaduais, distritais e municipais sobre os mecanismos de gestão e de implementação do PLANAPO; e (iv) apresentar relatórios e informações à CNAPO para o acompanhamento e monitoramento do PLANAPO. Já a CNAPO, citada anteriormente, tinha por objetivo central ser um espaço colegiado para promover a participação da sociedade na elaboração e acompanhamento do plano e da política de agroecologia, sendo formada por representantes de 14 órgãos e entidades do Executivo Federal e por 14 entidades titulares e 14 entidades suplentes, representantes da sociedade civil. É na CNAPO que estão os principais movimentos sociais rurais e agroecológicos, representações da agricultura orgânica, assim como as associações de pesquisadores e extensionistas rurais, além da ausência, ímpar, dos setores agroempresariais.

Importante sublinhar que no processo de construção da política participaram distintas entidades do campo agroecológico brasileiro, desde os da sociedade civil como pela ANA, ABA e Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf ) e a Via Campesina; até instâncias estatais como as Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO), do MAPA, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condrap), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); e o Fórum Permanente de Agroecologia da Embrapa.

Esse formato de construção coletiva da PNAPO e de seu Plano Nacional, o PLANAPO, tornou-se um marco histórico de grande relevância para o movimento agroecológico brasileiro. A PNAPO passa a ser entendida desde então como fruto de

diversos acontecimentos históricos tais como: o fortalecimento das redes locais de inovação agroecológica, tendo a ABA e ANA como expoentes representativos; a pressão exercida pelos movimentos sociais (do campo e das florestas) atrelada às reivindicações do movimento agroecológico, sobre governo federal; e o conjunto de políticas e programas públicos criados, aprimorados ou ampliados nos governos Lula e Dilma, aproximando o aparato estatal das realidades da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais. Assim, após quase 30 anos de movimento agroecológico, houve certo reconhecimento pelo Estado brasileiro do potencial da agroecologia para a produção de alimentos saudáveis, para a geração de trabalho e renda e para o enfrentamento dos graves problemas ambientais e sociais do país.

Os planos decorrentes da PNAPO buscaram incorporar e integrar políticas importantes como as de Ater; apoio aos núcleos de agroecologia; conservação das sementes crioulas; criação e fortalecimento de mercados institucionais; promoção dos produtos da sociobiodiversidade; apoio às redes de agroecologia nos territórios; registro de produtos fitossanitários para produção orgânica, entre outros. Essa dinâmica acabou por potencializar as redes locais de inovação agroecológica, bem como fortalecer as iniciativas de comercialização da produção. Ainda assim, houve propostas como o Programa Nacional de Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), aprovado pela Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO), que não foram implementadas pelo governo federal.

Paralelamente, um conjunto de normativos aprimoravam os mecanismos de controle para a garantia da qualidade da produção orgânica. O sistema brasileiro inovou ao definir a existência de três mecanismos de controle: a certificação tradicional, baseada em auditoria externa; os Sistemas Participativos de Garantia; e os mecanismos de controle social na venda direta. Dessa forma, pra alguns autores, o sistema brasileiro conseguia refletir a heterogeneidade dos sistemas de produção e comercialização de produtos orgânicos e agroecológicos existentes no Brasil (NIERDELE, ALMEIDA e VEZZANI, 2013).

O fortalecimento do mercado de orgânicos, porém, também produziu determinados efeitos indesejáveis ou, no mínimo, contraditórios. A crescente padronização dos procedimentos reduziu parte da agricultura orgânica a uma simples substituição de insumos químicos por orgânicos. Darnhofer *et al.* (2010), observaram uma tendência que veio a ser chamada de ‘convencionalização’ da agricultura

orgânica, pois revelou uma distorção em relação aos princípios originais do movimento, os quais incluíam, além da saúde, a ecologia, a equidade e o cuidado.

Apesar do estímulo em torno da produção orgânica, o Brasil caminhava a passos largos para se tornar um dos maiores mercados consumidores de agrotóxicos do mundo. Dados divulgados em 2012 pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná mostraram que, a partir de 2008, o país ultrapassou os Estados Unidos, tornando-se o maior mercado consumidor de agrotóxicos (ANVISA e UFPR, 2012). Carneiro *et al.* (2015) alertaram que o aumento não se dava necessariamente devido a expansão da área de lavouras, posto que houve também uma elevação da quantidade média aplicada por hectare, que passou de 10,5 litros em 2002 para 12 litros em 2011.

Ao que se denotava é que a PNAPO surgiu justamente para deter o avanço das consequências socioeconômicas e ambientais relacionadas ao rumo do qual a indústria nacional da agropecuária havia tomado. O principal instrumento da PNAPO viria a ser seus planos, que sob coordenação da CIAPO, e elaboração na CNAPO, buscariam alcançar o estabelecido no inciso I do art. 9º do Decreto no 7.794/2012: implementar programas e ações indutoras da transição agroecológica da produção orgânica de base agroecológica, assim como possibilitar à população a melhoria de qualidade de vida por meio da ampliação da oferta e do consumo de alimentos saudáveis, assim como de ações que visem consolidar o manejo sustentável dos recursos naturais.

Logo após o lançamento da PNAPO, em setembro de 2012, foi iniciada a elaboração do primeiro PLANAPO, programado para o ciclo 2013-2015. Um ano após o início de sua construção, o I PLANAPO era lançado, em 17 de outubro de 2013, durante a II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário.

Em seu primeiro ciclo o PLANAPO 2013-2015 possuía ações articuladas em dez ministérios parceiros compondo um conjunto de 125 iniciativas, distribuídas em quatorze metas e organizadas a partir de quatro eixos estratégicos. O prazo de três anos foi adotado para coincidir com a vigência do Plano Plurianual (PPA) em curso a fim de alcançar as melhores condições em sua execução. Assim, buscou-se que o alinhamento das metas, dos objetivos e das iniciativas estabelecidas no I PLANAPO estivessem vinculadas às ações orçamentárias já aprovadas no PPA 2012-2015 do governo federal. Apesar de inovador, o I PLANAPO consistiu objetivamente numa

nova estrutura de governança (CNAPO e CIAPO) para programas que já existiam sob a tutela de pastas como o MDA e MAPA.

Em 2016, Sambuichi *et al.*, publicam pesquisa de avaliação deste primeiro ciclo do PLANAPO. Realizada com representantes da sociedade civil, a pesquisa aponta gargalos operacionais e propostas de melhoria para as temáticas do plano bem como sua governança. Os autores refletem sobre a importância da criação de consensos e inserção de pautas setoriais estratégicas no Plano, tais como objetivos relacionados ao protagonismo das mulheres na agricultura orgânica e agroecológica e à permanência da juventude rural no campo. A pesquisa observou, entre seus interlocutores, pontos positivos desta primeira experiência institucional dada pelo Plano: a governança baseada na coordenação da CNAPO favoreceu a articulação e facilitou o diálogo entre as diferentes organizações; a interinstitucionalidade proporcionada pela CIAPO permitiu a articulação das iniciativas executadas pelos diversos ministérios envolvidos na política. Ademais, Sambuichi *et al.* (2016), reforçaram que havia entendimento pacificado entre seus entrevistados para a proposta de tomar a agroecologia enquanto elemento central de uma estratégia de desenvolvimento rural da agricultura familiar.

A interdisciplinaridade inerente à Agroecologia também foi observada enquanto aspecto positivo para a construção e aplicação desta política pública. Zanon (2021) observou que os formatos de articulação institucional implantadas pela CNAPO e CIAPO influenciaram os múltiplos debates, ora setoriais, produzidos pelas equipes dos ministérios da Saúde, da Educação, da Agricultura, da Ciência e Tecnologia. Para a autora, o debate das perspectivas agroecológicas implicou necessariamente num processo de troca, onde esses distintos e diversos sujeitos precisaram contribuir e ceder continuamente, reforçando a prerrogativa participativa e interdisciplinar do tema e da política.

Sob profundas transformações institucionais e políticas, diante, sobretudo, do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o país lança, em julho de 2016 o II Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Apesar da turbulência, o II PLANAPO ainda se destaca, pois, tal qual o primeiro, se insere no PPA do governo federal. Para Trovatto *et al.*, (2017), isso só foi possível por uma conjunção de forças excepcionais, ora pelo protagonismo do movimento agroecológico, ora pela abertura dos programas de governo. Os autores destacam certa preocupação diante do cenário político, sinalizando que o equilíbrio dessas

forças poderá ser maior ou menor a depender da motivação popular e do espaço na agenda política governamental dada ao tema.

Em esforço de suma importância, Trovatto *et al.*, (2017), constroem um conjunto de lições, nas quais citam estarem necessariamente amparadas, pelo o que propõem como um novo marco legal, em formato de lei nacional.

- i) inclusão de um Conselho Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, com composição majoritária de membros da sociedade civil – ou seja, dois terços dos membros – e com a presidência do conselho exclusivamente dos membros da sociedade civil;
- ii) criação da “Conferência Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica”, que deve ocorrer a cada quatro anos;
- iii) criação do Sistema Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica; e
- iv) elaboração e a implementação de um sistema completo de monitoramento da Pnapo, atualizado sistematicamente. (TROVATTO *et al.*, 2017, p. 112)

Findo o II PLANAPO em 2019, não houve quaisquer movimentos em torno de sua atualização e/ou construção de um novo plano para o próximo ciclo. O recém-eleito governo de Jair Bolsonaro inicia uma reestruturação nas pastas governamentais, desmanchando alguns espaços de construção e acompanhamento das políticas públicas. Não houve direcionamento quanto à continuidade dos PLANAPOS que se seguiriam.

Por fim, Zanon (2021) reforça que a interlocução das pastas e agendas que cercam a temática agroecológica possuem desafios e potencialidades que perpassam necessariamente algumas nuances tais como: contexto sociocultural dos múltiplos atores envolvidos; amplo espectro teórico e metodológico na aplicação das ações públicas; e necessidade premente de aproximação os beneficiários diretos para com a PNAPO. Para a autora é necessário aproximar ainda mais a PNAPO de seu público-alvo, fortalecendo seu envolvimento nessa construção coletiva.

\*\*\*

Assim, pôde-se observar que, no Brasil, as discussões que permearam a produção orgânica passaram por um profundo debate entre diferentes segmentos da sociedade e as forças estatais. A atuação do movimento agroecológico acabou por influenciar os avanços da formulação da legislação brasileira de orgânicos. No entanto, é visível, ainda hoje, a demarcação de dois grupos bem distintos nessa disputa: de um lado as empresas certificadoras juntamente com os grandes produtores que, por interesse econômico, visam acessar as grandes redes varejistas e o mercado internacional; do outro as organizações dos pequenos agricultores que

lutam para garantir o direito de vender a sua produção orgânica em feiras e mercados locais, sem ter que arcar com os altos custos da certificação.

É fato que a agroecologia, enquanto ciência, movimento ou técnica, segue em disputa nas distintas arenas sociais. Ao longo de sua história recente, especialmente, no caso brasileiro, ela incorporou questões históricas dos movimentos sociais rurais, como reforma agrária, valorização do rural, da mulher, da juventude e da biodiversidade, educação emancipatória, economia solidária, dentre outras pautas. Observa-se uma constante ampliação de seu escopo epistemológico, a ponto de extrapolar a ciência e colocá-la numa nova práxis de vida em sociedade e com o ambiente.

Notou-se que muitos dos avanços se deram pelos espaços construídos pela institucionalidade brasileira. Apesar de não romperem com a oligarquia agrária, os governos ditos progressistas, eleitos no início do século XX, puderam facilitar a construção participativa de algumas políticas e ações públicas, com a atuação de movimentos de base popular que se relacionavam com a agricultura familiar, saúde pública e questões de acesso a terras.

Mais recentemente, após processo de *impeachment* da Presidente Dilma Roussef, instaurou-se pelo seu vice Michel Temer, sendo agravado pelo Governo Bolsonaro, um conjunto de ações que, no caso da agroecologia, se deu basicamente pelo abandono da Política que até então engatinhava em seu segundo Plano Nacional (II PLANAPO 2016-2019). Tornou-se explícito que essa não seria uma prioridade do Governo Bolsonaro, e que o apoio seria dado quase que integralmente às oligarquias agrárias, envolvidas diretamente em produzir *commodities*, à base de muito aditivo químico, com pouca ou nenhuma mão de obra, envolvendo-se com o mercado financeiro, e sem qualquer preocupação em produzir alimentos saudáveis e sustentáveis para a população brasileira.



### **3. CAPÍTULO III – SEGURANÇA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA: PERCEPÇÕES DA DISPUTA RORAIMENSE**

O capítulo que se segue apresentará as percepções, acerca de SAN e Agroecologia, dos interlocutores mapeados em Roraima. Buscou-se, então, conhecer como esses sujeitos observavam os desafios, potencialidades e contribuições do desenvolvimento institucional, do debate político e sua interface teórica com as ações públicas acerca de SAN e Agroecologia.

O texto se apresenta em dois blocos, sendo o primeiro uma breve contextualização da história e do cenário político e agrário de Roraima. Destaco os meandros metodológicos executados, além da caracterização dos interlocutores participantes dessa pesquisa. Posteriormente, na segunda parte, abordam-se as questões levantadas junto aos interlocutores dessas agendas, mapeados em Roraima.

#### **3.1. Contexto histórico de Roraima e interlocutores entrevistados**

##### **3.1.1. Breve contexto histórico e político de Roraima**

As políticas nacionais se inserem e se relacionam de forma distinta em cada unidade da federação brasileira e, em Roraima, algumas características acentuam essas nuances. Situada no extremo norte do país e sendo um estado muito jovem, Roraima possui peculiaridades étnicas, socioeconômicas, geográficas e ambientais. O clima de cerrado amazônico, a economia centrada no orçamento público e a mescla étnica entre migrantes de diferentes regiões do Brasil e indígenas, tornam Roraima, e sua tríplice fronteira, uma região com desafios na implementação de políticas intersetoriais, dado a complexa conjuntura em que a arena, a agenda, o poder decisório e político se encontram.

Historicamente, esse território, hoje conhecido por Roraima (RR), era habitado por múltiplos povos indígenas, que migraram entre as fronteiras e se fixavam em várias regiões, sobretudo ao norte, tais como Aicanãs, Ajurus, Ingarikó, Macuxis, Patamona, Uaimiris–Atroaris, Iecuanas, Uapixanas, Yanomâmis, bem como tantas outras etnias que foram dizimadas no processo de colonização. Esse processo se inicia entre o século XVII, indo até o século XVIII, com os portugueses buscando indígenas para mão-de-obra escrava; perpassa amplo processo migratório de

brasileiros, principalmente nordestinos, fugidos da seca e sob a promessa de ótimas condições de vida, no início do século XX; e chega na segunda metade século XX tornando-se Território Federal de Roraima, ganhando o status de estado federativo nacional, apenas em 1988.

Em 2021, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) estimou a população roraimense em aproximadamente 650 mil habitantes (IBGE, 2021a). Esta população está distribuída em 224 mil quilômetros quadrados de área, tornando Roraima o estado menos populoso e com menor densidade demográfica do país. Sua economia majoritariamente está centrada no setor terciário que, embora registre uma taxa de crescimento momentânea, segue tendo o menor produto interno bruto (PIB) entre as unidades da federação (IBGE, 2021b).

Apesar de não serem dados que sintetizam o complexo cenário agrário, algumas informações advindas do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE, 2017) podem ilustrar e contextualizar a cena roraimense. Conforme o levantamento, aproximadamente 77% dos estabelecimentos rurais em Roraima pertencem à agricultura familiar, mesmo índice da média nacional (IBGE, 2017). A produção local de alimentos é realizada por estes pequenos proprietários que mesmo na área urbana realizam grande parcela da produção de hortifrutigranjeiros direcionados ao consumo da capital.

A comparação entre o Censo Agropecuário de 2006 (IBGE, 2006) e os resultados definitivos do Censo de 2017 (IBGE, 2017) ilustra um cenário roraimense e brasileiro de forte concentração das terras para grupos agropecuários (de maior porte) em detrimento de pequenos produtores. Nesse intervalo houve um acréscimo de aproximadamente 35% na área total dos estabelecimentos rurais roraimenses, ao passo que para a agricultura familiar a área diminuiu, proporcionalmente, em 11%, valor este muito distante do decréscimo de 1% ocorrido no país (IBGE, 2006; IBGE, 2017). Pontua-se aqui, mesmo não sendo fato inédito, que embora Roraima possua perto de 80% de agricultores familiares, estes se concentram em apenas 26% da área correspondente aos estabelecimentos rurais do estado (IBGE, 2017).

Apesar do alto potencial para o desenvolvimento da agricultura urbana na capital Boa Vista, estudo recente apontou que são os municípios mais ao centro-sul do estado, como Caroebe, Mucajaí e Rorainópolis, que concentram boa parte dos contratos de financiamento, ora em queda, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) (ALVES, MENEZES E LOUREIRO, 2020). Sob um recorte

temporal de 2013 a 2019, os autores destacaram que em Roraima, o PRONAF vem sofrendo uma queda no número de financiamentos, tal qual no plano nacional, com uma redução tanto em número de contratos, quanto nos valores absolutos dos recursos destinados ao programa (ALVES, MENEZES E LOUREIRO, 2020).

Aproximadamente 70% da população roraimense está na capital Boa Vista. Esta, por sua vez, está posicionada numa região de savana, ou também chamado de cerrado amazônico. No entanto, o clima predominante no estado é a floresta amazônica, densa e úmida. Essas características edafoclimáticas ora são potenciais, ora são impeditivas ao cultivo agrícola de pequeno porte. Entretanto, é certo que esses ecossistemas dispõem de imensos e diversos recursos socioambientais ao Estado de RR, que, contraditoriamente, vem insistindo na perspectiva de negar o potencial biotecnológico e cultural, adotando o pacote tecnológico que o agronegócio oferece. Em outubro de 2021, por exemplo, o governador Antonio Denarium comemorou o fato de o estado superar em mais de 1 milhão o número de cabeças do rebanho bovino, alegando que *“estamos aumentando a nossa produção de alimentos, e aumentando também a produção de carne e leite. Só assim vamos mudar a nossa economia e trazer mais qualidade de vida para a população”*. A mesma matéria<sup>6</sup>, publicada no sítio oficial, reforça que o Governo estadual está direcionando forças para o corpo de produtores agropecuários, quando estimula a modernização da lei de defesa sanitária animal, bem como investe economicamente em melhoramento genético.

Da mesma forma como no Censo Agropecuário, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) do IBGE não traduz a complexidade da segurança alimentar e nutricional, mas nos ajuda a ilustrar e traçar alguns comparativos com o quadro nacional. A POF de 2017-2018 publicada em 2020, apontou que Roraima mantém uma taxa de segurança alimentar (60,4%) inferior ao observado no país (63,3%). Mais preocupante é a taxa de insegurança alimentar grave, em que Roraima possui 9,2%, em forte contraste pois é o dobro do apresentado pelo Brasil (4,6%). Observando o consumo alimentar, a POF apontou que as famílias roraimenses consomem a metade do volume de frutas em relação ao resto do país (13 *versus* 26 kg/ano *per capita*); e

---

<sup>6</sup> Matéria publicada, em 14/10/2021, no sítio oficial do Governo do Estado de Roraima sob o título “DIA NACIONAL DA PECUÁRIA | Roraima ultrapassa 1 milhão de cabeças de gado e busca selo de livre de aftosa sem vacinação”. Disponível em: <<https://portal.rr.gov.br/index.php/noticias/item/4862-dia-nacional-da-pecuaria-roraima-ultrapassa-1-milhao-de-cabecas-de-gado-e-busca-selo-de-livre-de-aftosa-sem-vacinacao>>.

que o roraimense consome 12,4 kg/ano per capita de laticínios, bem distante, quase que 1/3, do praticado pelos em média pelos brasileiros (32,2kg/ano per capita) (IBGE, 2020). É certo que, para além dos fatores culturais e sociais por trás desses números, eles podem estar sinalizando déficits diversos, desde questões estruturais de transporte, por exemplo, até direcionamentos estratégicos das políticas que envolvem a produção de alimentos (e não *commodities*).

Soma-se ao seu contexto agrário e histórico, a conjuntura recente de ampla migração proveniente de sua fronteira nacional com a Venezuela. Passando por grave crise socioeconômica, muito venezuelanos foram forçados a sair de seu país e viram no Brasil uma possibilidade de recomeçar suas vidas. Diferente de um pretense consenso repetido diariamente, esses milhares de *desplazados*<sup>7</sup> fortaleceram a economia roraimense, conforme estudo conjunto entre pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas (FGV DAPP), do Observatório das Migrações Internacionais e da Universidade Federal de Roraima (FGV, 2020). A pesquisa, financiada pela Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) e pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), ainda ressalta que, desde o início do processo migratório, o salário médio da população roraimense não sofreu redução, apresentando, pelo contrário, tendência de crescimento desde 2016.

### **3.1.2. Contextualização da pesquisa e dos interlocutores entrevistados**

Foi nesse caldeirão que temas como Segurança Alimentar e Nutricional, e Agroecologia foram observados em distintos personagens da vida roraimense. Buscou então, na realização das entrevistas, o contato tanto com atores sociais como ativistas, conselheiros de instituições participativas e estudantes, bem como atores estatais como professores universitários, e servidores de diversas secretarias de estado, dentre outros interlocutores. As entrevistas ocorreram por livre demanda, isto é, se davam conforme a agenda do interlocutor, e se passaram ao longo dos meses de setembro a dezembro de 2021.

---

<sup>7</sup> Adaptação do vocábulo que corresponderia na língua portuguesa ao termo “deslocado”. Algumas instituições internacionais apresentam o termo *desplazados* como uma nova categoria migratória específica, originalmente, para referir ao caso dos colombianos em que o *desplazamiento* indicava uma pré-condição dos solicitantes de refúgio em outros países (OLIVEIRA, 2016).

O contexto migratório apontado na seção anterior reforçou que a composição demográfica de Roraima se dá por múltiplas origens. Assim, boa parte dos interlocutores ouvidos foram oriundos de outros estados da federação. A título de ilustração, cita-se: professora amazonense, ativistas cariocas, estudante tocantinense, nutricionista pernambucano e servidores públicos paraibano e paraense. O quadro 1, abaixo, apresenta o contexto de atuação no qual estavam inseridos os interlocutores.

**Quadro 1.** Descrição da atuação dos interlocutores mapeados e entrevistados em Boa Vista-RR

<b>Interlocutor</b>	<b>Contexto de atuação do interlocutor</b>
<b>R, G. S. Ativista agroecológico.</b>	Ex-professor do Instituto Federal de Roraima. Técnico agrícola. Coordenador da Comissão de Produção Orgânica do Estado de Roraima (CPOrg-RR) nos últimos biênios 2019-2021 e 2021-2023. Referência do movimento agroecológico em RR.
<b>D, R. N. Agente público.</b>	Servidora da Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima (SEAPA-RR)
<b>A, G. I. Estudante.</b>	Estudante de agronomia. Pequeno produtor rural.
<b>J, A. F. F. Nutricionista.</b>	Presidente do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de RR no biênio 2019-2021. (Representante da sociedade civil)
<b>T, R. O. Ativista agroecológica.</b>	Ativista agroecológica. Representante da Articulação Nacional em Agroecologia (ANA) em RR.
<b>T, I. N. Docente.</b>	Professora no Instituto Insikiran da Universidade Federal de Roraima.
<b>T, E. P. Agente público.</b>	Servidor da Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima (SEAPA-RR)
<b>T, C. H. Agente público.</b>	Secretária executiva do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de RR no biênio 2019-2021. (Representante do Governo estadual)
<b>N, G. F. Agente público.</b>	Servidor da Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de RR (SETRABES); membro da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de RR (CAISAN-RR).

Por ser qualitativa, a pesquisa debruçou-se em buscar significados, crenças, valores e atitudes nas falas e comportamentos dos interlocutores (MINAYO E MINAYO-GOMÉZ, 2003). As entrevistas semiestruturadas procuraram alçar correlações entre a história de vida dos atores sociais e sua compreensão dos fenômenos sociais, culturais e políticos relacionados a SAN e Agroecologia em

Roraima. Assim, buscaram-se sujeitos que se relacionassem direta ou indiretamente com os objetos de SAN e Agroecologia, bem como temas satélites tais quais alimentação, agricultura familiar, soberania alimentar, política agrícola, dentre outros.

A busca pelos interlocutores se deu por meio de contato e acesso prévio a alguns atores, denominados sementes por Albuquerque (2009), pois auxiliaram na localização e apontamento de outros sujeitos que possuíam conhecimento da comunidade e dos fenômenos de interesse na investigação desta pesquisa. Dessa forma, houve indicações iniciais, acerca de outros membros da população de interesse da pesquisa, para, só então, haver a saída de campo para recrutá-los, perfazendo a técnica conhecida por *snowball sampling* ou “Bola de Neve” (BALDIN e MUNHOZ, 2011; VINUTO, 2014).

Assim, conforme apresenta o Quadro 1, foi possível conversar com pessoas vinculadas a múltiplas instituições, ora estatais, ora da sociedade civil. Os interlocutores foram agentes públicos de Secretarias de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA) e de Trabalho e Bem-Estar Social (SETRABES) do Estado de RR; membros da sociedade civil e do governo de estado, ora conselheiros, do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional de RR (CONSEA-RR); agente público da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de RR (CAISAN-RR); docente de instituições de ensino como a Universidade Federal de Roraima (UFRR) e Instituto Federal de Roraima (IFRR); ativista civil membro da Associação Nacional de Agroecologia (ANA) em RR; bem como estudante de agronomia, ora pequeno produtor rural.

Ressalta-se que, no tocante ao cuidado ético, a pesquisa buscou cumprir as exigências previstas na Resolução nº 510, de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016), sendo então submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima (CEP-UERR). Dessa forma, foi elaborado, dentre outros documentos, o Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, sob o qual o participante recebia explicação e uma via deste documento. Assim, o estudo foi devidamente aprovado pelo CEP CAAE sob o número 48569621.4.0000.5621.

Após a coleta das entrevistas, e contínua revisão bibliográfica dos capítulos anteriores, a pesquisa seguiu os seguintes passos: imersão nas gravações e transcrições das entrevistas; organização dos principais temas levantados pelos interlocutores; e seleção de trechos das entrevistas relevantes para ilustrar as temáticas e subsidiar as discussões com base na literatura e nos conteúdos

construídos. Optou-se por apresentar as temáticas, de maior prevalência, em subtópicos a fim de melhor descrever e discutir as questões levantadas nas entrevistas. Preservou-se o anonimato dos atores, registrando-se apenas suas iniciais, e sua posição social que ocupam na cena roraimense, a fim de contextualizar as narrativas em relação ao lugar de fala de cada entrevistado.

### **3.2. Olhares e narrativas de interlocutores roraimenses**

Dentre os temas que se destacaram nas falas dos atores envolvidos com as temáticas em discussão ressalta-se, com fins metodológicos e de discussão teórica, os seguintes: implementação da Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica; Assistência Técnica e Extensão Rural em Agroecologia; reflexos (negativos) do governo federal; percepções conceituais de SAN, DHAA, Soberania Alimentar e Vigilância Nutricional; orgânica relação de SAN com o programas PNAE e PAA; atuação de base dos movimentos sociais; íntima relação entre agronegócio e futuro de RR; agricultura familiar; Segurança Alimentar e Economia Solidária (associação/cooperativismo); perspectivas agroecológicas e de SAN em RR; gestão e políticas (inter)setoriais; programa de governo *versus* política de estado; funcionamento do CONSEA-RR e da CAISAN-RR.

Assim, diante da diversidade de elementos, concentrou-se atenção às temáticas transversais que se sobressaíram nos falas dos interlocutores, sendo estas apresentadas e discutidas no seguintes subtópicos: Questões de SAN na ótica de interlocutores roraimenses; Percepções dos interlocutores roraimenses acerca da Agroecologia e Produção Orgânica em RR; Demanda por Assistência Técnica e Extensão Rural; Reflexos das ações do governo federal nas políticas locais; Perspectivas para o rural roraimense; e Múltiplos desafios: movimentos sociais, instituições participativas, e continuidade na gestão pública em RR.

#### **3.2.1. Questões de SAN na ótica de interlocutores roraimenses**

Conforme apontado no capítulo I, findo a vigência do II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2016-2019), não houve qualquer indicativo do Planalto para sua sequência. Assim, o Brasil iniciou 2020 sem uma diretriz para guiar as políticas de SAN no Plano Plurianual subsequente (2020-2023). Em outras palavras, o país está sem o principal instrumento da Política Nacional de SAN, pois o

plano é quem orienta e organiza de forma estratégica as principais demandas que surgem em resposta ao direito constitucional à alimentação<sup>8</sup>.

Ainda assim, observa-se na fala de distintos interlocutores a quase que orgânica relação de programas, ora sucateados, como o PNAE e PAA, com SAN e sua inerente interface com a agricultura familiar. Apesar de parcialmente opostas, algumas das falas reforçam a relevância desses programas:

Então hoje em dia a gente tem execução de PAA de verba federal e tem PAA de verba Estadual. O que é maravilhoso. O meu contato com o PAA foi na época em que trabalhei com alimentação escolar, que também é uma estruturação da segurança alimentar, a merenda escolar, porque ela também fomenta essa orientação de observar as oportunidades que podem ser dadas para o agricultor familiar (J, A. F. F. nutricionista/ex-presidente CONSEA-RR)

\*\*\*

Então... não tem políticas públicas. Tirando o PNAE, né, o PAA e o PNAE que é uma coisa que já tá bem institucionalizado no país, mas mesmo assim ainda estão sustentando o desmonte, né, deles. Mas ainda vai levando. Não tem política pública nenhuma, não tem nenhum programa voltado para a agroecologia, de transição agroecológica de apoio à agricultura familiar, não tem (T, R. O. ativista agroecológica/ANA)

Assim, um dos elementos a serem considerados acerca das posições acima é da relevância de políticas como PAA e PNAE não somente para a viabilidade econômica da agricultura familiar no estado, mas também como marco sobre diferentes dimensões dos programas. Enquanto a primeira fala destaca uma perspectiva de avanço ao contar com projetos de âmbito estadual, a segunda fala destaca a aridez de iniciativas referentes ao campo das políticas de SAN, entendendo aquelas existentes como reflexos de tempos mais relevantes à área.

As múltiplas orientações técnicas e teóricas acerca de temas como alimentação e nutrição, vide SAN, agroecologia e produção orgânica, possibilitam o avanço ou retrocesso programático e operacional das ações institucionais idealizadas, e esse elemento fica caracterizado em diferentes falas:

Eu vejo que sim [indagado se há correlação entre a associação de agricultores familiares e alimentação]. Porque querendo ou não eles se viram motivados a produzirem de uma forma melhor, com a segurança alimentar maior (...) então a gente percebe essa mudança da forma das práticas de plantio e de uma melhor alimentação. Isso dá de se perceber bem, né. (A, G. I. estudante/produtor rural);

\*\*\*

Na minha prática pessoal, né, no meu processo enquanto sujeito, tipo, ah, não estando no território, não sendo uma mulher que produz meu próprio alimento no momento, que escolhas alimentares eu faço, que me dão condições de segurança alimentar, mas que também promovem, enfim, autonomia, (...) a minha caminhada na segurança alimentar é muito por uma perspectiva desse lugar, assim, de um lugar de autocuidado né, (...) a Tainá

---

<sup>8</sup> O complexo quadro de construção de políticas de SAN no Brasil pode ser recuperado no capítulo I.



Marajoara sempre fala uma frase que é muito emblemática: 'o que você tá comendo? Qual é a comida que você come? tua comida é fruto de genocídio? Tua comida é fruto de apropriação de território? Que comida é essa? O óleo de soja que você come tem sague de quem?', (...) porque, assim... dos aparelhos de política pública o mais presente é a merenda escolar, né, você consegue visualizar o que é segurança alimentar e nutricional olhando para a merenda escolar. (T, I. N. docente UFRR)

Por um lado, pode-se observar que na fala da docente universitária há rico repertório em torno do conceito de SAN, perpassando as categorias que emergem como território, feminismo, ativismo alimentar, até a percepção factual da merenda escolar enquanto representação simbólica de SAN. Da mesma forma, o estudante, que traça um plano direto entre a capacidade de organização e a melhora nas condições alimentares de pequenos produtores rurais. Desde o formato de organização de pequenos produtores em associações, por exemplo, até as construções empíricas e pessoais desses objetos perfazem simultaneamente o espectro as quais essas narrativas se encontram no imaginário desses entes sociais.

A literatura apresenta diversas discussões acerca da operacionalização de programas como o PAA e o PNAE (CAMARGO, BACCARIN E SILVA, 2013; PEIXINHO, 2013). Até 2016/2017 o desafio central consistia em desburocratizar os programas a fim de aumentar sua difusão pelo território brasileiro. Mais recentemente, somou-se a esses desafios pregressos, seu financiamento deficitário e a ingerência governamental. A fala de então presidente do CONSEA-RR remonta a uma realidade em que o PAA especificamente estava 'sem crédito', em duplo sentido, isto é, sem o respaldo da comunidade de agricultores, além de não contar propriamente com financiamento capaz de subsidiar as compras públicas de alimentos.

Na época em que eu estive lá o PAA era muito sem crédito, porque não estavam executando da maneira correta, não pagavam da maneira certa, não sei o que acontecia, não posso lhe afirmar, mas os agricultores não queriam oferecer para a merenda escolar, porque eles não recebiam. (J, A. F. F. nutricionista/ex-presidente CONSEA-RR)

Em fala posterior, o próprio presidente do CONSEA-RR deu pista para uma das motivações que podem causar esse desencontro operacional entre programas públicos como o PAA e PNAE. Enquanto o CONSEA-RR está 'dentro da agricultura', isto é sediado dentro da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a CAISAN-RR está na Secretaria de Trabalho e Bem-Estar Social do Estado de RR, o que no olhar dos interlocutores abaixo gera divergências para o desenvolvimento das ações públicas estaduais em torno da SAN.

A gente conversa sim, conversa com Setrabes e conversa com a secretaria e agricultura, conversa com esses dois. Com a de agricultura muito mais porque a gente tem a sede lá dentro, então conversa um pouco mais, mas assim, de projetos específicos, não... de projetos específicos que o CONSEA tem planejado não. A gente fica praticamente só na questão de fiscalização, a gente não fomenta ideias atualmente. É isso que eu queria que mudasse. (J, A. F. F. nutricionista/ex-presidente CONSEA-RR)

\*\*\*

É tu colocar na assistência, assim, você tem vantagem e desvantagem, porque depende da visão da assistência social. Se tu colocar numa visão assistencialista, da primeira dama fazendo assistência social, tu pode ter uma distorção e ser só uma entrega de alimento, né. A Caisan e o CONSEA, e toda a Política de Segurança Alimentar Nutricional. Agora se tu pega uma visão da Economia Solidária, você pega uma visão mais legal, que às vezes está na assistência de organização da população, né, de ser protagonista. (N, G. F. agente público-CAISAN-SETRABES.)

As construções das ações públicas em torno de SAN estão intimamente ligadas a um processo histórico, onde sua inserção inicia-se com a discussão em torno do acesso e avança enquanto direito humano. Isto é, é sabido o seu inerente diálogo com múltiplas instâncias – agricultura, saúde, assistência social – para a plena realização. Ainda assim, é factual observar que as falas acima nos remetem a reflexão sobre o quanto a inserção em distintos espaços da gestão pública está intimamente relacionada ao entendimento dos gestores acerca da relevância estratégica de SAN para a população. O que se percebe é que ora as instituições participativas se frustram ao não ocupar o espaço e exercer o controle social sobre a pasta e sua agenda programática; ora o poder público pode ‘realocar’ a SAN em espaços deslocados de seus princípios originários, subvertendo seu papel para outras funções políticas e institucionais.

Segurança alimentar e nutricional é política pública, é um âmbito... é um debate do Estado, é um debate de política pública, é um direito a uma alimentação, é violação de direito. Enfim, é um plano de políticas públicas, né. Dever do Estado garantir alimentos em qualidade, quantidade, enfim. Soberania alimentar, e aí, assim, eu não consigo ter uma percepção de soberania alimentar que não esteja dialogando com os movimentos os quais eu construo, né, e aí eu entendo que o conceito de soberania alimentar pode ser muito dinâmico de acordo com o contexto social de cada movimento que constrói esse processo. E ao mesmo tempo eu entendo que o conceito de soberania alimentar ele é muito mais amplo do que se propõe a segurança (T, I. N. docente UFRR)

O debate acerca dos limites e alcances conceituais que cercam SAN e Soberania Alimentar surgiram em poucos momentos. Justamente por ser fruto do contexto acadêmico foi a docente quem se propôs a discutir os temas. Para ela SAN estaria no plano das políticas públicas, enquanto Soberania seria um conceito que

deveria ser construído coletivamente, podendo ser um guarda-chuva maior para as discussões acerca da alimentação e nutrição.

### **3.2.2. Percepções dos interlocutores roraimenses acerca da Agroecologia e da Produção Orgânica em RR**

A origem conceitual da agroecologia percorreu um longo processo desde as discussões em torno de uma ciência que aplicasse os conceitos e os princípios ecológicos para o estudo e manejo dos sistemas agrícolas com Gliessman (1990) e Altieri (2004), principalmente, até avançar mais incisivamente numa revisão dos agroecossistemas sob olhar mais atento à dimensões além da ecológica e técnico-agronômica, como a socioeconômica, cultural e sociopolítica (GUZMÁN CASADO; GONZÁLEZ de MOLINA e SEVILLA GUZMÁN, 2000)<sup>9</sup>. Um dos interlocutores nos chama a atenção de que agroecologia não pode ser confundida com produção orgânica, pois caso contrário, seria mera substituição de insumos:

A agroecologia é um movimento político, um movimento social, de bem comum, né, de cuidado social, de alimento para todos, né, não é essa coisa elitizada. (...) Para você ser agroecológico você necessariamente tem que ser orgânico, mas o contrário não é necessário. (T, R. O. ativista agroecológica/ANA)

Se, no Brasil e no mundo, o amadurecimento do tema ocorreu de forma lenta, ao que parece, em Roraima, ele sequer aconteceu. O campo da agroecologia em RR possui peculiaridades sociais e históricas que podem explicar este fenômeno. Essas características particulares foram observadas por um interlocutor e podem iniciar reflexões para compreender o porquê, ainda em 2022, Roraima se situa entre os poucos estados da federação que não possui um aparato normativo e institucional em interface com a agroecologia e a produção orgânica (TROVATTO *et al.*, 2017; GUÉNEAU *et al.*, 2019).

[a agroecologia] vem de fora. Totalmente [importada]. Porque, veja, a nossa dinâmica é diferente. A nossa dinâmica é dinâmica de fronteira, né. A nossa... a nossa estrutura é a utópica, vamos dizer assim, né, nossa estrutura local é basicamente famílias tradicionais e indígenas, né. E esse jogo de exploração, de mutualidade, ali. Então quem vem de fora, a partir dos anos 70, nessa lógica do PIN, né, Plano de Integração Nacional, é uma diversidade imensa de gente, cara. E faz essa loucura que é hoje. E ainda na dinâmica de assentamento, é... de Espinha de Peixe, que é uma coisa horrível, uma coisa, né. Mas você não tem ali uma unidade, você não tem comunidades fortes. (grifo nosso) (R, G. S. - ativista agroecológico)

---

<sup>9</sup> Para aprofundar leitura sobre o debate acerca da construção da Agroecologia ver o capítulo II.

Num outro momento, o mesmo interlocutor, que é ex-professor universitário e ativista da agroecologia em Roraima, destaca que a temática só surge, pois, uma entidade privada se responsabiliza por fazer este movimento.

A agroecologia começa em Roraima com um movimento do Sebrae. O Sebrae começa a trazer instrutores, eu participei inclusive do primeiro curso, começa a trazer instrutores muito bons, muito bons, o Queiroz, uma turma... pessoal muito bom começa a formar agricultores. Que é a turma que formou, quem tá aí na hortivida, Claudio, Caimbé e outros. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Logo em sequência o entrevistado contextualiza a inserção do Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), apontando seus limites e potencialidades junto a formação de produtores orgânicos roraimenses. Aqui, notamos, claramente uma ausência/presença ativa do Estado enquanto ente que deveria manejar objetos de interesse coletivo. A ausência é explícita, pois como dito anteriormente, RR e seus municípios não possuem estruturas institucionais que abarquem a temática. No entanto, este mesmo Estado pode ter atuado ativamente de forma a facilitar a introdução do Sebrae enquanto entidade promotora, sob seus ideais, da agroecologia em RR.

O Sebrae tem uma pegada comercial, né. Então ninguém espere que Sebrae vai ser movimento social porque não é, e nem é pra ser mesmo. Não é função do Sebrae fazer... até porque ele considera a Agroecologia setor do Agronegócio. É a postura dele, é a postura do Banco do Brasil, da Embrapa, boa parte da Embrapa, que entende que é um seguimento do Agronegócio. Mas, assim, o Sebrae, tem esse mérito, cara, de fazer, de fazer a coisa acontecer, ele tem. Se tem... se alguma instituição tem que receber o mérito, do pouco que a gente tem de agricultura orgânica aqui, é o Sebrae, cara. Porque ele trouxe o pessoal, estimulou, ele manteve, ele bancou visita, ele bancou viagem para agricultores irem pra feiras, irem pra eventos. Ele bancou certificação por auditoria. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Observa-se que o interlocutor reforça claramente os graves limites que a entidade privada tem nessa atuação. Ao seu olhar, esses limites estão bem estabelecidos, enquanto aspecto institucional e ideológico da empresa, posto que não são movimento social e nem pretendem transformar a realidade agrícola de RR. Embora compreenda esses limites, o entrevistado reflete que a entidade, 'com sua pegada comercial' foi capaz de estimular a produção orgânica no estado.

O formato de produção agrícola convencional segue sendo o hegemônico, produzindo contradições e implicando ao pequeno produtor rural uma cruel gangorra entre tradicional e o orgânico.

'Eu sou orgânico porque eu não tenho dinheiro pra comprar nada, então eu uso o que eu tenho'. Só que aí quando você vai conversar e enxergar consciência ambiental, porque a produção orgânica não é apenas uma

substituição de insumo, consciência ambiental não existe. O cara não tem qualidade de vida, o cara não tem acesso a nada, o cara vive de maneira miserável... então, uai, não tem como, né. Muito difícil. Agora tem também produtores que deixaram de produzir o convencional porque tiveram problemas sérios com agrotóxico. Então esse aí não volta nunca mais pra produção convencional. E esse sim, ele, na dor, aprendeu que não é essa a forma correta de produzir. Mas ele teve que sofrer na pele. Então, nós temos de tudo. Mas eu vou te falar que a maioria dos produtores que se dizem orgânicos é por falta de produto. Você vai na produção e aí você fala: o que você tem? Aí 'ah, não, eu uso só esterco, a palha...'. 'Mas você usa algum produto sintético?' 'Não... porque não tenho como comprar'. (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

Os relatos imersivos que a interlocutora, enquanto agente pública da SEAPA, trouxe, denotaram que as condições materiais seguem ditando as escolhas e o formato de vida a que pequenos produtores estão sujeitos. Assim, é possível observar na sua fala um cenário em que a ausência de políticas públicas e a precarização da vida no campo roraimense, é que, dentre outras motivações, estão levando alguns pequenos produtores à agricultura orgânica, e não um amadurecimento político e das relações socioambientais, as quais estão submetidos.

O debate acerca da construção e implementação de uma política estadual de agroecologia e produção orgânica permeou a fala de diversos atores. Tal qual em relação ao PLANSAN, findo o último PLANAPO, lançado em 2016 na iminência do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e programado para o Plano Plurianual 2016-2019, não houve quaisquer movimentos em torno de sua atualização e/ou construção de um novo plano para o próximo ciclo<sup>10</sup>. Esse silêncio a nível nacional, se reverbera nas falas de múltiplos interlocutores, reforçando o cenário roraimense, onde sequer havia implantada alguma política sólida direcionada à agroecologia. À exceção ocorre por uma Lei Ordinária<sup>11</sup>, publicada em 2019, que traçou as primeiras linhas sobre os sistemas de produção agroecológica para agricultores familiares no Estado de Roraima, mas que até o momento não foi dado os devidos encaminhamentos que o normativo requer, fato que chama atenção, entre outros, até mesmo de uma agente pública da SEAPA-RR.

Não tem política pública nenhuma, não tem nenhum programa voltado para a agroecologia, de transição agroecológica de apoio à agricultura familiar, não tem. Então isso dificulta muito (...) A principal demanda é ter política pública aqui. Tem que trabalhar em cima da formação de redes, entendeu, para

---

<sup>10</sup> Como visto no Capítulo II.

<sup>11</sup> Lei Ordinária nº 1.319, de 28 de junho de 2019, que dispõe sobre incentivos à implantação de sistemas de produção agroecológica pelos agricultores familiares no Estado de Roraima. Disponível em: <<http://sapl.al.rr.leg.br/ta/1085/text?print>>. Acesso em 20 março 2020.

apoiar, para poder forçar a gestão municipal, entendeu, a gestão estadual (T, R. O. ativista agroecológica/ANA);

\*\*\*

Porque nós temos uma Lei, mas ela não é muito clara. É de produtos orgânicos. Ela só fala e não diz nada. Fala um bocado de coisa e não diz nada, então seria muito bom que saísse essa política pra dar um norte, que a política poderia estimular os produtores a terem os benefícios (...) criar linhas de financiamento pra produção orgânica, específica, (...) buscar pequenos capitais (D, R. N. – servidora SEAPA-RR);

\*\*\*

A dimensão de política pública em Roraima é toda voltada para o agronegócio, né. Você não tem em Roraima uma política de agroecologia (T, I. N. docente UFRR);

\*\*\*

Eu acho que é a construção das bases. Se sobre essas bases vai ser construído alguma coisa, é outra história. Mas sem elas não tem feito. Sem elas o banco público não pode chegar e oferecer um crédito pra agroecologia porque não tem nada pra se basear. Qual é o plano? Qual é o planejamento? Nada. Então pô, lamento, não tem como botar dinheiro nisso aqui, né. Então é uma base muito forte. É uma, eu acho que é o que o estado precisa a priori, é o marco zero. Porque ele estabelece os critérios, estabelece as questões todas. (R, G. S. - ativista agroecológico).

É sabido que desde 2019, até a construção do presente texto, há uma minuta para a Política Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PEAPO-RR) estagnada num setor jurídico da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, sob a justificativa de que a pandemia atrapalhou a sequência dos trabalhos. O desenho textual da minuta prevê um arcabouço básico já previsto na PNAPO (2012). No entanto, nota-se que as maiores dificuldades da PEAPO-RR, quando promulgada e aprovada, se darão no que tange ao diálogo com outras instâncias tais como as políticas, planos e programas estaduais relacionados à Segurança Alimentar e Nutricional, Economia Solidária, Desenvolvimento Sustentável do Extrativismo, Saúde, dentre outros, posto que nem todos esses instrumentos estão bem formalizados ou amadurecidos. Da mesma forma, chama-se atenção para o potencial gargalo operacional no tocante à instância de gestão da Política, pois não há uma previsão mais sólida se haveria a necessidade de se criar um Conselho Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica do Estado de Roraima – CEAPO; ou de se utilizar o espaço já existente do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável; ou mesmo de delegar à Comissão de Produção Orgânica do Estado de Roraima (CPOrg-RR) esta função. Cabe destacar que esta decisão poderá influenciar numa maior ou menor participação social na implementação e acompanhamento desta Política, dado que a construção já se deu apenas por atores estatais.

Para além da técnica e da política, propriamente dita, a agroecologia deve ser entendida enquanto ferramenta de transformação social. Caporal e Costabeber (2004)

nos reforçam que promover a soberania e a autonomia de pequenos produtores são elementos-chave no fazer agroecológico. A fala do ex-professor e atual coordenador da CPOrg-RR, aponta nesse sentido, ao questionar o formato de atuação do poder público em fazer extensão rural.

A gente precisa avançar na agroecologia como agente transformador. [agente] de produção política. Sabe, a agroecologia de empoderamento de uma comunidade, de falar com o poder público de igual para igual, falar: 'olha, eu quero um curso disso, eu não quero que traga curso de plantação de melancia de novo, sabe, eu quero um curso de produção de biofertilizante', por exemplo. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Em 17 de outubro de 2021<sup>12</sup>, uma matéria foi publicada no sítio oficial do Governo de Roraima, sob o seguinte título: 'Governo promove Dia de Campo da Cultura do Abacaxi'. O evento foi realizado no município do Cantá sob intervenção da SEAPA-RR. Em fala, o governador Antonio Denarium destacou que "Disponibilizamos para os pequenos produtores toda a estrutura da SEAPA, para que eles consigam de fato melhorar a produção e também a produtividade e o escoamento dos alimentos para a mesa do consumidor". Nota-se que a gestão estadual está inclinada em promover a produção de alimentos que não necessariamente vão compor as refeições dessas famílias, pois ora é melancia, ora é abacaxi, ou mais recentemente soja. Esses alimentos isolados não contribuem na segurança alimentar e nutricional desses pequenos produtores.

Cabe então refletirmos em que medida, os governos recentes e mais especificamente, o atual, vislumbram a agricultura familiar enquanto corpo social constitutivos e estratégicos do campo político e da sociedade roraimense. Para Mattei (2014) a agricultura familiar deveria ser pensada como protagonista na produção de alimentos saudáveis, pois aliam a capacidade de implementar técnicas que se utilizam dos serviços ecossistêmicos naturais, além de promoverem o desenvolvimento socioeconômico da região em que estão inseridos. Ao que se denota, entende-se que para o governo de RR, a agricultura familiar deveria ser uma extensão do agronegócio produtora de commodities exportadores, sem preocupação direta com o equilíbrio socioambiental.

---

<sup>12</sup> Matéria publicada, em 17/10/2021, no sítio oficial do Governo do Estado de Roraima sob o título 'Governo promove Dia de Campo da Cultura do Abacaxi'. Disponível em: <<https://www.roraima.rr.gov.br/noticias/item/4883-no-canta-governo-promove-dia-de-campo-da-cultura-do-abacaxi>>. Acesso em 07 dez 2021.

### 3.2.3. Demanda por Assistência Técnica e Extensão Rural

Da mesma forma que citam a necessidade por políticas firmes de SAN e agroecologia, os interlocutores chamaram atenção para a ausência de instrumentos institucionais de Assistência Técnica e Extensão Rural, sobretudo aqueles com adotam como eixo orientador os princípios agroecológicos, tal como propõe a PNATER (BRASIL, 2010). Diesel, Dias e Neumann (2015) entendem que é por meio da ATER e de suas abordagens participativas, que ocorrerá a institucionalização política do desenvolvimento rural sustentável, de base agroecológica, e que verdadeiramente fortaleça a agricultura familiar. As falas destacam a ausência de uma política, programa ou plano estadual nesse segmento.

A principal demanda é ter política pública aqui (...) para melhorar as condições, ter uma assistência técnica (...) 'Qual a demanda dos agricultores?' É assistência técnica, entendeu. Eles precisam de assistência técnica, isso é fato" (T, R. O. ativista agroecológica/ANA);

\*\*\*

Eu vejo que ainda é primordial uma assessoria técnica (...) então a gente acaba se limitando, né, não tendo como produzir por não saber como produzir, porque a gente vem na prática de um plantio totalmente diferente desse que é mais ecológico, né, sem esses produtos tão agressivos (A, G. I. estudante/produtor rural);

\*\*\*

Olha, é uma coisa tão simples. Apenas orientação... Conhecimento. Repasse, socialização de conhecimento. Isso aí já dá um incremento muito grande na produção [orgânica/agroecológica] (grifo nosso) (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

O estado de Roraima é um dos poucos estados da federação que não possui uma Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Em 2004 houve tentativa (lei nº 453 de 13/04/2004-AL/RR) de instituir uma empresa que fizesse esta orientação técnica, sobretudo ao pequeno produtor, mas até então tal ação fica a cargo de instâncias como Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de RR e da Embrapa-RR. Questionados sobre que entidade pública consegue executar, ainda que minimamente, essa assistência técnica tão demandada os interlocutores relataram:

Quem faz, quem executa é a SEAPA mesmo, só que não tem uma orientação agroecológica, uma extensão rural capacitada, é... para a agroecologia. Nós temos assistência técnica e extensão rural, não agroecológica, nesse viés de agroecologia. E isso já seria bastante coisa, né. (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

\*\*\*

A extensão rural conversa muito bem com a pesquisa. Mas com outra burocracia. Tanto é que aqui a Embrapa faz extensão. Você vê pesquisador da Embrapa no campo. Tudo bem que tem que estar no campo, mas não era função dele fazer pesquisa. O custo que esse cara tem pra nós, enquanto



nação, é muito alto para estar fazendo extensão rural, pô. Eu preciso desse cara desenvolvendo tecnologia. (R, G. S. - ativista agroecológico)

A servidora da SEAPA citada acima aponta ainda que havia um setor que realizava ATER, ainda que sem viés agroecológico. Ela se referiu ao Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (DATER-RR), recentemente foi extinto<sup>13</sup>, numa reformulação de algumas secretarias estaduais proposta pelo Governo de RR e aprovada na Assembleia Legislativa do Estado. O projeto de reestruturação das secretarias abrangeu a criação de um Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural de Roraima (IATER), bem como redistribuiu as competências da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento (Seplan) entre a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), a Secretaria de Fazenda (SEFAZ) e o Instituto de Terras, Colonização do Estado de Roraima (ITERAIMA). Cabe destacar que outra matéria<sup>14</sup>, esta da Assembleia Legislativa, que tratou da criação do IATER, sequer cita a categoria agricultura familiar dentre os eixos e atribuições do novo Instituto. Assim, a principal mudança foi transformar SEAPA em Secretaria de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação (SEADI). Esse processo de mudança está em curso e não se sabe como esse 'novo' aparato estadual lidará com a extensão rural para pequenos produtores rurais. Ademais, ainda não há evidências apontando que as propostas agora em curso venham solucionar as questões trazidas acima, visto que mesmo antes da extinção do DATER-RR, a parte de extensão rural para a agricultura familiar era praticamente desconhecida para a grande maioria dos interlocutores.

A fala do ex-professor e ativista agroecológico em RR ainda destaca o quanto a ausência de uma política direcionada ao tema produz certas aberrações, como quando uma entidade como a Embrapa acaba assumindo o papel de extensionista. No olhar do interlocutor, esse não deveria ser o papel central da entidade. Além do custo econômico desse tipo de iniciativa, como bem apontou o próprio entrevistado, há de se considerar o que representa para o debate agroecológico tanto a ausência de uma extensão rural alinhada a essas iniciativas, bem como o que representa uma

---

<sup>13</sup> Matéria publicada, em 21/12/2021, sob o título 'Governador de RR propõe mudanças em secretarias com impacto de 4,6 milhões'. Disponível em <<https://roraimaemtempo.com.br/politica/governador-de-rr-propoe-mudancas-em-secretarias-com-impacto-de-46-milhoes/>> Acesso em 22 dez 2021.

<sup>14</sup> Matéria publicada, em 21/12/2021, sob o título 'Criação de autarquia e mudanças em secretarias são aprovadas por deputados'. Disponível em <<https://al.rr.leg.br/2021/12/21/administracao-publica-criacao-de-autarquia-e-mudancas-em-secretarias-sao-aprovadas-por-deputados/>> Acesso em 22 dez 2021.

extensão rural liderada, ainda que com limites, por uma entidade pública criada originalmente para pesquisa agropecuária não necessariamente orientada à agricultura familiar. Caporal e Costabeber (2004) nos ajudaram a refletir sobre a necessidade de aprimorar o olhar teórico sobre o extensionismo rural, de forma que avançaram para uma práxis distinta da convencional, buscando sobretudo, “reconhecer a existência de diferentes conhecimentos e estruturas de poder que influem nos processos de desenvolvimento e agricultura sustentáveis” (CAPORAL E COSTABEBER, 2004, pág. 66).

#### **3.2.4. Reflexos das ações do governo federal nas políticas locais**

Quase unânime na fala de distintos interlocutores é a orientação do governo federal de como a arena política é manejada em nível nacional e o quanto esta repercute-se em Roraima. Nota-se até certa frustração nas falas, pois alegam que sofrem diretamente as consequências negativas do descaso com as instituições que se relacionam com os programas e as políticas relacionadas à SAN e Agroecologia.

Então, tem algo acontecendo à nível nacional também. A questão de investimento, reduziu muito investimento na área da agroecologia. Estamos lutando pra trabalhar. Tá sendo uma luta pra se conseguir fazer alguma coisa por conta dessa diminuição, dos cortes, e junção de ministério (...) E os profissionais do MAPA?! Você tem que ver o que está acontecendo com os funcionários do MAPA, porque lá no MAPA juntou tudo, mudou tudo, por conta de diminuição de recurso do MAPA eles eliminaram vários departamentos, aí juntou departamento com departamento, enfim, um profissional lá tá cuidando de tudo. E aí... ele consegue dar atenção? Ele dá conta disso, da conta de não sei o que, e ainda promover ações de agroecologia? Não! Se for ver, cada coisa que tem sua peculiaridade, ele não vai... ele é humano, ele não consegue dar conta de tudo (...) Então, é... houve uma desconstrução e... e aí a pandemia fortaleceu tudo isso, porque houve o distanciamento, né, a gente não... ainda não... não temos essa proximidade. E aí pra ainda começar... quase que do início de novo. (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

Destaca-se que a servidora estadual chama atenção para as repercussões negativas da instância federal que é o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) em RR, deixando de comentar a situação do cenário estadual. Nota-se que RR ainda depende muito das instituições federais aqui instaladas, posto que o estado ainda não conseguiu construir o mínimo de aparato público que sustente da demanda pelo desenvolvimento rural, sobretudo aquele que fortaleça o pequeno produtor.

Não tem política pública nenhuma, não tem nenhum programa voltado para a agroecologia (...) Tirando o PNAE, né, o PAA e o PNAE que é uma coisa que já tá bem institucionalizado no país, mas mesmo assim ainda estão sustentando o desmonte, né, deles (T, R. O. ativista agroecológica/ANA);

A representante da ANA é direta ao negar a existência de políticas direcionadas a SAN e Agroecologia em RR, embora aponte para os programas federais PAA e PNAE, como estratégias que resistem à inabilidade da gestão federal em lidar com as temáticas. Diversos autores nos ajudam a entender que, desde 2012, as coalizões sociais que sustentaram os avanços políticos e programáticos em torno da agricultura familiar, passaram a sofrer perda de espaços, recursos, força e legitimidade (MATTEI, 2018; PORTO-GONÇALVES *et al.*, 2018). Essa ruptura, ilustrada pelo impeachment da Presidenta Dilma Rousseff em 2016, levou a cortes expressivos no orçamento dessas pastas, erodindo de forma progressiva as políticas sociais direcionadas a agricultura familiar, segurança alimentar e produção orgânica (SABOURIN, 2018).

Sob outra lente, o ativista agroecológico e atual coordenador da Comissão de Produção Orgânica do Estado de Roraima (CPOrg-RR) ressalta que a resiliência administrativa e burocrática do MAPA fez com que a CPOrg-RR sobrevivesse à reestruturação das pastas governamentais, isto é, aos cortes que diversos órgãos colegiados sofreram<sup>15</sup>.

A CPOrg-RR quase rodou também, naquela cortada que o Bolsonaro deu para todos os órgãos colegiados, né. Ela passou raspando, assim. Só que ela estava vinculada a uma lei, tinha outra coisa lá e tal, e não pode acabar, mas nós chegamos a dissolver, nós chegamos a ver como perdido. Mas, assim, tá aí, funcionando e tal. Então eu acho que ela tem uma estabilidade. Aí é política, né. Ela está atrelada ao Ministério o que traz uma estabilidade em termos de legislação, normas (R, G. S. - ativista agroecológico).

O interlocutor se refere a uma '*estabilidade em termos de legislação*' para justificar a sobrevivência do espaço participativo e deliberativo que é a CPOrg-RR, cuja função, dentre outras, é exercer o controle social, e propor políticas públicas para desenvolvimento da produção orgânica do estado. Este é uma situação diferenciada em que o avanço em torno da institucionalidade pública, acerca da agroecologia e produção orgânica, se deu a ponto de criar maior resiliência administrativa e respaldo político. Apesar disso, observa-se que a composição paritária de forças, pelas entidades públicas governamentais, ou dos segmentos privados, são essenciais na

---

<sup>15</sup> Em maio de 2019, em decisão que marcou 100 dias de mandato, o presidente Jair Bolsonaro lançou decreto, nº 9759 de 11/04/2019, que extinguiu diversos colegiados ligados à administração federal, tais como conselhos, comissões, comitês, juntas e outras entidades do tipo que tenham sido criadas por decretos ou por medidas administrativas inferiores. Muitos dessas instâncias eram são formados por integrantes de órgãos do governo em conjunto com membros da sociedade civil. Matéria de 03/05/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/05/entenda-decreto-que-poe-fim-a-conselhos-federais-com-atuacao-da-sociedade.shtml>>. Acesso em 15 jun 2020.

sustentação dessas instâncias e, por conseguinte, das políticas já tão fragilizadas. Há desinteresse explícito<sup>16</sup> do Governo Bolsonaro em manter essas estruturas participativas funcionando, como no caso no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), extinto em 2019, mas que já tinha um conjunto de atribuições e ordenamento previstos desde a Lei Orgânica de SAN (BRASIL, 2006).

### 3.2.5. Perspectivas para o rural roraimense

Da mesma forma, tornou-se explícita a percepção desses interlocutores de quanto as perspectivas do meio rural roraimense estão direcionadas ao grande produtor. Hoje Roraima exporta soja e milho para a Europa<sup>17</sup>, mas não estimula a emancipação, ou no mínimo, a permanência, da agricultura familiar enquanto corpo social histórico da formação do rural brasileiro (SCHNEIDER e CASSOL 2014). Reflete-se que essa dinâmica tende a sucumbir o processo de Segurança Alimentar e Nutricional dessas famílias, ao mesmo passo em que tende a prejudicar o processo de alimentação e nutrição das famílias urbanas, conforme observaram Grisa, Gazolla e Schneider (2010). Nesse sentido, destacam-se alguns apontamentos dos interlocutores:

Eu vejo que ainda se beneficia mais os grandes produtores do que os pequenos, né (...) então eu vejo que as políticas do estado ainda estão muito voltadas para quem tem um poder aquisitivo maior. (...) Porque querendo ou não a gente vê que tem uma galera que acaba voltando muito para questão de produção de monoculturas, né. Em Roraima ainda tá sendo muito forte. O que a gente vê de galera vindo de outras regiões [brasileiras] para fazer monocultura aqui dentro do estado é de se espantar, né, em muitas regiões. Regiões que eu conheci que eram de lotes de pequenos produtores, hoje em dia você vai e é só fazendas, sem cerca e sem nada, some de vista para produção de monocultura. (A, G. I. estudante/produtor rural);

\*\*\*

Que eu acho, assim, que a agricultura familiar aqui é usada muito como peça publicitária, entendeu. Para tirar onda com político. Abraçar para tirar fotinha, ficar dizendo que tá fazendo alguma coisa (...) Aí dá o trator, dá insumos, né, sementes... E tá botando, e tá sendo é invadido lá o assentamento, com soja, milho. (T, R. O. ativista agroecológica/ANA);

\*\*\*

Boa Vista tem um Plano Municipal de Desenvolvimento da Agropecuária, do Agronegócio e do não sei o que lá. Como que cê não entende, como que cê

---

<sup>16</sup> Matéria, publicada em 26/09/2019 atualizada em 17/12/2019, sob o título “CONSEA permanece extinto após a manutenção do veto de Bolsonaro”. Disponível em: <<https://idec.org.br/noticia/consea-permanece-extinto-apos-manutencao-do-veto-de-bolsonaro>>. Acesso em 27 jun. de 2020.

<sup>17</sup> Matéria publicada, em 29/12/2021, sob o título ‘Produção de soja e milho gera faturamento de R\$ 700 milhões’. Disponível em <<https://www.rr.gov.br/noticias/item/5438-em-roraima-producao-de-soja-e-milho-gera-faturamento-de-r-700-milhoes>> Acesso em 15 jan. 2022.

entende que isso é separado da segurança alimentar e nutricional?! Né. Como é que cê entende que um plano de agronegócio e agropecuária é separado de segurança alimentar e nutricional. O agronegócio serve à segurança alimentar? Não. (T, I. N. docente UFRR).

O Plano a qual a docente universitária se refere trata-se do Plano Municipal do Desenvolvimento do Agronegócio (PMDA) de Boa Vista-RR. Criado em 2018, a proposta tem em seu escopo realizar assistência técnica e extensão rural aos moldes da agricultura convencional com preparo e correção do solo, além de custeios de insumos químicos para agricultores cooperativados. Para a prefeitura o Plano vem se demonstrando “como uma eficiente política pública municipal no agronegócio familiar”<sup>18</sup>.

Entretanto, a ativista agroecológica destaca que, apesar do PMDA ter potencial para transformar a vida dos agricultores, esta mudança tem se baseado na perda da autonomia do fazer agrícola e, sobretudo, na dissolução da soberania alimentar dessas famílias, planificar e homogeneizar as culturas agrícolas. Silva (2014) nos recorda que a adoção do pacote tecnológico e das ideias vendidas na Revolução Verde, em nome de um sistema de produção agrícola moderno e eficiente, afetou gravemente a diversidade de culturas alimentares no Brasil.

Tal qual a ativista, o ex-professor também cita o estado do Mato Grosso como exemplo para as perspectivas estatais que Roraima está mirando através de suas políticas públicas, ponderando, efusivamente, que há uma insustentabilidade (logística e econômica) dessas propostas, com claras consequências socioambientais. Ao que parece, projetam para RR um futuro já conhecido no centro-oeste brasileiro, onde a opulência de poucos convive com a fome de muitos<sup>19</sup>.

O que eu sei dessa formação, aí, é que foram feitas cooperativas e associações muito mais para atender os programas de governo do que como incentivo à agricultura. Existe o programa municipal, mas que é totalmente apoiado pelo governo estadual. Chama Programa Municipal do Desenvolvimento do Agronegócio feito para a agricultura familiar, onde só se planta milho e soja. Aí as pessoas se iludem, né, alguns agricultores realmente conseguem, né, ter suas condições ali, melhora um pouco de vida, compra um tratorzinho, fala: ‘tá vendo, sabe, tô melhorando de vida’. E largou por trás toda a biodiversidade da sua vida, do seu alimento, e aí precisa

---

<sup>18</sup> Observatório da Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Boa Vista. Plano Municipal do Desenvolvimento do Agronegócio. Disponível em: <<https://observatorio.prefeitura.boavista.br/paginas/agronegocio-3c70ae60-cb3d-4a6b-a7f0-551b888039f3>>. Acesso em 25 jan 2022.

<sup>19</sup> Matéria publicada, em 20/04/2022, sob o título ‘FOME NA ABUNDÂNCIA: PIB per capita elevado contrasta com pobreza em ricas regiões do agronegócio em Mato Grosso’. Disponível em <<https://tab.uol.com.br/edicao/campeoes-da-soja/#cover>> Acesso em 25 abr 2022.

comprar no supermercado (risos). É isso... governo estadual mais ainda, né. O governo estadual oferece as terras de Roraima para o agronegócio... a intenção é realmente transformar isso aqui num modelo Mato Grosso. (T, R. O. ativista agroecológica/ANA)

\*\*\*

Por exemplo, a gente insiste em imitar o Mato Grosso, cara. Pô, o sonho do agricultor aqui é ser igual Mato Grosso, o cara quer produzir soja. Pô, mas tem que ser subsidiado, o governo tem que estar botando dinheiro, tem que ficar bancando, não é viável, pô, tá longe pra caramba de porto, de jazida mineral, de fonte de insumo, é tudo muito caro. Serve pra que, cara? Serve pros caras ganhar dinheiro com financiamento, desviar dinheiro de financiamento pra aplicar em comércio, aplicar dinheiro em mercado financeiro e tal, e a gente não vê a coisa rodar. Enquanto você tem potencial, pra uma coisa imensa. Roraima é um canto que bastava um decreto do governador determinando isso aqui como área livre de transgênico. Pô, a gente já tinha um salto imenso, cara, e a nossa soja é não-transgênica. (R, G. S. - ativista agroecológico)

O ex-professor ainda aponta a insustentabilidade (logística e econômica) dessas propostas, previstas no PMDA, e em outras práticas estatais roraimenses, contrapondo com o enorme potencial para a produção orgânica, através, principalmente de estratégias já bem difundidas tais como os Sistemas Agroflorestais Sintrópicos (SAF) ou Agrofloresta Sucessional Biodiversa (AS) (ANDRADE e PASINI, 2014). Não obstante às características edafoclimáticas e culturais roraimenses, esse formato de produção agrícola idealizado por Ernst Götsch, prevê a capacidade natural de regeneração de florestas, e todos seus serviços ecossistêmicos, aliada à produção de alimentos (MICCOLIS, *et al.*, 2016; REBELLO, 2018), o que no olhar do interlocutor seria estratégia diferenciada para Roraima.

Eu não tenho dúvida que o caminho pra agricultura familiar aqui no lavrado é a agrofloresta sintrópica. Eu não tenho dúvida disso. Pra mim não tem a menor, sabe... Porque se o cara fizer uma estufa, dez estufas, ele vai entrar na lógica de substituição de insumo. Por que ele vai tirar o que para aquela estufa? Ele vai adubar aquela estufa com o que? Entendeu. E ali na sintrópica não, cara. Você tá girando, você tá podando, o material tá se decompondo, você tá produzindo a alface, o tomate, o mamão, a macaxeira, e vai e roda. Daqui há pouco fecha e você planta um café no meio, acaba de fechar, e você já tá começando outra área, sabe. E vai deixando uma floresta do lado. Uma floresta produtiva, pô. Daqui uns dias você vai começar a vender madeira, você vai começar a tirar madeira, vai vender madeira pra lenha. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Em fala anteriormente descrita, esse mesmo interlocutor se refere ao 'mercado financeiro' como uns dos destinos prováveis de verbas públicas que deveriam ser direcionadas para o desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar roraimense. Logo em seguida, questionado se 'poderíamos falar que a fronteira agrícola roraimense está se tornando uma fronteira do rentismo?' o interlocutor assim respondeu:

É. Mas é, ué. Você não vê. Cara, você não vê estrutura produtiva pra bancar um Paraviana, cara. Compara o Paraviana, compara um Paraviana com a estrutura produtiva do Estado, cara. O que vai ter de estrutura produtiva aqui? Quantas fábricas nós temos, de fato? Ué. De onde que vem esse dinheiro todo? Tudo bem, tem servidor público, tem quem tem alta patente, tem... Tá, mas, vamos lá. Entendeu, então, assim, eu acho que tem um nó aí nesse meio (R, G. S. - ativista agroecológico).

Diante da complexa relação entre o agronegócio brasileiro e o mercado financeiro<sup>20</sup>, essa breve discussão pretende apenas sublinhá-la não cabendo aqui aprofundá-la. Em texto<sup>21</sup> recente, Marcio Pochmann nos refresca a memória lembrando que em diversos momentos a oligarquia agrária brasileira foi capaz de se organizar e buscar interesses próprios, seja dinamitando movimentos revolucionários, seja por meio de bancadas parlamentares nas casas legislativas brasileiras. Conquista marcante desse grupo foi a promulgação da Lei nº 13.986 em abril de 2020 (BRASIL, 2020), pelo Governo Bolsonaro, popularmente conhecida como Lei do Agro. Em nome de uma dita desburocratização, o instrumento se tornou o primeiro grande marco regulatório do financiamento do agronegócio brasileiro. Em outras palavras a nova legislação possibilita a construção e concessão do crédito privado, via mercado financeiro e de capitais, ao setor do agronegócio. Michelotti e Siqueira (2019) observaram, tal qual o interlocutor ouvido, que as tendências da dinâmica agrária brasileira estão cada vez mais vinculadas aos mecanismos e lógicas de operação dos mercados financeiros especulativos. Permitir a livre especulação do uso da terra e da produção de alimentos, pelo rentismo brasileiro, certamente agravará o cenário de conflitos rurais e de insegurança alimentar da população roraimense.

### **3.2.6. Múltiplos desafios: movimentos sociais, instituições participativas, e continuidade na gestão pública em RR**

Ao longo das entrevistas muitos temas foram trazidos à tona pelos interlocutores, numa tentativa de contextualizarem seus posicionamentos. Por serem inerentemente transversais, SAN e agroecologia acabam por incitar outras reflexões

---

<sup>20</sup> Indico o projeto “Muito além da porteira” do grupo O Joio e o Trigo, que por meio de série de reportagens especiais investigam a fundo a íntima história das relações entre agronegócio e mercado financeiro brasileiros. O Joio e o Trigo são um grupo de jornalistas que, dentre outras ações, constroem coletivamente com outras entidades de jornalismo investigativo e independente, textos, *podcasts* e outros materiais sobre alimentação, saúde e poder, numa tentativa de repensar os sistemas alimentares vigentes. Disponível em <<https://ojoioetrigo.com.br/2021/11/muito-alem-da-porteira/>>.

<sup>21</sup> Texto de autoria do economista e professor Marcio Pochmann, publicado em 08/09/2021, sob o título ‘A muralha da oligarquia agrária’. Disponível em <<https://outraspalavras.net/crise-brasileira/pochmann-a-muralha-da-oligarquia-agraria/>> Acesso em 12 jan 2022.

quer perpassam o formato de organização social e da gestão públicas desses temas. Traz-se abaixo algumas falas que explicitam alguns dos tantos desafios postos ao desenvolvimento rural sustentável em Roraima que fugiram ao enquadramento apontado nas seções anteriores.

Como dito, a multiplicidade étnica de Roraima é um fator chave para interpretarmos as formas de organização das pessoas seja na sociedade civil ou na gestão da coisa pública. O ex-professor carioca, que migrou para RR ao final da década de 1980, traz uma fala problematizando a capacidade de organização social diante das diversas culturas aqui instaladas ao longo da história.

Mas você não tem ali uma unidade, você não tem comunidade fortes, sabe. Comunidade estruturada. Como é no Sul, por exemplo. Chega lá e tem uma comunidade de polacos, uma comunidade de italianos, uma comunidade... Mesmo no Nordeste, uma comunidade que tá ali há 10 gerações, a 15 gerações, que todo mundo se conhece. Aqui não, aqui é muita gente estranha, muito resquício de garimpo, muita sobra de garimpo, muito aventureiro, muita gente, sabe. Então é isso, sempre foi um... continua sendo um impeditivo. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Para o interlocutor há uma correlação muito próxima entre fato de aqui haver uma mistura étnica e social tamanha a ponto de dificultar a formação e a continuidade de movimentos sociais ao longo da história de Roraima.

[essa mistura étnica] é saudável por um monte de aspectos. Lógico que ela é interessante, ela é desejável e tal, mas ela é complicada, cara. Numa brincadeira... uma brincadeira de uma pessoa, uma brincadeira de um nordestino, por exemplo, pode ser uma ofensa de morte pra um gaúcho. Quer dizer, e vai por aí afora. Sem contar o preconceito externo, né, do gaúcho contra o maranhense. Entendeu, então, era essa a base fragilizada que tava tentando se estabilizar e não conseguiu. Tanto não conseguiu que nós não temos movimento social até hoje. [exceto] o MST aí se arrastando, o CPT meio que tá aí, meio cartorial, fazendo um trabalhinho de base. [grifo nosso] (R, G. S. - ativista agroecológico).

Observa-se que a fala do ativista ressalta o quanto a diversidade étnica e cultural, característica marcante da população roraimense, implica na construção e funcionamento dos movimentos sociais do estado. O interlocutor ainda aponta as entidades como o MST e a CPT, ora claudicantes, para ilustrar o argumento das dificuldades que os movimentos sociais possuem em RR. É importante destacar tal posicionamento, posto que é bem provável que seja um elemento importante para explicar a configuração dos movimentos sociais em RR. No entanto, cabe a reflexão sobre até que ponto outros aspectos sociais e políticos também interferem diretamente na dinâmica dos movimentos sociais roraimenses. ROSA (2004), ao analisar a luta por terra no estado de Pernambuco nos anos de 1990, destaca que,



naquela ocasião, foram conjugados múltiplos elementos interdependentes para o sucesso da empreitada, relacionados tanto ao quadro próprio da economia local; bem como práticas culturais de engajamento e ressignificação social; relações políticas com o Estado; expansão de outros movimentos e atores sociais, dentre outros motivos. Assim, a fim de compreendermos a complexa relação social e histórica dos movimentos sociais em RR, seria essencial maior aprofundamento em campo, partindo de uma necessária problematização, evidenciada por Penna (2011), da dicotômica relação entre Estado e movimentos sociais, para que não sejam entendidas meramente a partir das noções de autonomia e de cooptação.

No tocante à implementação das políticas públicas, alguns interlocutores reforçaram a importância da política em si, enquanto instrumento norteador das ações públicas. No entanto, em outras falas foi possível observar a relevância da gestão política no poder executivo, bem como das pessoas que venham a compor, ora corpos técnicos, ora as bases sociais, no contínuo acompanhamento das ações públicas.

E é o poder público que tem a agir, cara. Não tem jeito, não vai ser. Se não for por intermédio do poder público vai ser muito difícil, cara. Vai ser muito difícil. A gente tá vendo muitas pessoas esforçadas, cara. Isso a gente vê no grupo nosso lá, muitas pessoas que se dedicam, sabe, que dá curso, que recebe gente na propriedade... Cara, mas isso não resolve. Isso não resolve, isso é micro. Isso é... sabe, isso é legal, isso é formiguinha, isso é importante, do ponto de vista ético, né. Mas não é... o que resolve é política pública, cara. Sabe, você tem que ter uma entidade [pública] que faça extensão rural agroecológica, por exemplo. (R, G. S. - ativista agroecológico)

\*\*\*

Não vai ser a política que vai resolver esse problema. A política vai direcionar as nossas atenções, a atenção da Secretaria, por exemplo. Mas pra que isso aconteça, pra que realmente a política seja efetiva e chegue na base, eu preciso de, do corpo técnico atuando nisso. Então, você pensar só que a política vai sair e que vai resolver o problema, não vai! A política, ela tá nos fortalecendo à direção do olhar do gestor. A gente tá tentando focar um olhar direcionado. Agora, se eu não tiver pessoas que... porque tudo é feito por pessoas. Se as pessoas não tiverem empenhadas pra que isso aconteça, não vai adiantar nada. É, ainda faltaria [movimentos, entidades], mas a gente teria um caminho regimentado, pelo menos agora, é... eu sei por onde partir. Então vamos formar um grupo de trabalho que vá conversar, se encontrar periodicamente, pra resolver, sanar. E pra isso achar as pessoas certas pra serem conduzidas. Mas se isso não for um interesse maior, da casa, nós não vamos alcançar resultado. [grifo nosso] (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

O que chama atenção nas falas apontadas acima é que, de formas distintas, os dois interlocutores reforçam o caráter central das ações do Estado para a promoção de estratégias de enfrentamento de problemas que envolvem a agricultura familiar. Entretanto, a fala do ativista indica fortemente que o papel central é do poder público e as ações da sociedade civil viriam a reboque. Por outro lado, a servidora da SEAPA

dá a entender que, sem a demanda organizada, seja tanto dentro das instituições, quanto da sociedade civil, a agenda pública pouco poderá avançar. Esse quadro, ainda que breve, parece representar um microcosmo dos temas tratados ao longo desse trabalho. Diferentes forças, dispersas, direcionadas para frentes distintas, promovendo pouco avanço prático.

Ainda assim, em tempos de desmantelamento e fragilização das ações estatais, as instituições participativas, na qual membros da sociedade civil se fazem presentes, tornam-se espaços de resistência em torno de direitos dantes bem estabelecidos. Essas instituições participativas estão (re)moldando seu formato de ação, esquivando-se dos cortes direcionados às políticas sociais no Governo Bolsonaro. Ao longo da pandemia, o CONSEA-RR praticamente abriu mão das reuniões colegiadas, privilegiando as atuações *in loco* onde achava ser importante estar presente. Ainda assim, a fala do presidente da época (2021) revela certa frustração, pois não conseguia transpor alguns limites e reinventar a atuação do Conselho diante da sociedade.

Existe a reunião com as agremiações que fazem parte com CONSEA, certo. E essas agremiações se reúnem e discutem os planos. Mas hoje eu percebo que a gente ainda tá passivo. Passivo, no sentido de... também muito pelo espaço da pandemia (...) A gente tá muito passivo em não produzir projetos e jogar isso para uma secretaria de projeto social, para uma secretaria de administração (J, A. F. F. nutricionista/ex-presidente CONSEA-RR)

A sequência de ataques sofridos pelas instituições participativas reforça a necessidade de discutir a relevância desses espaços para fortalecimento e inovação da participação social, sobretudo nos CONSEAS estaduais, já que o CONSEA Nacional segue num limbo jurídico sem atuar para o qual foi planejado e criado. Oliveira *et al.* (2022) nos atentam para o fato de que para além da extinção do CONSEA, outras formas de diálogo e articulação, sobretudo entre sociedade civil e governo, deixaram de ser realizadas, fragilizando e limitando a sociedade civil dos processos propositivos e decisórios acerca das políticas públicas de SAN brasileira.

Em contraponto a esse movimento, diversas entidades estão organizando a Conferência Nacional Popular, por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional<sup>22</sup>, na perspectiva de rediscutir o grave cenário de insegurança alimentar brasileira ao passo que propõe a reflexão por sistemas alimentares justos e

---

<sup>22</sup> Mais informações sobre a Conferência Nacional Popular, por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, acessar em: <<https://conferenciassan.org.br/>>

sustentáveis. As entidades reforçam que a Conferência será “mais do que um evento nacional a Conferência Popular é um processo contínuo da sociedade civil organizada, em movimento”.

Tema recorrente em diversas falas se deu em torno da capacidade da gestão pública em implantar ações estatais contínuas e não meramente governamentais, isto é, ações sólidas e duradouras, que não fossem caracterizadas pelo grupo político do governo eleito para determinado mandato.

Você tem muita gente capacitada no Ministério. Você tem normas estabelecidas. Você tem legislação posta, entendeu. Então você tem uma base muito legal. O ‘voo de galinha’ é os municípios... aliás, o ‘voo de galinha’ é o Estado, né. O município não tem nem o voo, só o ovo ainda (risos). Então falta ter uma estrutura mesmo. A Secretaria de Agricultura do município é só [agricultura] convencional, é só cooptação de liderança (R, G. S. - ativista agroecológico)

\*\*\*

e aí a gente acaba desenvolvendo trabalhos pontuais, que é praquese período e depois muda tudo, e começa tudo de novo... e aí é de acordo com o interesse daquele, né. Não é uma continuidade. (D, R. N. – servidora SEAPA-RR).

O ex-professor e ativista agroecológico observa que as tentativas públicas ainda são meros ‘voos de galinha’, quando não programas eleitoreiros para cooptação de lideranças políticas, reforçando em contraponto a resiliência normativa ainda presente no nível federal. Concordando o ex-professor, a agente pública reforça a mesma percepção de que os projetos e ações estaduais seguem uma dinâmica governamental, sem a devida continuidade que as políticas públicas destacam e a sociedade requer. Essa ausência de continuidade das ações públicas é causa e consequência do olhar e entendimento sobre o que se quer diante das problemáticas que cercam a Segurança Alimentar e Nutricional da população, bem como os desafios agrários históricos no meio rural.

Em outro momento, o ativista e atual coordenador da CPOrg-RR volta a destacar o quão frágeis são as ações públicas, sejam elas estaduais ou municipais, em torno do desenvolvimento rural. Na oportunidade, o interlocutor destaca que enquanto o poder público atua de forma despretensiosa, sem perspectivas de construir políticas duradouras, certas entidades como o Sebrae seguem realizando ações, que com todas limitações técnicas e ideológicas de transformação da realidade agrária, ainda alcançam alguns públicos.

Mas, cara, eu acho que o Sebrae tem muito mérito. E ele é um órgão bom de trabalhar. Você tem que trabalhar com ele... porque senão ele te atropela, e vai embora. Ele tem uma regularidade. Não é como os voos de galinha da Secretaria de Agricultura. A Secretaria de Agricultura voa de galinha, né, cara,

entra um cara animado e 'pá, pá, vamos, vamos' vuuh, e puff. Aí o Secretário troca, o cara saí, aí entra outro e fala: não, agora vamos plantar cogumelo. Aí vai embora e põe outro: 'não, nós vamos plantar é cana'. Aconteceu, né, cara. O tempo todo era assim. Cada Secretário que entrava era uma ideia de uma prática. O Sebrae não, o Sebrae tem programa, tem projeto, regularidade, constância e tal, e vem crescendo, vem avançando, vem agregando. [...] A Secretaria de Agricultura, é como eu te falei, é voo de galinha. O Emerson Baú esteve lá agora, deu um crescimento grande, cara. O cara que ouvia a gente, que permitiu que a gente construísse junto a Política Estadual de Agroecologia e tá feita, tá pronta e tal, né. E começou a estimular o pessoal, mas acabou saindo. Saiu, foi pra outra Secretaria, aí o outro cara que entrou lá eu não sei quem é... o olhar realmente do agronegócio, que é a pegada do governador... Enfim. Se os outros setores tivessem dando resposta, a gente tava com uma estrutura mais interessante, porque o Sebrae está fazendo a parte de comercialização, de capacitação empresarial e tal. (R, G. S. - ativista agroecológico)

Por fim, ressalta-se que em diversos momentos os interlocutores apontavam para a agroecologia, alegando que esta seria estratégia diferenciada no equilíbrio socioambiental e na busca por soberania alimentar. SAN, geração de renda, alimentação, agricultura familiar, agroecologia e conhecimento tradicional, foram *tags* repetidas e aproximadas constantemente nas falas dos atores mapeados em RR. Igualmente reforçado foi a necessidade de aproximar os programas e iniciativas em torno de conceitos chave como SAN e DHAA, a fim de diminuir o sectarismo das políticas públicas que, pulverizadas e sem continuidade, tentam enfrentar problemas complexos como o da fome e o da pobreza no campo.

#### 4. CONSIDERAÇÕES

Os capítulos I e II desta dissertação puderam desenhar o contexto histórico e político na qual SAN e Agroecologia construíram-se, seja no campo teórico, seja no imaginário, ou na institucionalidade brasileira. Apesar das nuances particulares a cada espectro temático, o que pôde-se notar foi um constante amadurecimento de seus conceitos e certo avanço institucional de sua agenda programática. Ainda assim, é inegável que tanto SAN, quanto Agroecologia, seguirão em plena disputa, a fim de legitimar ou não, um discurso que trate de propor sistemas alimentares, ditos mais adequados, ao desenvolvimento rural.

Por um longo período o Brasil avançou na construção de uma agenda pública de SAN e Agroecologia, que possibilitou avanços na proteção e garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA). São exemplos: a construção da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar (Sisan); programas bem-sucedidos como o PNAE e o PAA; inclusão do DHAA no art. 6º da CF/1988; além da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica de 2012.

Ainda assim, o cenário que predomina no país e avança sob Roraima é em que os sistemas agroalimentares são dominados por número menor e mais poderoso de grandes empresas transnacionais, para as quais os alimentos são objetos para mera oportunidade de negócio, geração de lucro e acumulação de riquezas. Essa constatação não exime todos os outros fatores conjunturais, sejam eles socioeconômicos e políticos, mas entende que o fator explicativo mais determinante é que durante o período de 1990 até 2015, nunca houve ruptura do modelo de política agrícola dominante, inclusive entre governos dito progressistas. Basicamente, perpetuaram-se políticas públicas que apoiaram expressivamente o agronegócio – produção de *commodities* para exportação, grilagem, etc. – em detrimento a uma manutenção de políticas compensatórias à agricultura familiar.

Apesar de avanço no PIB, Roraima perpetua um modelo de desenvolvimento agrário muito semelhante em outros estados nortistas, como Pará e Amapá, onde o avanço da fronteira agrícola se dá por base na monocultura de exportação até o esgotamento do solo e posterior avanço da pecuária extensiva. Em diversas falas, pode-se notar que as perspectivas agrárias para o campo roraimense seguem sendo aqueles ditados pelo agronegócio em detrimento da agricultura familiar. Ou pior, numa

homogeneização das práticas agrícolas do pequeno produtor, com vistas à monocultura agroexportadora. Nessa toada, SAN e agroecologia seguem como objetos estranhos e distantes.

As falas dos interlocutores também puderam nos reforçar o debate conceitual acerca da Agroecologia e Agricultura Orgânica. Evidenciou-se que, apesar de surgirem juntas, não devem ser entendidas como sinônimos, posto que a agroecologia é uma ciência, com limites teóricos bem definidos, que procura perpassar o saber de diferentes áreas do conhecimento, numa perspectiva interdisciplinar, quiçá transdisciplinar. Já a agricultura orgânica é uma prática agrícola que tem por princípio estabelecer sistemas de produção baseados em conjunto de procedimentos que envolvem a planta, o solo e as condições climáticas, de forma a produzir um alimento sadio, livre de contaminantes químicos e agrotóxicos. Por ora, conforme observaram Guéneau *et al.* (2019), no campo do movimento agroecológico roraimense também se observa uma fragilização das coalizões o que amplia as tensões latentes entre os atores envolvidos com a temática.

Observa-se, ao primeiro olhar, que há pessoas e certas entidades não-governamentais que buscam o fortalecimento das pautas acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis econômico e ambientalmente. Mas em Roraima, aparentemente, são meras ilhas isoladas. O Estado sugere ditar o formato e o arranjo das agendas governamentais em torno da produção de alimentos. Observa-se que SAN e Agroecologia são apenas regramentos e direcionamentos vindos do resto do país, com aplicação facultativa, a depender do que for conveniente à política governamental. O quadro político e institucional acaba por perpetuar certa dinâmica projetando mais insegurança alimentar e desequilíbrio socioambiental. Ademais, vê-se políticas cada vez mais setORIZADAS e distantes entre si, como numa negação à inerente interdisciplinaridade dos objetos retratados.

É importante destacar que o cenário recente da história política brasileira também produziu fatos relevantes quando se discute SAN e Agroecologia. Desde o processo de impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2016, é visível a derrocada democrática e as consequências para as políticas sociais. Eric Sabourin (2018) nos ajuda a refletir sobre o momento ao propor que tanto a regressão democrática quanto o desmantelamento de políticas públicas são fenômenos que tem consequências comuns e/ou cruzadas. Isto é, apesar de legalmente instituído num processo democrático parlamentar, o Governo Temer, entre vinte dias e vinte meses,

conseguiu diminuir e extinguir muitas políticas públicas sociais, de trabalho, de meio ambiente e de agricultura familiar. O autor ainda nos reforça que se tornou estratégico inovar no ativismo, bem como nas instâncias participativas, sendo cada vez mais premente fortalecer as coalizões entre os múltiplos movimentos sociais, e em particular com os consumidores dispostos a apoiar a produção familiar de alimentos saudáveis (SABOURIN, 2018). Talvez essas perspectivas deveriam tornar-se mote operacional e ideológico de espaços como o CONSEA-RR e a CPOrg-RR a fim de se aproximarem da sociedade roraimense, contribuindo para ações públicas mais resolutivas. Acreditamos então, que esses espaços de diálogo deveriam ampliar o olhar sobre o desenho de governança, a participação social e a intersectorialidade, bem como buscar maior articulação dos movimentos de base popular, posto que estes são aspectos fundamentais para as políticas estaduais de SAN e Agroecologia alcançarem as pessoas envolvidas nos sistemas alimentares roraimenses.

O meio acadêmico produz certa fricção teórica – o que lhe é inerente – ao colidir os temas de SAN e Soberania Alimentar, numa tentativa de provar que um conceito poder ser maior ou melhor que outro. Esta pesquisa pôde mostrar que estes temas foram construídos coletivamente e sugerem ser sólidos o bastante para se sustentarem, mesmo que seu embate acabe por distanciá-los enquanto objeto de discussão popular. Se por um lado SAN é direito de todos<sup>23</sup>, Soberania é o direito dos povos<sup>24</sup>. Ainda assim, é a academia que alcança as discussões mais frutíferas com vistas ao desenvolvimento socioeconômico e civilizatório, enquanto que as instâncias do Estado tocam essas agendas de forma programática e pragmática, que pode ser distinta a cada quatro anos. Isso produz, por si só, pouca continuidade e aprofundamento real das ações que de fato chegam às pessoas. Isto é, enquanto alguns interlocutores buscam exaustivamente construir um diagnóstico coletivo a

---

<sup>23</sup> A Segurança Alimentar e Nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Artigo 3º, Lei 11.346/2006 – LOSAN – BRASIL, 2006).

<sup>24</sup> A soberania alimentar é o direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo, pautado em alimentos saudáveis e culturalmente adequados, produzidos de forma sustentável e ecológica, o que coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e das empresas, além de defender os interesses e incluir as futuras gerações (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

respeito das problemáticas que acompanham SAN e Agroecologia, o Estado roraimense maneja tais temas de forma desatenta.

Por fim, reforçamos que urge repensar os sistemas alimentares vigentes, contestando-os desde as técnicas empregadas, ao jogo de poder socioeconômico ali instalado. Roraima ainda tem uma oportunidade de promover SAN por meio de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis, em toda cadeia alimentar. Assim, é inegável que a agroecologia se torna cada vez mais um conceito chave na projeção de sistemas alimentares saudáveis, visto que alia ciência, cultura, e forte potencial de transformar a realidade, apresentando por si só fortes conexões e rápidos resultados na concretização dos princípios do Direito Humano a Alimentação Adequada.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, R. **Estratégias alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação.** Congresso Brasileiro de Sociologia e Economia Rural, XLV, Londrina. Anais. Londrina: Sober, 2007.

ABRAMOVAY, R. **Desafios para o sistema alimentar global.** Cienc. Cult., São Paulo, v. 73, n. 1, p. 53-57, jan. 2021. Disponível em <[http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0009-67252021000100011&lng=pt&nrm=iso](http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252021000100011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 fev. 2022.

AÇÃO BRASILEIRA PELA NUTRIÇÃO E DIREITOS HUMANOS (ABRANDH). **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional.** Organizado por Marília Leão. Brasília: ABRANDH, 2013.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA); UFPR. Seminário Mercado de Agrotóxico e Regulação. Brasília: Anvisa, 2012.

ALBUQUERQUE, E. M. **Avaliação da técnica de amostragem “Respondent-driven Sampling” na estimação de prevalências de Doenças Transmissíveis em populações organizadas em redes complexas.** 2009. 99f. Dissertação (Mestrado em Saúde) - Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca Fiocruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2411>. Acesso em: 21 jan. 2020

ALMEIDA, S. G. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: PETERSEN, P. (Org.). **Agricultura familiar camponesa na construção do futuro.** Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009. p. 67-83. 168 p.

ALTIERI, M. A. **O “estado da arte” da agroecologia e su tributo ao desarrollo rural na América Latina,** In: Agricultura e Desenvolvimento Sustentável. CADENAS MARIN A. (Ed.). Madri: MAPA (Serie Estudios), 1989, pp. 151–203.

ALTIERI, M. **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável.** 2004, 4ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

ALVES, B. J. P.; MENEZES, I. C. D.; LOUREIRO, I. da R. P. Agricultura Familiar: um panorama do PRONAF em Roraima. In: Sociobiodiversidade Amazônica: Saberes, olhares e práticas agroecológicas (Vol. 01). GOMIDE, P. H. O. & FALCÃO, M. T. (orgs). 1ª ed. 2021. Boa Vista, UERR Edições. Disponível em <<https://edicoes.uerr.edu.br/index.php/inicio/catalog/view/41/64/414>>. Acesso em: 25 jul 2021.

ALVES, K. P. S.; JAIME, P. C. **A Política Nacional de alimentação e Nutrição e seu diálogo com a Política Nacional de Segurança alimentar e Nutricional.** *Ciênc. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 11, p. 4331-4340, nov. 2014.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE AGROECOLOGIA (ANA). Pauta Marcha das Margaridas 2011. **ANA**, ago. 2011. Disponível em: <<https://agroecologia.org.br/wp->

<content/uploads/2012/05/marcha-das-margaridas-2011.pdf>>. Acesso em 25 fev 2021.

ANDRADE, D. V. P.; PASINI, F. S. **Implantação e manejo de agroecossistema segundo os métodos da agricultura sintrópica de Ernst Götsch**. *Cadernos de Agroecologia* 9: 1-12. 2014.

BALDIN, N.; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (bola de neve): uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. *In: Congresso Nacional de Educação*, 10, 2011. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2011. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/1714932-Snowball-bola-de-neve-uma-tecnica-metodologica-para-pesquisa-em-educacao-ambiental-comunitaria.html>>. Acesso em: 21 jan. 2020.

BATISTA FILHO, M. **O centenário de Josué de Castro**. *Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil* [online]. 2008, v. 8, n. 3, pp. 237-238. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1519-38292008000300001>>. Acesso em: 15 junho 2019.

BENSADON, L. S. A agroecologia como um problema público: um olhar a partir da trajetória da Articulação Nacional de Agroecologia. *DEMA - Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 50, p. 254-271, 2019.

BOBBIO, N. **Política**. In BOBBIO, N., MATTEUCCI, N., & PASQUINO, G. (Editores). **Dicionário de Política**. 11ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BRANDENBURG, A. **Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas**. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 6, p. 11-28, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Vigitel Brasil 2018: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico**. Brasília: Ministério da Saúde; 2019. 132 p. Disponível em: <<http://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2019/julho/25/vigitel-brasil-2018.pdf>>. Acesso em 20 out 2020.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2016/2019**. Brasília: CAISAN; 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). **Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: 2012/2015**. Brasília: CAISAN; 2011.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 6.323, de 27 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 28 dez. 2007. Seção 1. p. 2.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.079 de 12 de maio de 2004**. Dispõe sobre a composição estruturação competência e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2004; 13 mai 2004.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.272, de 25 de Agosto de 2010.** Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - Sisan com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 2010b; 26 ago.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.794, de 20 de Agosto de 2012.** Institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. *Diário Oficial da União*, 2012.

\_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 64, de 4 de fevereiro de 2010.** Altera o art. 6º da Constituição Federal para introduzir a alimentação como direito social. *Diário Oficial da União*, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências (LOSAN). *Diário Oficial da União* 2006; 18 set.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.986 de 07 de abril de 2020.** Dispõe, dentre outros elementos, sobre o patrimônio rural em afetação, a Cédula Imobiliária Rural (CIR). *Diário Oficial da União*, 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.986-de-7-de-abril-de-2020-251562807>> Acesso em 28 de maio de 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 7.802 de 11 de julho de 1989.** Dispõe sobre agrotóxicos e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Lei nº 10831, de 23 de dezembro de 2003.** *Diário Oficial da União*, Brasília, 2003, Seção 1, Página 8.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde (MS). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. *Política Nacional de Alimentação e Nutrição*. Brasília: MS; 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução no 510, de 7 de abril de 2016.** Trata sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa em ciências humanas e sociais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 24 maio 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Relatório final da V Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CNSAN.** Brasília: Ministério da Saúde; 2015.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Brasil Agroecológico: Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo: 2016-2019.** *Diário Oficial da União*, Brasília: MDA, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria da Agricultura Familiar. Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural. *Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural*. Brasília. MDA, 2008.

\_\_\_\_\_. **Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020.** Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV). Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-188-de-3-de-fevereiro-de-2020-241408388>>. Acesso em: 11 mar. 2021.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Plano de combate à fome e à miséria: princípios, prioridades e mapa das ações de governo*. Brasília: Presidência da República; 1993.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992.** Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Brasil, 1992. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0591.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm)>. Acesso em: 5 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010.** Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pnater e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater, altera a Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. Brasília-DF, 2010a. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm) Acesso em: 26 jun. 2019.

BURIGO A. C., PORTO M. F. S. **Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária.** *Cien Saude Colet* [periódico na internet] (2021/Jul). Disponível em: <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2021.v26n10/4411-4424/pt>>. Acesso em 12 jan. 2022.

BURLANDY L. *Comunidade Solidária: engenharia institucional, focalização e parcerias no combate à Fome, à pobreza e à desnutrição* [tese]. Rio de Janeiro (RJ): Escola Nacional de Saúde Pública/ Fundação Oswaldo Cruz; 2003.

BURLANDY, L. A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersectorialidade no âmbito federal de governo. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 3, p. 851-860, June 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/20.pdf>>. Acesso em 23 fev. 2019.

BURLANDY, L.; MALUF, R. S. **Soberania Alimentar.** In: CONSEA. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. *A Segurança Alimentar e Nutricional e o direito à alimentação adequada no Brasil: Indicadores e monitoramento, da constituição de 1998 aos dias atuais*. Brasília, 2010.

BUTTEL, F. H. Envisioning the Future Development of Farming in the USA: Agroecology Between Extinction and Multifunctionality? *New Directions in Agroecology Research and Education*. Madison, UW-Madison, 2007. Disponível em: < <http://www.agroecology.wisc.edu/downloads/buttel.pdf>>. Acesso em 25 junho 2020.

BYÉ P. *et al.* **Transferência de dispositivos de reconhecimento da agricultura orgânica e apropriação local: uma análise sobre a Rede Ecovida.**

*Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba 6, 2002, 81–93.

CAMARGO, R. A. L. de; BACCARIN, J. G.; SILVA, D. B. P. da. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar.** *Revista Temas de Administração Pública*, v. 8, n. 2, 2013. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4790/4110>. Acesso em 27 de junho de 2019.

CAMPANHA PERMANENTE CONTRA OS AGROTÓXICOS E PELA VIDA. *Novo PARA: roupa bonita para um conteúdo altamente tóxico*. 2019. Disponível em: <https://contraosagrototoxicos.org/novo-para-roupa-bonita-para-um-conteudo-altamente-toxico/> Acesso em: 29 ago. 2020.

CANAVESI, F. C.; MOURA, I. F.; SOUZA, C. Agroecologia nas políticas públicas e promoção da segurança alimentar e nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 23, p. 1019-1030, dez. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/vBB46T>.

CANUTO, J. C. Agricultura ecológica em Brasil: perspectivas socioecológicas. 1998. 200 p. Tesis (Doctorado en Agronomía). - Córdoba, Universidad de Córdoba, 1998.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural, *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável* 1, 16–37, 2000.

CAPORAL, F. R. e COSTABEBER, J. A. Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Brasília: MDA/SAF/DATERIICA, 2007.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e políticas públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Revista Agroecologia** n. 6, p. 63-74, 2012.

CARNEIRO, F. F. *et al.* **Dossiê Abrasco**: um alerta sobre os impactos dos agrotóxicos na saúde. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2015. 624 p.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). I Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília: CONSEA; 1994.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). II Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília: CONSEA, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). III Conferência Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final. Brasília: CONSEA, 2007.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CONSEA). Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar. *Cinco Anos. Balanços e perspectivas. Documento Síntese do Seminário de avaliação do PAA*. Brasília: CONSEA; 2008.

CONTI, Í. L. *Organizações sociais e políticas públicas: Inserção da Fetraf-Sul nas políticas públicas de segurança alimentar e nutricional*. 2016. 331 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DALGAARD, T. *et al.* **Agroecology, scaling and interdisciplinarity**. *Agr. Ecosyst. Environ.* 100, 2003, 39–51.

DARNHOFER, I. *et al.* Conventionalisation of organic farming practices: from structural criteria towards an assessment based on organic principles. **Agronomy for Sustainable Development**, v. 30, p. 67-81, 2010.

DELGADO, G. C. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em debate*, v. 1, n. 2, p. 111-125, 2010.

DIAS, M. M. Extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “serviço de Ates”. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 499-543, set./dez. 2004.

DIESEL, V.; DIAS, M. M.; NEUMANN, P. S. Pnater (2004-2014): da concepção a materialização. p. 207-128. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Org.). Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624p.

DORNELAS, R. S., *Movimento Agroecológico no Brasil: considerações sobre a dimensão política e os saberes na Agroecologia*. 2016. 136 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

EMBRAPA – EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Marco referencial em agroecologia. Brasília: Embrapa, 2006. Disponível em <<https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/66727/1/Marco-referencial.pdf>> Acesso em: 23 dez. 2019.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. 2019. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2019**. Protegerse frente a la desaceleración y el debilitamiento de la economía. FAO, Roma, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162es/ca5162es.pdf>> Acesso em: 12 set. 2019.

FAO, FIDA, OMS, PMA y UNICEF. **Versión resumida de El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020**. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables. Roma: FAO; 2020.

FAO, FIDA, UNICEF, PMA, OMS. 2018. **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo**. Fomentando la resiliencia climática en aras de la seguridad

alimentaria y la nutrición. FAO, Roma, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/I9553ES/i9553es.pdf>> Acesso em: 25 set. 2018.

FAO, OPAS, WFP, UNICEF. 2018. Panorama de la seguridad alimentaria y nutricional en América Latina y el Caribe. Santiago, 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2127ES/CA2127ES.pdf>> Acesso em 23 jan 2021.

FAO. Panorama de la pobreza rural en América Latina y el Caribe. 2018. Santiago. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/CA2275ES/ca2275es.pdf>> Acesso em 25 set. 2019.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Selingue/Malí. **Declaração de Nyélény**, 2007. Disponível em: <<https://nyeleni.org/spip.php?article327>> Acesso em: 24 maio 2019.

FRANCIS, C. *et al.* Agroecology: The ecology of food systems, *J. Sustain. Agr.* 2003 (22), 99–118.

FREITAS, A. F.; FREITAS, A. F.; DIAS, M. M. Mudanças conceituais do desenvolvimento rural e suas influencias nas políticas públicas. *Revista de Administração Pública*, v. 46, n. 6, p. 1575-1597, nov./dez. 2012.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (FGV). **A economia de Roraima e o fluxo venezuelano: evidências e subsídios para políticas públicas** [internet]. Coleções FGV DAPP – Pesquisa. Rio de Janeiro; 2020. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/29097/FGV-DAPP-2020-A-economia-de-Roraima-e-o-fluxo-venezuelano.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em 25 março 2020

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (Orgs.), **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático** (p.64-89). Petrópolis: Vozes. 2002.

GLIESSMAN S. R. Agroecology: the ecology of sustainable food systems, CRC Press, Taylor & Francis, New York, USA, 2007, 384 p.

GLIESSMAN, S. R. (Ed.). **Agroecology: researching the ecological basis for sustainable agriculture**. Ecological Studies, v. 78, p. 3-10, 1990.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 192 p.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. "**Produção invisível**" na agricultura familiar: **autoconsumo, segurança alimentar e políticas públicas de desenvolvimento rural**. *Agroalimentaria*, Mérida, v. 16, n. 31, p. 65-79, 2010.

GRISA, C.; PORTO, S. I. Dez anos de PAA: as contribuições e os desafios para o desenvolvimento rural. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 155-180. 624 p.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. 624p.

GUÉNEAU, S. *et al.* 2019. **A Construção das Políticas Estaduais de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**. *Revista Brasileira de Agroecologia*. 14(2):15. Disponível em: <<https://revistas.aba-agroecologia.org.br/rbagroecologia/article/view/22957/14244>>. Acesso em: 10 dez 2019.

GUZMÁN CASADO, G.; GONZÁLEZ de MOLINA, M.; SEVILLA GUZMÁN, E. **Introducción a la agroecología como desarrollo rural sostenible**. Madrid: Mundi-Prensa, 2000. 535 p.

HECHT S. B. The evolution of agroecological thought, in: Altieri M.A. (Ed.), *Agroecology: the science of sustainable agriculture*, Westview Press, Boulder, CO, USA, 1995. pp. 1–19.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **La nutrición y los sistemas alimentarios: un informe del grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del comité de seguridad alimentaria mundial**. Roma: HLPE, 2017. Disponível em: <<https://www.fao.org/3/I7846ES/i7846es.pdf>>. Acesso em: em 20 dez. 2020.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Enfoques agroecológicos y otros enfoques innovadores en favor de la sostenibilidad de la agricultura y los sistemas alimentarios que mejoran la seguridad alimentaria y la nutrición**. Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. Roma: HLPE; 2019. Disponível em: <[https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/HLPE/reports/HLPE\\_Report\\_14\\_ES.pdf](https://www.fao.org/fileadmin/templates/cfs/HLPE/reports/HLPE_Report_14_ES.pdf)> Acesso em 20 dez. 2020.

HORTON, R. **Offline: COVID-19 is not a pandemic**. *The Lancet*, Reino Unido, v. 396, n. 10255, p. 874, set./2020. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(20\)32000-6/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(20)32000-6/fulltext)>. Acesso em: 11 fev. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). 2021b. *Sistema de Contas Regional, 2019 - Coordenação de Contas Nacionais*, Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101873\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101873_informativo.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2006*. Rio de Janeiro: IBGE; 2006. p. 777.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo agropecuário 2017 - Resultados Definitivos* [internet]. Rio de Janeiro: IBGE; 2017. Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017>. Acesso em 18 dez 2020.



INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Conheça o Brasil - População: população rural e urbana. Rio de Janeiro: IBGE; 2021a. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html>> Acesso em 20 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa de Orçamentos Familiar - POF. Vol. 46. Rio de Janeiro: IBGE; 2020. p.983-7. Instituto de Cidadania. Projeto Fome Zero. *Uma proposta de política de Segurança Alimentar para o Brasil*. São Paulo: Instituto de Cidadania; 2001.

INSTITUTO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (INAN). **Diretrizes gerais do INAN/MS para uma política nacional de alimentação e nutrição**. Brasília: Ministério da Saúde; 1992.

JUNQUEIRA, L. A. P.; INOJOSA, R. M.; KOMATSU, S. Descentralização e intersectorialidade na Gestão Pública Municipal no Brasil: a experiência de Fortaleza. **El tránsito de la cultura burocrática al modelo de la gerencia pública**, Caracas: Unesco. 1997. p. 63-124.

LEÃO, M. M. (org). **O direito humano à alimentação adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH; 2013

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O direito humano à alimentação adequada. In: TADDEI, J. A.; LANG, R. M. F.; LONGO-SILVA, G.; TOLONI, M. H. A. **Nutrição em Saúde Pública**. São Paulo: Rubio, 2011.

LITTLE, P. E. Projetos Demonstrativos – PDA: sua influência na construção do Proambiente. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005.

LONDRES, F. Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida. Rio de Janeiro: Articulação Nacional de Agroecologia; Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2011. 190 p.

LOPES, C. V. A.; ALBUQUERQUE, G. S. C. Agrotóxicos e seus impactos na saúde humana e ambiental: uma revisão sistemática. **Saúde debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 117, p. 518-534, abr./jun. 2018.

LUTZENBERGER J. A. Fundamentos Ecológicos da Agricultura Biológica. Sociedade de Agronomia do Rio Grande do Sul. Ed. 1º Curso de Agricultura Biológica, Porto Alegre, pp. 1981, 52–71.

LUTZENBERGER, J. A. Fim do Futuro? Manifesto Ecológico Brasileiro. Porto Alegre: Movimento, 1976. 96 p.

LUZZI, N. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

MACHADO, A. D. *et al.* **O papel do Sistema Único de Saúde no combate à sindemia global e no desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis.** *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2021, v. 26, n. 10, p. 4511-4518. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/X85SHrxL7tHdcppJspKd5mb/?lang=pt>>. Acesso em: 17 dez. 2021.

MALUF, R.; MENEZES, F.; VALENTE, F. **Contribuição ao tema da segurança alimentar no Brasil.** *Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação NEPA/UNICAMP*, 1996; 4:66–88.

MARINHO, D. N. *et al.* Projeto LUMIAR: uma avaliação qualitativa. **Extensão Rural**, Santa Maria, v. 6, n.1, p. 97-114, 1999. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/extensaorural/article/view/6164>>. Acesso em: 12 maio 2020.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos do governo Temer. **Okara: geografia em debate (UFPB)**, v. 12, p. 293-307, 2018.

MATTEI, L. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. *Revista Econômica do Nordeste*, Fortaleza, v. 45, p. 71-79, 2014.

MENEZES, F. **Uma avaliação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.** Rio de Janeiro. IBASE; 2004.

MICCOLIS, A. *et al.* Restauração ecológica com sistemas agroflorestais: como conciliar conservação com produção: opções para Cerrado e Caatinga. Embrapa Cerrados: Livro técnico (INFOTECA-E), Brasília, p. 266, 2016. Disponível em: <<http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/1069767>> Acesso em: 12 ago. 2020.

MICHELOTTI, F.; SIQUEIRA, H. Financeirização das Commodities Agrícolas E Economia Do Agronegócio No Brasil: Notas Sobre Suas Implicações Para O Aumento Dos Conflitos Pela Terra. *Semest. Econ.*, Medellín , v. 22, n. 50, p. 87-106, Mar. 2019 . Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S012063462019000100087&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S012063462019000100087&lng=en&nrm=iso)> Acesso em 17 maio 2021.

MINAYO, M. C. S.; MINAYO-GOMÉZ, C. Dífíceis e possíveis relações entre métodos quantitativos e qualitativos nos estudos de problemas de saúde. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde.* Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p.117-42

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. **Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável.** *Agricultura em São Paulo*, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 37-56, jul./dez. 2004. Disponível em <<http://www.iea.sp.gov.br/out/publicacoes/pdf/asp-2-04-4.pdf>> Acesso em: 28 dez. 2019.

MOURA, I. *Agroecologia na agenda governamental brasileira: trajetórias no Período 2003-2014*. Tese (Doutorado). 2016. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Inovação em Ciência, Tecnologia e Inovação Agropecuária, Seropédica-RJ, 2016.

MOURA, I. Antecedentes e aspectos fundantes da agroecologia e da produção orgânica na agenda das políticas públicas no Brasil. In: SAMBUICHI *et al.* (org). **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: Ipea, 2017.

NASCIMENTO, A. L. **Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um conceito em constante disputa na construção de políticas públicas**. Trabalho completo publicado no *II Workshop – WEAA-Consumo, Mercado e Ação Pública*. Porto Alegre. Oct. 2019: 1-29. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/weaa/wp-content/uploads/2019/10/GT03\\_AMALIA-LEONEL.pdf](https://www.ufrgs.br/weaa/wp-content/uploads/2019/10/GT03_AMALIA-LEONEL.pdf)>. Acesso em 23 jan 2021.

NASCIMENTO, A. L.; ANDRADE, S. L. S. *Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania?* **Cienc. Cult.**, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 34-38, oct. 2010. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v62n4/a12v62n4.pdf>>. Acesso em 23 jan 2021.

NEVES, M. C. P.; MEDEIROS, C. A. B.; ALMEIDA, D. L. **Agricultura orgânica: instrumento para a sustentabilidade dos sistemas de produção e valoração de produtos agropecuários**. Seropédica: Embrapa Agrobiologia, 2000.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L. A nova arquitetura dos mercados para produtos orgânicos: o debate da convencionalização. In: NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura**. Curitiba: Kairós, 2013. p. 23-67.

NIEDERLE, P. A.; ALMEIDA, L.; VEZZANI, F. M. (Orgs.). **Agroecologia: práticas, mercados e políticas**. Curitiba: Kairós, 2013.

OLIVEIRA, A. S. B. *et al.* **Monitoramento e avaliação da segurança alimentar e nutricional: um olhar sobre as publicações oficiais**. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2022, v. 27, n. 02, pp. 631-640. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1413-8123202272.41332020>>. Acesso em 23 março 2022.

OLIVEIRA, D.; SANTOS, L. C. R. (Coord.). **Caderno de formação: certificação participativa de produtos ecológicos**. Florianópolis: Rede Ecovida de Agroecologia, 2004. 48 p. Disponível em: <<https://biowit.files.wordpress.com/2010/11/caderno-formac3a7c3a3o-rede-ecovida.pdf>> Acesso em: 25 março 2019.

OLIVEIRA, M. M. *Dinâmicas Migratórias na Amazônia Contemporânea*. 2016. São Carlos: Scienza.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando o nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Resolução A/RES/70/1 [internet]. Nova Iorque: UN; 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO-ONU). **The State of Food Security and Nutrition in the World (SOFI 2019): Safeguarding against economic slowdowns and downturns.** Food and Agriculture Organization of the United Nations. Roma, 2019. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/ca5162en/ca5162en.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2020.

PACHECO, M. E. L. **11 anos da Losan – Hora de lembrar, celebrar e protestar.** Publicado em 19/09/2017, Brasília: CONSEA, 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/artigos/2017/11-anos-da-losan-2013-hora-de-lembrar-celebrar-e-protestar>>. Acesso em 20 abr. 2019.

PADULA, J. *et al.* Os caminhos da agroecologia no Brasil. In: GOMES, J.C.C.; ASSIS, W.S. (Orgs.). **Agroecologia: princípios e reflexões conceituais.** Brasília: Embrapa, 2013. p. 37-73.

PEIXINHO, A. M. L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2013, v. 18, n. 4, pp. 909-916. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400002>>. Acesso em 28 junho 2019.

PELAEZ, V; TERRA, F.; SILVA, L. R. **A regulamentação dos agrotóxicos no Brasil: entre o poder de mercado e a defesa da saúde e do meio ambiente.** *Revista de Economia*, v. 36, n. 1, p. 27-48, 2010.

PELIANO, A. M. T. M. (coord). *O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar.* Brasília: IPEA; 1993.

\_\_\_\_\_. *Um balanço das ações de governo no combate à fome e à miséria – 1993.* Brasília: IPEA; 1994.

PELIANO, A. M. T. M.; REZENDE, L. F. L.; BEGHIN, N. O Comunidade Solidária: uma estratégia de Combate a Fome e a Pobreza. *Revista de Planejamento e Políticas Públicas* 1996 (12):19-38.

PENNA, C. O Engenho dos Movimentos Sociais: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 26, n. 3, p. 05, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/5626>> Acesso em: 7 jun. 2021.

PESSANHA, L. *Segurança alimentar como um princípio orientador de políticas públicas: implicações e conexões para o caso brasileiro* [tese]. Rio de Janeiro (RJ): CPDA/ UFRRJ; 1998.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória). Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006. 54 p.

PORTO, S. I. *Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): política pública de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia no Brasil*. 2014. 131f. Dissertação (Mestrado) – Programa Oficial de Pós-graduação em Agroecologia, Universidad Internacional de Andalucía, Baeza, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *et al.* A ruptura política e a questão agrária no Brasil (2015-2017): da política da terra arrasada à luta pela dignidade in *Revista Okara: geografia em debate*, nº12 (2): 708-730, 2018.

PREISS, P. V.; SCHNEIDER, S.; COELHO-DE-SOUZA, G. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. Porto Alegre: Ed UFRGS, 2020.

PRIMAVESI, A. Manejo ecológico do solo: a agricultura em regiões tropicais. São Paulo: Nobel, 1979. 579 p.

RABHI, P. *Manifeste pour la Terre et l'Humanisme : Pour une Insurrection des Consciences*. Ed. Actes Sud, Arles, França, 2008.

REBELLO, J. F. S. Princípios de agricultura sintrópica segundo Ernst Götsch. 2018. 53p.

REZENDE L. F. L. *Comunidade Solidária: uma alternativa aos fundos sociais* [texto para discussão n. 725]. Brasília: IPEA; 2000.

RICARDIO, L. **A modernização conservadora da agricultura brasileira, agricultura familiar, agroecologia e pluriatividade: diferentes óticas de entendimento e de construção do espaço rural brasileiro**. *Cuadernos de Desarrollo Rural*, v. 8, n. 67, p. 231-249, 2011.

ROHR, J. **Emerging human infectious diseases and the links to global food production**. *Nature Sustainability*, vol 2, jun:445-456. 2019. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s41893-019-0293-3>> Acesso em: 12 abr. 2021.

ROSA, M. *O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco*. Rio de Janeiro, 2004. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

RUIZ-ROSADO, O. **Agroecología: una disciplina que tiende a la transdisciplina**. INCI, Caracas , v. 31, n. 2, p. 140-145, Feb. 2006 . Disponível em: <[http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0378-18442006000200011&lng=en&nrm=iso](http://ve.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0378-18442006000200011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 16 março 2020.

SABOURIN, E. Erosão, crise e desmonte de políticas para a agricultura familiar e a agroecologia na América Latina. In: *Seminário Políticas Públicas para o Meio Rural Brasileiro no Período Recente: Mudanças, Continuidades e Rupturas (Anais)*. Rio de Janeiro: CPDA, 2018.

SADER, E. (Org.). *Latinoamericana: enciclopedia contemporánea de América Latina y el Caribe*. Boitempo, 2006.

SAMBUICHI, R. *et al.* Avaliação do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: Primeiros Resultados. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – Sober, 54, 2016, Maceió (AL). Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/tra/arquivos/ser.6/1/6692.pdf> Acesso em: 16 jul. 2021.

SAMBUICHI, R. H. R. *et al.* (Eds.). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil. Uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: IPEA. 2017. 463 p. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174\\_politica-nacional\\_WEB.PDF](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/144174_politica-nacional_WEB.PDF)> Acesso em 20 jan 2020.

SAUER, S.; LEITE, S. P. **Expansão agrícola, preços e apropriação de terra por estrangeiros no Brasil.** Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 50, n. 3, p. 503-524, jul./set. 2012.

SCHMITT, C. J. Redes, atores e desenvolvimento rural: perspectivas na construção de uma abordagem relacional. Sociologias, 13(27), 82-112, 2011.

SCHMITT, C. J. Transição agroecológica e desenvolvimento rural: um olhar a partir da experiência brasileira. In: SAUER, S; BALESTRO, M. **Agroecologia e os desafios da transição agroecológica.** São Paulo: Expressão Popular 2009.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 31, n.2, p. 227-263, 2014.

SCHNEIDER, S.; ESCHER, F. **A contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural.** Sociologias, v. 13, n. 27, p. 180-219, maio/ago. 2011.

SEVILLA GUZMÁN E. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de sus métodos et técnicas. *Agroecol. E Desenvolv. Rural Sustent.* 3, 18–28, 2022.

SILVA, J. G. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

SILVA, L. O. Terras Devolutas e Latifúndio: Efeitos da Lei de 1850. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996

SILVA, S. P. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SINGER, M. *et al.* **Syndemics and the biosocial conception of health.** The Lancet, Reino Unido, v. 389, n. 10072, p. 941-950, mar./2017. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(17\)30003-X/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(17)30003-X/fulltext)> Acesso em: 22 fev. 2021.

SOARES, F. V. *et al.* **Structured demand and small holder farmers in Brazil: the case of PAA and Pnae**. Brasília: WFP Centre of Excellence against Hunger and International Policy Centre for Inclusive Growth, 2013. 36 p.

SORJ, B. Estado e classes na agricultura brasileira. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Caderno Sociologias, Porto Alegre, n. 16, p.20-45, jul./dez. 2006.

SWINBURN B. *et al.* **The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report**. 2019. Disponível em: <[https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(18\)32822-8/fulltext](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(18)32822-8/fulltext)> Acesso em: 16 maio 2021.

TERRE ET HUMANISME. Institucional. 2014. Disponível em: <<http://terrehumanisme.org>>. Acesso em 10 set. 2020.

TOURAINÉ, A. Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje. Petrópolis: Vozes, 2006.

TROVATTO, C. M. M. *et. al.* A construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica: um olhar sobre a gestão do primeiro Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. In: SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et. al.*, (org.). (2017). A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Brasília: Ipea.

VASCONCELOS, F. de A. G. *et al.* Políticas públicas de alimentação e nutrição do Brasil: de Lula a Temer. **Rev. Nutr., Campinas**, v. 32, e180161, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rn/a/x5nRd9jQX8dZPmg8JqwrXBD/?format=pdf&lang=en>> Acesso em: 25 fev 2022.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <<https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977/6250>> Acesso em: 21 jan. 2020.

WARNER K. D. Agroecology in action: extending alternative agriculture through social networks, MIT Press, USA, 2007, 273 p.

WEZEL, A. *et al.* **Agroecology as a science, a movement and a practice. A review**. *Agronomy for Sustainable Development*, p. 503-515, 2009. Disponível em <<https://link.springer.com/content/pdf/10.1051/agro/2009004.pdf>> Acesso em 24 jan 2020.

ZANON, R. S. Política nacional de agroecologia e produção orgânica: breve análise da implementação no estado do Rio Grande do Sul. BNDES setorial, Rio de Janeiro, v. 27, n. 54, p. [143]-183, set. 2021. Disponível em:

[https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21523/1/PR\\_BS\\_n.54\\_Agroecologia\\_215339.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/21523/1/PR_BS_n.54_Agroecologia_215339.pdf)> Acesso em 24 fev 2022.



## ANEXO I - REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE RORAIMA



PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
Comitê de Ética em Pesquisa

### REGISTRO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (Res. 510/16)

#### **Políticas de Segurança Alimentar e Agroecologia em Roraima: repercussões de uma construção intersetorial**

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa, cujo pesquisador responsável é Igor Calazans Duarte de Menezes, acadêmico do Programa de Pós Graduação em Agroecologia (UERR/IFRR/Embrapa), sob a orientação do Prof. Dr. Bernard José Pereira Alves. Este documento, chamado Registro de Consentimento Livre e Esclarecido, visa assegurar seus direitos como participante da pesquisa, sendo elaborado em duas vias, assinadas e rubricadas pelo pesquisador e pelo participante, sendo que uma via deverá ficar guardada com você.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Registro para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

#### **Justificativa e objetivos:**

Compreender as políticas que tratam desde a produção de alimentos até o processo de alimentação e nutrição é primordial para identificar suas potencialidades e propor enfrentamento das suas limitações. Assim, pretende-se contribuir para com as discussões acerca do desenvolvimento de sistemas alimentares sustentáveis, sensíveis à nutrição, calcado num desenho agroecológico capaz de proporcionar qualidade de vida, além de sustentabilidade econômica e ambiental dos agroecossistemas. Têm-se então, por objetivo, compreender a efetividade dessas políticas no poder público do estado de Roraima e na vida, de forma teórico-prática, de pequenos produtores rurais roraimenses.

#### **Procedimentos:**

Após a aprovação pelo CEP/UERR, você será convidado a uma entrevista aberta a partir das seguintes perguntas norteadoras, sendo a primeira, cabível aos feirantes/pequenos produtores rurais e a segunda aos gestores públicos: **“em que medida as políticas de Segurança Alimentar e Agroecologia alcançam suas vidas?”** e **“de que forma a gestão pública roraimense se relaciona com a implementação dessas políticas em nosso estado?”**

**Desconfortos e riscos:**

A pesquisa terá riscos mínimos, conforme a Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, podendo haver risco de constrangimento, cansaço ou estresse ao responder alguma pergunta, no entanto, o participante terá o direito de não responder tal pergunta ou interromper a resolução do questionário até que se sinta à vontade e confortável para continuar, também a quebra de sigilo dos participantes, no entanto para resguardar o sigilo, os dados serão mantidos em um computador com acesso restrito através de senha pelos pesquisadores. Reforça-se que não há qualquer possibilidade de riscos de ordem física e orgânica, posto que a pesquisa se utilizará apenas de entrevistas abertas e observação participante.

**Benefícios:**

A colaboração na pesquisa, poderá apresentar benefícios pois proporcionará momentos de construção de conhecimento que leve a um melhor entender, prevenir e aliviar problemas relacionados à alimentação e nutrição da população roraimense, predispondo e afetando diretamente o bem-estar dos sujeitos da pesquisa e de outros indivíduos. Da mesma forma, como participante desta pesquisa, será possível melhorar e/ou construir um entendimento mais amplo acerca das políticas de Segurança alimentar e Agroecologia.

**Sigilo e privacidade:**

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado. Ressalta-se que a qualquer momento poderá se recusar a participar do estudo, e tendo a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo, sem nenhum prejuízo a sua pessoa

**Acompanhamento e assistência:**

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa em danos decorrentes da pesquisa.

**Contato:**

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com o pesquisador Igor Calazans Duarte de Menezes, endereço: rua Eurides Vasconcelos Rodrigues, 701, Jardim Floresta; telefone: 095981018907 e e-mail: [igor.calazans@ufrb.br](mailto:igor.calazans@ufrb.br)). Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Roraima, endereço Rua sete de setembro, 231, sala 201, TELEFONE: 2121-0953, Horário de atendimento: Segunda a Sexta das 08 às 12 horas, e-mail [cep@uerr.edu.br](mailto:cep@uerr.edu.br) .

**Consentimento livre e esclarecido:**

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: \_\_\_\_\_

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**Responsabilidade do Pesquisador:**

Asseguo ter cumprido as exigências da Resolução CNS nº 510 de 2016, na elaboração do protocolo e na obtenção deste Registro de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguo, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP CAAE 48569621.4.0000.5621. Comprometo-me a utilizar o material e os dados que serão obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

Assinatura do Pesquisador Responsável:



Data: 03/08/2021.